

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 050/2023
Data: 21/03/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: GOVERNO DE SP ESTUDA SOLUÇÃO PARA OBRA SAIR DO PAPEL	4
'GOVERNO LULA NÃO TEM EXCELÊNCIA TÉCNICA E ESTÁ DESESTRUTURADO', DIZ TARCÍSIO.....	5
TARCÍSIO VOLTOU A ELOGIAR JAIR BOLSONARO E APOSTOU QUE O EX-PRESIDENTE DEVE RETORNAR AO BRASIL	5
TRAVESSIA DE BALSAS SANTOS-GUARUJÁ SERÁ INTERROMPIDA NA TARDE DESTA TERÇA-FEIRA	6
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	6
UM TELECOM CHEGA AO MARANHÃO E AMPLIA REDE NO PIAUÍ.....	6
CENTRAIS SINDICAIS PROTESTAM CONTRA TAXA BÁSICA DE JUROS DE 13,75%	7
ECONOMIA - HADDAD ESPERA APROVAR PLANO ECONÔMICO ATÉ FINAL DO ANO	8
ROTA DO ATLÂNTICO TESTA PEDÁGIO COM AUTOATENDIMENTO EM 2 PISTAS	10
APÓS BATER RECORDE DE TRANSPORTE DE BIODIESEL POR CABOTAGEM NO ANO DE 2022, VIBRA ENERGIA FAZ INVESTIMENTOS DE R\$ 100 MILHÕES NO COMPLEXO DE SUAPE PARA EXPANDIR OPERAÇÕES COM O COMBUSTÍVEL	11
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM CAMPOS DO REGIME PARTILHA ALCANÇOU NOVO RECORDE EM JANEIRO	12
GERDAU PREPARA INVESTIMENTOS BILIONÁRIOS EM MINAS GERAIS E FOCO SERÁ OURO BRANCO.....	13
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	15
ANTAQ DIVULGA LEVANTAMENTO SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR AQUAVIÁRIO	15
PUBLICADA PAUTA DA 539ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA DE 2023	18
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	18
GEORGE SANTORO ASSUME A SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.....	18
ORDEM DE SERVIÇO PERMITE MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESSENCIAIS PARA LIGAÇÃO DO NORDESTE COM REGIÕES NORTE E SUDESTE	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	20
EDITORIAL – PROJETO EXPORTAÇÃO	20
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	21
<i>Renan esclarece.....</i>	21
<i>O plano de Garcia.....</i>	21
<i>Missão Bélgica.....</i>	21
<i>Autorização aeroportuária 1.....</i>	21
<i>Autorização aeroportuária 2.....</i>	21
NACIONAL - HADDAD INICIA A SEMANA NA CORRIDA POR ARCABOUÇO FISCAL	21
REGIÃO SUDESTE - TARIFA PARA NAVIOS EM ÁREAS DE FUNDEIO SOBE QUASE 1.600% NO ES	23
REGIÃO SUDESTE - COPA PORTO SANTOS BRASIL DE FUTSAL TEM INÍCIO HOJE	24
REGIÃO SUDESTE - SP FAZ TESTES COM PROJETO DO TÚNEL DO PORTO DE SANTOS	24
REGIÃO NORDESTE - POTENCIAL DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ É TEMA DE ENCONTRO ENTRE GOVERNO E APEXBRASIL... ..	26
REGIÃO NORDESTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE HOJE RISCOS DA IMPORTAÇÃO DE CACAU AFRICANO VIA ILHÉUS	27
TECNOLOGIA & INOVAÇÃO - HIDROGÊNIO VERDE E ELETRIFICAÇÃO!	28
NACIONAL – NORTE EXPORT – 3 E 4 DE ABRIL 2023	30
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	30
MINISTRO FÁVARO INICIA AGENDA NA CHINA COM REUNIÕES BILATERAIS E ENCONTROS COM EMPRESÁRIOS	30
OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DA NOVA ENTRADA DE SÃO VICENTE AVANÇAM NA BAIXADA SANTISTA	31
GOVERNO INVESTE R\$ 19 MILHÕES EM MELHORIAS NA TRAVESSIA SANTOS/VICENTE DE CARVALHO.....	32
IMPORTAÇÃO DE PNEU DE CARGA VOLTA A SER TAXADA	33
NOVA TABELA DE TARIFAS DO PORTO DE CABEDELLO SERÁ IMPLEMENTADA AINDA EM MARÇO	33
PORTO DE IMBITUBA CELEBRA MELHOR FEVEREIRO DE SUA HISTÓRIA	34
ENCONTRO NA ACS TEM COMO FOCO A APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE SANTOS.....	34
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	35
MERCADO DE PETRÓLEO AVALIA EFEITOS DA CRISE BANCÁRIA	35
IBAMA ADMITE EXIGIR NOVO ESTUDO ANTES DE LICENCIAMENTO NA FOZ DO AMAZONAS.....	37
CAPACIDADE GLOBAL DE GERAÇÃO RENOVÁVEL CRESCEU 9,6% EM 2022	39
JORNAL O GLOBO – RJ.....	40
A CARTA NA MANGA DE LULA PARA AUMENTAR O PODER DO GOVERNO NA ELETROBRAS	40
INDEFINIÇÃO SOBRE PARÂMETROS COMO PIB E DÍVIDA LEVOU A ADIAMENTO DE REGRA FISCAL	41
REGRA FISCAL DEVE SAIR EM MEADOS DE ABRIL, DIZ MINISTRO DA CASA CIVIL	44



SENADO APROVA MP QUE AMPLIA PARA SEIS ANOS PRAZO DE PAGAMENTO DO PRONAMPE	45
TETO DE 1,7% PARA JUROS DO CONSIGNADO NÃO COBRE CUSTOS DOS BANCOS, DIZ PRESIDENTE DE FEBRABAN	46
ELETOBRAS PASSA A DETER QUASE 100% DA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO, NO RIO MADEIRA	47
PARA LULA, PRIVATIZAÇÃO DA ELETOBRAS FOI CRIME DE 'LESA-PÁTRIA' E GOVERNO DEVE VOLTAR A SER 'DONO' DA COMPANHIA.....	48
'PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL NÃO TEM COMPROMISSO COM A LEI DE AUTONOMIA', DIZ LULA	49
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	50
BRIGA DE FAMÍLIA APARECE NA CAMPANHA PARA VAGA DE MINISTRO DO SUPREMO E CRIA IMPASSE PARA LULA	50
MORO REAGE A LULA E DIZ QUE PRESIDENTE QUER 'SE VINGAR DO POVO BRASILEIRO'	52
ARCABOUÇO FISCAL: SAIBA QUEM SÃO OS COTADOS POR LIRA PARA RELATAR PROJETO DO SUBSTITUTO DO TETO.....	53
BRASIL ENTRA NO RANKING DOS DEZ MAIORES PAÍSES COM ENERGIA SOLAR DO MUNDO	54
LULA ADIA DEFINIÇÃO DE NOVA REGRA FISCAL PARA AMPLIAR GASTOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO	55
LULA DIZ QUE VAI 'CONTINUAR BATENDO' NO BANCO CENTRAL PARA REDUZIR TAXA BÁSICA DE JUROS	56
GESTORES PÚBLICOS DEVEM PRIORIZAR TECNOLOGIA PARA MELHORAR OFERTA DE SERVIÇOS DIGITAIS AOS CIDADÃOS	57
SETOR PRIVADO MADURO É CHAVE PARA MUNDO CARBONO ZERO.....	59
TENTATIVAS DE ALTERAR LEGISLAÇÃO SOBRE ESTATAIS E AGÊNCIAS VISAM INGERÊNCIA POLÍTICA; LEIA ARTIGO.....	60
VALOR ECONÔMICO (SP).....	61
TRF4 MANDA SOLTAR DOLEIRO ALBERTO YOUSSEF, MAS JUIZ DECRETA NOVA PRISÃO	61
LULA DIZ QUE ELETOBRAS SOFREU CRIME COM A PRIVATIZAÇÃO E QUE ENTRARÁ NA JUSTIÇA PARA RETOMAR A EMPRESA 63	63
'LUPI ANUNCIA UMA COISA QUE PODERIA SER 100% BOA E CRIOU UM CLIMA DE INSATISFAÇÃO NOS BANCOS', DIZ LULA	64
ELETOBRAS FORMALIZA AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES DA CEMIG GT, ANDRADE GUTIERREZ E NOVONOR NA MESA	64
PREFEITURA DO RIO DESISTE DE OBRA QUE COLOCAVA CONCRETO SOB AREIA DE PRAIA	65
RENAN FILHO: ARCABOUÇO FISCAL TEM QUE GARANTIR INFRAESTRUTURA.....	67
GRUPOS DO AGRO UNEM FORÇAS E CRIAM EMPRESA DE LOGÍSTICA	68
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	69
NAVIO MERCANTE SAIRÁ DO PORTO DE SANTOS E VAI INTERROMPER A TRAVESSIA DE BALSAS	69
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	69
COPOM INICIA SEGUNDA REUNIÃO DO ANO PARA DEFINIR JUROS BÁSICOS	69
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	71
EMPRESAS ESTÃO PRONTAS PARA DEMANDAS IMEDIATAS NA CABOTAGEM, AFIRMA ABAC.....	71
ADEX GROUP ESPERA IDENTIFICAR E FECHAR CONTRATOS NA NAVALSHORE AM.....	72
PARA CUMMINS BRASIL, NAVALSHORE AM REPRESENTA PERSPECTIVA DE REFORÇAR MARCA	73
TRANSPORTE DE GRÃOS PELA FERROVIA NORTE-SUL CRESCEU 19% EM 2022.....	74
CNPE SOLICITA QUE PPSA ESTUDE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS PARA O REFINO DO PETRÓLEO DA UNIÃO	74
TERMINAIS APOIAM FORTALECIMENTO DE AGENDA PARA SIMPLIFICAÇÃO DE EVTEAS	75
PPSA ESPERA INVESTIMENTO DE R\$ 72,5 BILHÕES ATÉ 2032	76
NAVALSHORE AM SERÁ PERFEITA PARA EXPANDIR NEGÓCIOS NA REGIÃO NORTE, DESTACA AKZONOBEL.....	77
VOLTA DO CARÁTER DELIBERATIVO DOS CAPS SERÁ DISCUTIDA PELO MINISTÉRIO	78
SECRETÁRIO DE PORTOS DIZ QUE POLÍTICAS NÃO SOFRERÃO MUDANÇAS BRUSCAS	78
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	79
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	79

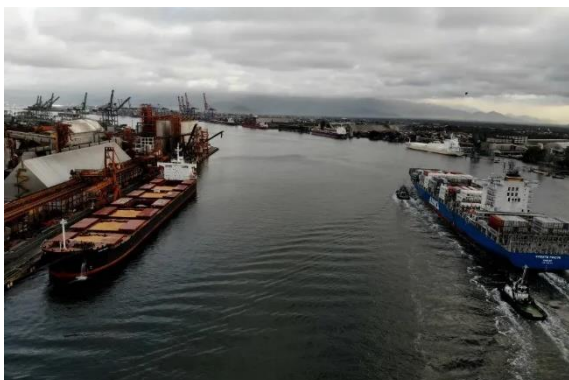


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: GOVERNO DE SP ESTUDA SOLUÇÃO PARA OBRA SAIR DO PAPEL

Natália Resende explicou que orçamento e modelagem da obra estão sendo estudados

Por: *Daniel Gois*



Secretária comentou sobre ligação seca entre Santos e Guarujá Foto: Carlos Nogueira/AT/Arquivo

Sonhada há décadas, a ligação seca entre as cidades de Santos e Guarujá, no litoral de São Paulo, segue sendo discutida entre os governos Estadual e Federal. A secretária de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, abordou o tema nesta segunda-feira (20), ao anunciar reformas na travessia de barcas entre os dois municípios.

A concessão patrocinada das balsas (à iniciativa privada) e a concessão patrocinada do túnel. Temos um estudo bem desenvolvido e um projeto executivo já testado por empresas holandesas, que têm know-how em relação a esses serviços", declarou, em visita a Guarujá.

Natália explicou que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) já conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ministros do Governo Federal sobre o tema e reforçou que o Estado está aberto ao diálogo.

"Na mesma reunião em que a gente qualificou o projeto das balsas, qualificamos também a travessia seca. A gente está vendo questão de orçamento, modelagem jurídica e modelagem econômica. Uma coisa não tira a outra. A gente consegue conciliar as duas coisas. Para o usuário é a melhor coisa, ter essas estruturas boas e com qualidade".

A proposta

Enquanto ministro da Infraestrutura no governo de Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio de Freitas planejou a construção de um túnel que conectasse as margens portuárias, entre os bairros Macuco, em Santos, e o Pae Cará, no Distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá.

A construção do túnel seria feita como investimento obrigatório a partir da desestatização da Santos Port Authority (SPA), gestora do Porto de Santos, com investimento de R\$ 3 bilhões. Entretanto, este ano, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, descartou a concessão total da Autoridade Portuária.

Agora no comando do Estado, Tarcísio mantém conversas com a União para discutir os valores, a verba e a participação de cada um no projeto, que ainda não possui data para sair do papel.

Recentemente, o Governo de São Paulo começou a buscar investidores da iniciativa privada para viabilizar a construção do túnel. França, por sua vez, garante que a solução para o túnel pode sair de forma rápida e com recursos do Governo Federal.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 21/03/2023

'GOVERNO LULA NÃO TEM EXCELÊNCIA TÉCNICA E ESTÁ DESESTRUTURADO', DIZ TARCÍSIO

TARCÍSIO VOLTOU A ELOGIAR JAIR BOLSONARO E APOSTOU QUE O EX-PRESIDENTE DEVE RETORNAR AO BRASIL

Por: A Tribuna



Tarcísio defendeu que Foto: Matheus Tagé/AT

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse nesta segunda-feira, 20, que o governo federal não tem "excelência técnica", afirmou que o PT não possui maioria política no plano nacional e "está desestruturado". Para o chefe do Executivo paulista, que é afilhado político do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a "lua de mel" do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai acabar.

Questionado em entrevista à Rádio Jovem Pan, sobre o que o apresentador chamou de "inexistência de uma excelência técnica no governo do PT", Tarcísio defendeu que "além de não ter excelência técnica", Lula não tem maioria política.

"Porque você fez uma grande distribuição de cargos, distribuiu um monte de ministério, tem 37 ministérios criados e você não tem maioria, não aprova uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição). Está confuso, está desestruturado. Eu vejo um cenário de dificuldade para aprovar reformas importantes, para mediar conflitos com o Congresso, e entregar resultados que vão ser importantes", justificou.

"A gente obviamente vê um cenário de um presidente (Lula) muito mais preso a essa ala radical, que de certa forma não é um presidente que teve lá atrás uma postura de mais pragmatismo. Eu vejo um presidente mais ideológico, mais impaciente", disse. "O governo vai ficar cada vez mais ansioso. Essa lua de mel tem dia e hora para acabar", completou.

Apesar das críticas, Tarcísio argumentou que quer manter uma boa relação com o governo federal, de modo a conquistar cooperação nas áreas da habitação, saúde e segurança pública.

No caso da defesa pela privatização do Porto de Santos, em que diverge da posição do Planalto, o governador disse que Lula se mostrou disponível a ouvir os argumentos pela desestatização da autoridade portuária.

Sobre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Tarcísio disse que seu ex-adversário ao governo de São Paulo "está tentando fazer o correto" na pasta. "Há de se ver com o tempo até que ponto ele vai ter autonomia e caneta para fazer o que é correto. Está tentando acertar. Eu faço votos para que acerte mesmo", afirmou.

Ainda defendeu que os ministros do Supremo Tribunal Federal são sensíveis a ouvir argumentos em votação caras ao cenário de investimentos no País. "Tenho relação muito boa (com ministros do STF), sempre que precisei recorrer ao Supremo fui bem atendido. Eu vejo razoabilidade dos ministros ao argumento."

Tarcísio voltou a elogiar Jair Bolsonaro e apostou que o ex-presidente deve retornar ao Brasil. "A paixão que as pessoas nutrem por ele é gigantesca. Isso não morreu. Se engana quem pensa que isso morreu. A grande liderança de direita no Brasil é Jair Bolsonaro. Em breve deve voltar dos Estados Unidos com capital político gigantesco", defendeu.



O governador de São Paulo voltou a defender a privatização do Porto de Santos e disse que o porto se tornou o "maior ponto de exportação de drogas do planeta".

"Quando eu falo de Santos, eu não estou preocupado com a panaceia da privatização. Eu estou preocupado com 60 mil empregos, gerar perspectiva para uma região que está empobrecendo e, pior, está sendo tomada pelo crime organizado", disse.

"O Porto de Santos virou o maior exportador de drogas do planeta. Se a gente não fizer nada, a gente perde a guerra para o crime, jovens vão perder suas vidas para o crime", completou.

O Porto de Santos foi listado em 2022 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime como um dos pontos de maior trânsito de entorpecentes e substâncias ilícitas da América Latina, ao lado de Buenaventura, Cartagena (Colômbia) e Guayaquil (Equador). O mesmo relatório também indica que o Brasil é o maior exportador de cocaína do mundo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/03/2023

TRAVESSIA DE BALSAS SANTOS-GUARUJÁ SERÁ INTERROMPIDA NA TARDE DESTA TERÇA-FEIRA

Interrupção será entre 13h50 e 14h40, para a saída do porto do navio M/V APL Dublin

Por: ATribuna.com.br



Usuários da balsa devem se programar por conta da interrupção do serviço Foto: *Matheus Tagé/AT*

A travessia de balsa Santos-Guarujá será interrompida nesta terça (21), entre 13h50 e 14h40, por conta da saída no Porto de Santos do navio M/V APL Dublin. A interrupção segue determinação da Capitania dos Portos e da Marinha do Brasil e foi confirmada pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, por meio do Departamento Hidroviário.

De acordo com o Departamento Hidroviário, os usuários do serviço de travessia deverão se programar e, caso precisem ir de uma cidade a outra neste horário, devem buscar a alternativa de deslocamento terrestre.

O DH vai comunicar a suspensão temporária da balsa nos Painéis de Mensagens Variáveis (PMVs), no site do Departamento e no aplicativo Travessias.

Durante a interrupção, as balsas não ficarão com veículos e passageiros embarcados em Santos e no Guarujá, como medida de segurança.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/03/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

UM TELECOM CHEGA AO MARANHÃO E AMPLIA REDE NO PIAUÍ

A nova rede dá Um Telecom passa por cidades como São Luís, Caxias, Peritoró e Batalha, no Maranhão, além da expansão para Parnaíba, no Piauí, interligando os dois estados.

Da Redação ME



Um Telecom amplia sua rede no Nordeste/Foto: divulgação

Com investimentos de R\$ de 7 milhões, a Um Telecom está expandindo a sua rede de fibra óptica para o estado do Maranhão e ampliando a rede já implantada no Piauí, totalizando 1,3 mil km de cabos de fibra óptica. Além de equipamentos, os recursos são destinados à estruturação de Pontos de Presença (Pops).

Com a expansão, a Um Telecom alcança a marca de 20 mil km de rede de fibra óptica em todo o Nordeste. A nova rede passa por cidades como São Luís, Caxias, Peritoró e Batalha, no Maranhão, além da expansão para Parnaíba, no Piauí, interligando os dois estados.

“Essa nova rede faz parte do plano de expansão da Um Telecom para 2023 e com o compromisso de levar internet de qualidade para regiões que normalmente não recebem investimentos de grandes players”, declara Aristides Júnior, Diretor de Expansão de Rede da Um Telecom.

Um Telecom em mais 33 cidades

A região abrangida pela nova rede da Um Telecom atende 33 cidades, com população estimada em 4 milhões de pessoas. Nessa área, atuam 164 provedores regionais, que podem contar com os serviços da Um Telecom.

A rede funciona em anel inteligente. Isso significa que, caso haja algum rompimento nos cabos, os provedores regionais não deixarão de ser atendidos porque o sistema fará a redistribuição do tráfego de dados, sem interromper o serviço.

Serão ofertados 400 gigabytes/segundo de banda larga para provedores regionais. A capacidade de expansão da infraestrutura é de até 8 terabytes/segundo, de acordo com a demanda. A rede foi iluminada com equipamentos DWDM, ou seja, de alta capacidade de transmissão de dados. Nesse novo trecho, foram instalados 15 Pops.

Fonte: Mercoshipping Marítima Ltda

Data: 21/03/2023

CENTRAIS SINDICAIS PROTESTAM CONTRA TAXA BÁSICA DE JUROS DE 13,75%

Por Jairo Lima

Manifestantes pedem saída de Campos Neto do Banco Central



São Paulo (SP), 21/03/2023 – Centrais Sindicais protestam contra juros altos em frente ao prédio do Banco Central, na Avenida Paulista. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Centrais sindicais realizaram, nesta terça-feira (21), atos de protesto contra a taxa de juros definida pelo Banco Central (BC), que está em 13,75% ao ano. Em São Paulo, o grupo se reuniu em frente à sede do banco, na Avenida Paulista, e fez um churrasco de sardinha. “A intenção é

mostrar que os juros altos engordam os tubarões rentistas, enquanto, para o povo, só sobra sardinha”, explicou, em nota, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres.

Hoje o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) está realizando a segunda reunião do ano para definir a taxa básica de juros da economia, a Selic. A previsão é que seja mantido o aperto

monetário com a manutenção da Selic em 13,75%, mesmo com as pressões do governo federal para redução da taxa. A decisão do Copom será anunciada na quarta-feira (22).

Segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que participa da mobilização, os atos também reivindicam a democratização do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), que julga processos administrativos de grandes devedores. “Em geral, [o Carf] beneficia as empresas sonegadas, porque a maioria dos conselheiros é empresário”, diz a CUT.

Para Adriana Magalhães, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a alta taxa de juros atrasa o desenvolvimento social e é uma das principais causas da miséria no Brasil. “Se o governo pagar 13,75% de juros de dívida pública, vai faltar dinheiro para saúde, educação. Nós queremos sair dessa situação de miserabilidade e pobreza que o governo Bolsonaro nos deixou.”

O ato de protesto das centrais sindicais também pede a saída do presidente do BC, Roberto Campos Neto, que foi indicado pelo governo Bolsonaro e tem mandato até dezembro de 2024.

“É um absurdo o que o Banco Central está fazendo com os trabalhadores, com o nosso país, jogando contra o nosso desenvolvimento e a retomada do crescimento. Por isso, fizemos as manifestações em várias capitais do país”, disse, em vídeo nas redes sociais, o presidente da Força Sindical.

Também participam da manifestação representantes da Central dos Sindicatos Brasileiros e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), além de integrantes de movimentos populares.



A CUT registrou nas redes sociais que, além de São Paulo, foram realizados atos em pelo menos três capitais: Fortaleza, Belém e Recife.

A Agência Brasil solicitou posicionamento do Banco Central, mas não teve retorno até a publicação da reportagem.

São Paulo (SP), 21/03/2023 – Centrais Sindicais distribuem sardinhas em protesto contra juros altos em frente ao prédio do Banco Central, na Avenida Paulista. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 21/03/2023

ECONOMIA - HADDAD ESPERA APROVAR PLANO ECONÔMICO ATÉ FINAL DO ANO

Por Jairo Lima

Medidas já aprovadas começam a vigorar a partir de 1º de maio



Haddad disse que entre as medidas já apresentadas estão o reajuste do salário mínimo, mudanças na tabela do imposto de renda e o programa Desenrola, todas previstas para vigorar a partir de 1º de maio

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse hoje (21) que está otimista sobre o governo encontrar equilíbrio entre sustentabilidade fiscal e desenvolvimento sócio-econômico e estimou que as medidas necessárias para isso devem ser aprovadas até o fim deste ano. De

Brasília, Haddad participou, virtualmente, do encerramento do seminário Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI, realizado no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.



“Estamos criando, no Congresso Nacional, um ambiente favorável a concluir, no primeiro semestre, a apresentação daquilo que é necessário para o Brasil reencontrar o caminho do desenvolvimento, e aprovar, no segundo semestre, medidas que darão sustentabilidade ao governo do presidente Lula”, disse Haddad, que afirmou que muitas dessas medidas já foram anunciadas. “Penso que temos todas as condições de, no primeiro semestre, ter esse plano de voo definido. É uma tarefa difícil. É uma tarefa árdua. Os interlocutores são os mais diversos, mas os diálogos estão acontecendo”.

Haddad disse que entre as medidas já apresentadas estão o reajuste do salário mínimo, mudanças na tabela do imposto de renda e o programa Desenrola, todas previstas para vigorar a partir de 1º de maio.

“Estamos na expectativa de uma convergência entre as políticas fiscal e monetária, para que nós possamos utilizar essa gordura de juros elevados em benefício de um programa sustentável de desenvolvimento, com baixa inflação. É absolutamente possível no Brasil”.

Em abril, o ministro disse que o governo vai apresentar um conjunto de medidas regulatórias, como um novo marco regulatório para as parcerias público privadas e medidas para melhorar o ambiente de crédito no país, que estão em elaboração junto a equipes do Tesouro Nacional e do Banco Central, respectivamente.

“No que compete à Fazenda, se tivermos a condição de, em um semestre, encaminhar ao Congresso tanto a questão do marco fiscal quanto as medidas de crédito e regulatórias, para alavancar investimento, tenho certeza que vamos apresentar um desenho concluído do que esse governo pretende para o futuro do país”, disse Haddad, que também prevê para o primeiro semestre um mapeamento de medidas voltadas para transição ecológica. “Para que possamos não ter qualquer tipo de desenvolvimento, mas um tipo de desenvolvimento aderente ao que mundo espera de um país como o Brasil”.

Novo Arcabouço Fiscal

Após apresentar o projeto do novo arcabouço fiscal ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no sábado (18), Haddad afirmou que passou os últimos três dias dialogando com interlocutores para preparar o terreno político para as propostas no Congresso Nacional.

“Penso que a reforma tributária, com a constituição do grupo de trabalho pelo presidente [da Câmara] Arthur Lira, vai avançar na Câmara dos Deputados, com o entusiasmo e com o sentimento e parceria do Senado Federal, que vai aguardar a conclusão do grupo de trabalho para dar andamento às deliberações”, disse Haddad. “Penso que temos total condição de votar, na Câmara, entre junho e julho, e, no Senado, no segundo semestre.”

O ministro afirmou que a equipe do secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, já trabalha na modificação de outros impostos, como o Imposto de Renda e o imposto sobre folha de pagamento, que poderão ser modificados como projetos de lei, em vez de propostas de Emenda Constitucional.

O ministro argumentou que a reforma tributária vai trazer ganhos que não têm sido considerados por analistas econômicos, substituindo um cenário de caos por um sistema tributário simples, que trará mais contribuintes à legalidade e aumentará a produtividade de setores como a indústria. Outro ponto que ele levanta é que a proposta reduz o peso dos impostos sobre os mais pobres, produzindo justiça tributária.

“O queremos achar é a linha fina que permita ao governo honrar seus compromissos de campanha e, simultaneamente, oferecer ao Estado brasileiro, e não ao governo, uma base fiscal sustentável para responder aos direitos sociais previstos na Constituição e que estão previstos no nosso plano de governo.”

Juros elevados

Ao falar da expectativa de convergência entre as políticas fiscal e monetária, o ministro voltou a defender que os juros básicos da economia, hoje no patamar de 13,75%, sejam reduzidos pelo Banco Central.

“Nossa taxa de juros está exageradamente elevada, o que significa espaço para cortes, num momento em que a economia brasileira pode e deve decolar. Não temos porque temer, no Brasil, tomar as decisões corretas tanto do ponto de vista do arcabouço fiscal quanto do ponto de vista monetário, porque há espaço para isso, para fazer convergir a política fiscal e monetária, garantindo a todos a sustentabilidade sócio-econômica do nosso projeto.”

Fernando Haddad disse que o Brasil é “prisoneiro do curto prazo” e que as propostas elaboradas pelo governo para a economia pretendem dar ao país um horizonte de desenvolvimento de longo prazo e sustentabilidade.

“Termino com os votos de que a gente saia dessa armadilha de curtíssimo prazo em que estamos envolvidos. Nós precisamos sair dessa discussão de todo mundo colado na tela do computador para saber se o dólar subiu um centavo ou caiu um centavo, se a bolsa subiu um ponto ou desceu um ponto. O Brasil é maior do que isso. O Brasil pode se pensar no médio e longo prazo, e é isso que vai garantir aos cidadãos, aos investidores e aos empresários, à classe política, a certeza de que vamos voltar ao caminho certo, do que não deveríamos ter saído”.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 21/03/2023

ROTA DO ATLÂNTICO TESTA PEDÁGIO COM AUTOATENDIMENTO EM 2 PISTAS

As pistas com pedágio em teste foram implantadas na PE-009, em Suape.

Da Redação ME



Praça de pedágio sinalizada na Rota do Atlântico em teste é sinalizada em tom verde limão/Foto: divulgação

A Concessionária Rota do Atlântico passa a contar com duas pistas exclusivas para autoatendimento nas praças de Pedágio de acesso ao Complexo Viário de Suape. A iniciativa, que opera em formato de teste, é a primeira no Nordeste do Brasil.

As pistas foram implantadas na PE-009, em Suape, sendo uma na praça de pedágio que atende quem segue da BR-101 em direção ao litoral sul e, a segunda no sentido de quem se desloca de Porto de Galinhas com destino ao Recife.

Pedágio sinalizado

O Grupo Monte Rodovias, que administra a rodovia, informa que a operação nos dois equipamentos será voltada para cartão de débito, permitindo também a modalidade por pagamento por aproximação que garante maior rapidez na passagem pelas pistas. E, para facilitar a identificação pelos usuários, elas estão diferenciadas das demais pela identificação na cor verde limão.



Rota do Atlântico/Foto: reprodução do site oficial

“Com o autoatendimento, estamos proporcionando mais uma alternativa para facilitar o atendimento, beneficiando quem trafega pelo complexo viário. A novidade, que é pioneira na região, envolve um considerável esforço de mudança de hábitos e de processos com uso intensivo de tecnologia”, comenta o diretor de Serviços e Tecnologia do Grupo, Wilman Sanchez.

“A fase de testes é fundamental para otimizar o funcionamento e identificar pontos de melhorias no sistema”, ressalta o gerente de Operações da Perto S.A, Edson Nilo, que acompanhou as instalações e início das operações. O objetivo é que seja mais uma solução prática e célere para o condutor. Nesse sentido, ele explica que a categoria do veículo é automaticamente identificada, após a sua passagem pela barreira, e o valor correspondente é exibido na máquina para a realização do pagamento.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 21/03/2023

APÓS BATER RECORDE DE TRANSPORTE DE BIODIESEL POR CABOTAGEM NO ANO DE 2022, VIBRA ENERGIA FAZ INVESTIMENTOS DE R\$ 100 MILHÕES NO COMPLEXO DE SUAPE PARA EXPANDIR OPERAÇÕES COM O COMBUSTÍVEL

Informações: *Click Petróleo e Gás*



A companhia conseguiu grandes resultados no mercado de biodiesel brasileiro em 2022, em especial o transporte por cabotagem. O novo investimento da Vibra Energia em Suape reforça sua posição estratégica no complexo pernambucano.

A Vibra Energia está investindo esforços para praticamente dobrar a capacidade de estocagem de combustíveis em sua base do Complexo de Suape, no Pernambuco. O objetivo da companhia é aproveitar o crescimento recorde do transporte por cabotagem de biodiesel em 2022 para expandir sua presença de mercado em 2023. A empresa

anunciou um plano de investimento de R\$ 100 milhões na base pernambucana, visando o crescimento da demanda pelo combustível ao longo do ano.

Com aquecimento do mercado de biodiesel brasileiro, Vibra Energia se prepara para forte investimento em sua capacidade de armazenamento e cabotagem do combustível em Suape

Uma das maiores companhias do mercado energético brasileiro, a Vibra Energia assiste agora a um forte aquecimento do setor de biodiesel nos estados do Nordeste do país.

A companhia bateu recorde de transporte do combustível via cabotagem nos portos brasileiros no ano de 2022. Agora, ela se prepara para uma estratégia de investimento na infraestrutura e capacidade operacional no Complexo de Suape, no Pernambuco.

Ela anunciou um plano de aplicação de R\$ 100 milhões para quase dobrar a sua capacidade de estocagem de combustíveis em sua base pernambucana. O objetivo é impulsionar suas operações de cabotagem de biodiesel à medida que a demanda pelo produto é elevada.

A ampliação da capacidade de estocagem dos combustíveis em Suape tornará a rota de transporte entre o Sul e Sudeste para o Nordeste ainda mais eficiente ao longo dos próximos meses.

O investimento de R\$ 100 milhões na base pernambucana foi uma das primeiras missões do novo presidente da Vibra Energia, Ernesto Pousada. Ele está de olho nas oportunidades de mercado para o Brasil no ano de 2023.

Dessa forma, o segmento de biodiesel deve ser um dos principais focos da Vibra Energia para os próximos meses.

Companhia bateu recorde e transportou mais de 63 milhões de litros de biodiesel por cabotagem em 2022, com o aquecimento do mercado do combustível

As oportunidades no mercado do biodiesel em 2023 são frutos de um forte aquecimento do setor ao longo do ano passado.

A Vibra Energia conseguiu aproveitar de forma estratégica a demanda pelo produto no ano de 2022. Segundo os relatórios, mais de 63 milhões de litros de biodiesel foram transportados do Porto de Rio Grande (RS) para Suape (PE).

Dessa forma, as operações de transporte do biodiesel por via marítima foi de 33% em relação a 2021, demonstrando a relevância do combustível no cenário nacional.

O vice-presidente executivo de Operações, Logística e Sourcing, Marcelo Fernandes Bragança, comentou sobre o cenário de 2022 no ramo dos biocombustíveis, bem como a presença da Vibra Energia em Suape.

“A aliança entre eficiência logística e sustentabilidade, além de aumento de produtividade e redução nos custos, resulta, principalmente, em benefícios ao meio ambiente, com redução na poluição atmosférica e na estruturação de processos mais sustentáveis. A Vibra trabalha para ser ainda mais eficiente buscando alternativas rumo à sua transição energética e de seus clientes”, disse ele.

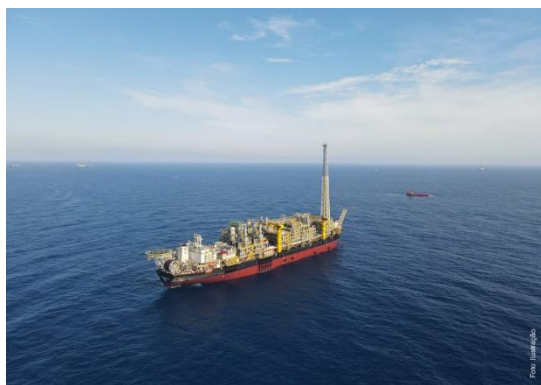
Com o investimento de R\$ 100 milhões na expansão da capacidade operacional em Suape, a Vibra Energia se movimenta para um ano de resultados ainda maiores na cabotagem de biodiesel em 2023.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 21/03/2023

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM CAMPOS DO REGIME PARTILHA ALCANÇOU NOVO RECORDE EM JANEIRO

Informações: PetroNotícias



FPSO-GUANABARAA

PPSA anunciou hoje (20) que os contratos em regime de partilha de produção registram novo recorde em janeiro, alcançando uma média de 845 mil barris por dia (bpd) de petróleo. O número volume representa quase o dobro do registrado em janeiro do ano passado. Dos sete contratos que estão atualmente em produção, quatro tiveram participação fundamental: Búzios, Sépia, Mero e Atapu.

O resultado de janeiro é 11% maior do que o de dezembro de 2021 em função de uma melhoria operacional no Campo de Búzios, que apresentou um volume de 428 mil bpd, seguido de 212 mil bpd em Libra e 101 mil bpd em Sépia. O excedente em óleo da União também acompanhou esse incremento, com produção de 42,9 mil bpd. As principais contribuições foram de Libra (32,17 mil bpd) e Búzios (6,04 mil bpd). Para fins de comparação, em janeiro de 2022, a parcela da União foi de 16,7 mil barris por dia.

A produção total acumulada em regime de partilha de produção, desde 2017, é de 369 milhões de barris de petróleo. A parcela acumulada em óleo da União, no mesmo período, é de 22,76 milhões de barris.

Em relação ao gás natural com aproveitamento comercial, os contratos apresentaram produção de 2,28 milhões m³/dia. O resultado é 17% maior do que no mês anterior em função da melhoria de performance no Campo de Búzios, que foi responsável por 2,12 milhões m³/dia, seguido de 140 mil m³/dia no Entorno de Sapinhoá e 24 mil m³/dia em Sudoeste de Tartaruga Verde.

A parcela da União foi de 54 mil m³/dia, sendo 30 mil m³/dia de Búzios, 24 mil m³/dia do Entorno de Sapinhoá e 4 m³/dia de Sudoeste de Tartaruga Verde, apresentando uma redução de 57% em relação ao período anterior, devido a instabilidades na exportação de gás em Sapinhoá.



Desde 2017, o volume acumulado de gás natural soma 1 bilhão de m³. O excedente que a União tem direito é de 151,30 milhões de m³.

Fonte: *Merco Shipping Marítima Ltda*

Data: 21/03/2023

GERDAU PREPARA INVESTIMENTOS BILIONÁRIOS EM MINAS GERAIS E FOCO SERÁ OURO BRANCO

Informações: *Correio de Minas*

O orçamento da Gerdau prevê o aporte de R\$ 5 bilhões em 2023 e 60% deste valor deve ter as operações em Minas Gerais como destino da siderúrgica que se define como “gaúcha de nascimento e mineira de coração”. Foi o que revelou o CEO da empresa, Gustavo Werneck, ao destacar a importância de Minas na história da companhia, que decidiu priorizar o estado em seu plano de investimentos.

Em entrevista ao Estado de Minas, Werneck detalhou os investimentos previstos para Minas Gerais, exaltou o histórico do estado na formação de profissionais para a área da metalurgia e como a renovação tecnológica da empresa pode ajudar a capacitar jovens mineiros e avançar rumo a uma atividade minerária segura e sustentável. Mineiro de Belo Horizonte, Gustavo Werneck formou-se em engenharia mecânica na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele iniciou sua carreira na Gerdau em Barão de Cocais, Região Central do estado, e alia suas raízes mineiras ao desejo de permanência e fortalecimento da empresa em Minas. Em 2022, Werneck foi eleito uma das 500 pessoas mais influentes da América Latina, em levantamento promovido pela plataforma digital da Bloomberg.

INVESTIMENTOS

Para Gustavo Werneck, os investimentos concentrados em Minas Gerais seguem uma lógica da estrutura presente no estado e do histórico de 35 anos de atuação na região. “É onde a gente criou toda a nossa plataforma de crescimento tanto do ponto de vista do minério, quanto do reflorestamento. Minas Gerais é onde nós vamos encontrar um ambiente mais adequado para fazer esse investimento”, comenta o CEO.

O executivo explica que parte importante do valor será investido em mineração para aumentar a produção e atender às operações da usina da empresa em Ouro Branco. A cidade da Região Central do estado é onde fica a maior planta da Gerdau no mundo e é uma das quatro que concentram o investimento previsto junto de Divinópolis, Barão de Cocais e Três Marias. A empresa espera que mais de 40 cidades sejam diretamente beneficiadas.

“Nosso investimento é sempre com foco na mineração sustentável, sem barragem, com processamento a seco. O outro foco é aumentar a capacidade de produção de laminados em Ouro Branco. Desde a construção, a usina foi projetada para produzir o que o pessoal chama de semiacabado, que não é o produto final, só que a gente tem transformado Ouro Branco em uma usina com capacidade de produção de produto final”, comenta. Werneck explica que a empresa vive uma fase de concentração dos investimentos, encerrando atividades difusas e focando a operação em áreas específicas. No mapa da Gerdau, ganham destaque as atividades nos Estados Unidos, em especial no Texas, e no Brasil, com foco em Minas Gerais e em São Paulo.

“Nós estamos em nove países atualmente. A gente estava com balanço muito alavancado há uns anos, então foi a primeira vez na história da empresa que decidimos vender. Para uma empresa que só vinha crescendo, foram decisões difíceis, sempre é mais fácil comprar do que vender. Então nós saímos do Chile, estamos saindo da Índia e saímos da Guatemala. Vendemos boa parte das nossas operações nos Estados Unidos para estarmos naqueles países onde de fato temos relevância. Isso fez muito bem para nós pro nosso balanço, a gente hoje tem uma dívida baixíssima e estamos muito preparados para crescer e, no Brasil, nosso grande foco de crescimento está em Minas Gerais”, afirma.

SUSTENTABILIDADE

Segundo o CEO, os investimentos têm como objetivo não apenas incrementar a produção da Gerdau, mas também estabelecer uma relação cada vez mais próxima entre a atividade da empresa e a responsabilidade ambiental. Além do foco em estabelecer atividades de mineração seguras e sem uso de barragem de rejeitos, a matriz energética da companhia passa por transformações que priorizam o uso de fontes renováveis e limpas. “A produção de aço via carvão vegetal traz um benefício muito importante, porque permite uma produção com baixa emissão de carbono. Então nós temos uma área reflorestada aqui em Minas Gerais muito significativa: são 250 mil hectares, que nos tornam os maiores reflorestadores do estado. A gente planta eucalipto, depois de sete anos a gente corta, faz o carvão vegetal e alimenta os nossos fornos. É uma área do tamanho do município de São Paulo, que começa próxima a Curvelo, Três Marias e forma um corredor que vai subindo até a região de Montes Claros, no Norte de Minas.

A gente também gostaria de investir bem fortemente em Minas Gerais na geração de energias renováveis, porque essa mesma região é um dos corredores de maior incidência Solar do Brasil. Então a gente já anunciou uma parceria com a Shell em Brasilândia de Minas para fazermos um investimento em energia solar. Também estamos criando agora uma plataforma junto com a XP Investimentos chamada New Wave que vai ser uma grande plataforma de geração de energia renovável no Brasil e gostaríamos que boa parte desses investimentos fosse aqui no estado de Minas Gerais”, projeta.



A Gerdau tem 250 mil ha de florestas plantadas em Minas. É uma área do tamanho do município de São Paulo(foto: PEDRO VILELA)

O investimento em sustentabilidade, segundo o executivo, passa também pela formação de profissionais capacitados para aliar a produção industrial à ecologia. Werneck destaca o programa ‘Gerdau Germinar’, que há 32 anos, oferece uma agenda de educação ambiental para jovens em idade escolar. O projeto já atendeu mais de 460 mil estudantes e hoje funciona nas cidades de Congonhas,

Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Moeda, Ouro Branco e Ouro Preto.

Werneck avalia que a expertise e desenvolvimento tecnológico de Minas Gerais na área ambiental também são um fator atrativo para os investimentos no estado. “Com as nossas florestas em Minas, jogamos de igual para igual com qualquer outra empresa especializada nesse ramo. Tem uma tecnologia absurda por trás disso, a replicação genética das sementes a partir das árvores mais fortes, por exemplo. Minas Gerais e o Espírito Santo são muito fortes nisso e fazer essa iniciativa em outro lugar seria como começar do zero. O que temos aqui, a capacidade intelectual que tem dentro de uma UFMG é impressionante”.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Gustavo Werneck destaca a mão-de-obra especializada formada em Minas Gerais para justificar a concentração de investimentos no estado. Segundo o executivo, o histórico de formação profissional e a necessidade de atender grandes mineradoras fizeram da região um polo importante de geração de conhecimento que não pode ser desprezado pelas empresas. “Minas Gerais tem uma tradição muito antiga no metal e no aço. Você não encontra em outros países a formação de escolas como as de Ouro Preto e da UFMG na engenharia mecânica, na engenharia de Minas, na engenharia elétrica e na própria engenharia civil muito focada em grandes obras. Usar essa história e esse conhecimento é muito relevante, a gente ganha muito tempo no desenvolvimento de projetos”, comenta.

O CEO da Gerdau também destaca que o relacionamento empresarial em Minas também é um destaque e a criação dos vínculos torna o estado um ponto nevrálgico do planejamento da companhia. A empresa começou suas atividades em terras mineiras em 1988 e comemora 35 anos em 2023. Desde então ampliou sua influência e se tornou a maior empresa produtora de aço do Brasil. “Para nós, Minas Gerais se transformou em um estado de criação de muitas relações comerciais de longo prazo. O mineiro tem essa história de se sentar e conversar. É um estado em que não temos tanto peso nessa discussão de preço no dia a dia, o foco é mais na construção de relações duradouras”.

Mesmo com a expertise destacada, Werneck acredita que há espaço para mais qualificação em Minas e elenca esse como um dos objetivos da Gerdau. Para o executivo, essa é uma demanda que deve partir de ações conjuntas do Estado e da iniciativa privada, que devem alavancar a formação de profissionais adequados às demandas contemporâneas. “Hoje nós fazemos muito uso de drones, por exemplo. Se tem alguém pilotando um drone e vistoriando a área florestal, se consegue identificar rapidamente um foco de incêndio numa área de 220 mil hectares, pode-se chegar lá e atuar diretamente naquele problema. Com nosso drone, eu consigo através de comparação de imagem, saber exatamente qual é o estoque sem mandar um funcionário lá com a planilha. Mas aí vou contratar um piloto de drone e não consigo achar. São profissões novas e iniciativas de formação devem partir do poder público e das empresas”, avalia.

INOVAÇÃO

As mais de três décadas de história da Gerdau em Minas se iniciaram com a aquisição da Companhia Siderúrgica Pains, em Divinópolis e cresceu a ponto do estado abrigar o único laminador da América Latina que produz grandes perfis estruturais laminados, em Ouro Branco. O investimento em tecnologia é considerado primordial pela direção da empresa, que mais do que aumentar a produção, define como meta aumentar o valor agregado das mercadorias.

O CEO da empresa destaca que a planta da usina de Ouro Branco foi a primeira planta industrial do Brasil a funcionar completamente com tecnologia 5G, o que permite não apenas aumento de produtividade como oferecer mais segurança aos funcionários, e controle do que acontece na indústria. Werneck também cita parcerias com a UFMG para atender demandas sociais e ambientais. “Estamos construindo junto com a UFMG um projeto de casas para a população de baixa renda feita com os rejeitos do alto-forno. Com a tecnologia da universidade, já temos essas casas geminadas em Ouro Branco”, disse. (EM)

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 21/03/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DIVULGA LEVANTAMENTO SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO NO SETOR AQUAVIÁRIO



Pesquisa feita pela agência contou com dados de 302 empresas do setor e busca aprimorar políticas voltadas para a equidade de gênero

Brasília 21/03/2023 - Pouco mais de 17% do total de vagas no setor aquaviário brasileiro é ocupado por mulheres. É o que mostra o levantamento de dados sobre equidade de gênero no setor feito pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), divulgados nesta terça-feira (21).

A pesquisa é a primeira das ações da Autarquia no Protocolo de Intenções, assinado em março de 2022, entre a Agência e a Women's International Shipping and Trading Association (WISTA-Brazil) que busca equidade de gênero no setor.

A coleta e publicação dos resultados têm como objetivo aprofundar o conhecimento do setor aquaviário em relação a seus trabalhadores, bem como poderá ser usado como uma linha de base pelas empresas do setor para aprimoramento de políticas voltadas para a equidade de gênero.

Ao todo foram 302 empresas do setor que responderam os questionários. Formaram parte da pesquisa: Terminais Autorizados; Terminais Arrendados; Autoridades Portuárias; Empresas brasileiras de navegação (EBN) e o Órgão de Gestão de Mão de Obra (OGMO).

A apresentação contou com a participação dos diretores da ANTAQ, entre eles o diretor-geral, Eduardo Nery, e a diretora Flávia Takafashi responsável por apresentar os dados. Também estiveram presentes a Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka, a diretora da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Amanda Seabra e a diretora de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori.

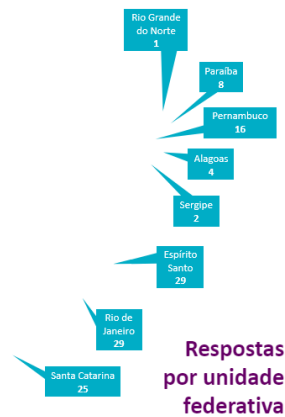
Tendência mundial

De acordo com dados da UNCTAD, as mulheres ocupam 18% das vagas no setor portuário global. Nos nichos de movimentação de cargas e operações portuárias há uma queda acentuada na taxa de participação feminina. Os números destacam a necessidade de políticas estratégicas para melhorar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

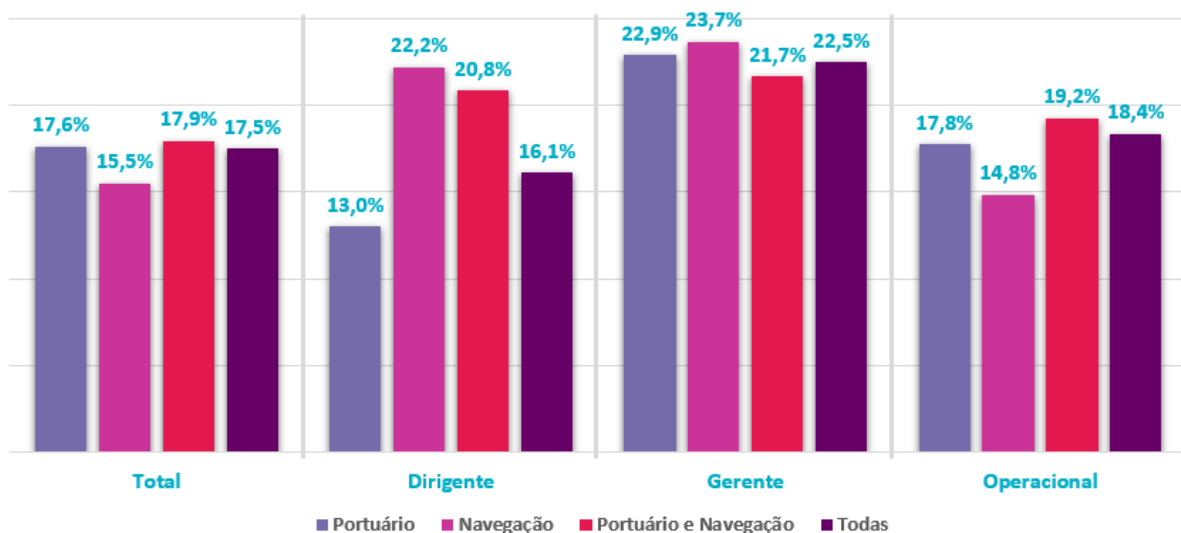
Já o levantamento feito pela ANTAQ mostra que as mulheres ocupam apenas

17,5% do total de vagas no setor aquaviário brasileiro, o que segue a tendência mundial de ocupações femininas de cargos no setor. As empresas que atuam em ambos os setores portuário e de navegação lideram o ranking de participação feminina, com 17,9% dos cargos ocupados. No setor de navegação, por sua vez, mais de 23% das posições de gerência são ocupadas por mulheres.

302
empresas
participaram na pesquisa
com respostas válidas



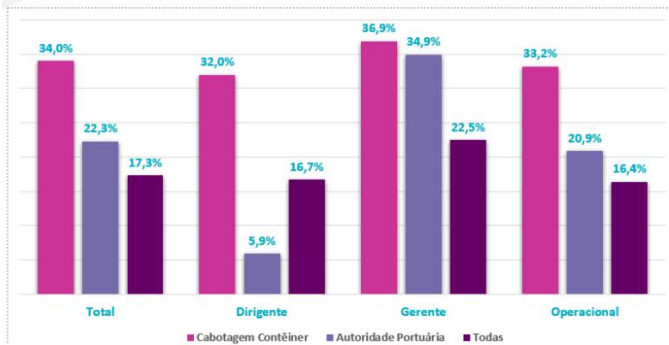
Participação das mulheres no setor aquaviário Brasileiro (dados gerais)



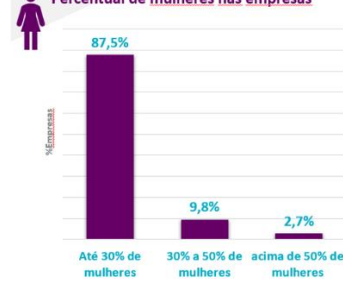
No setor portuário, as mulheres ocupam 17,3% do total de vagas. As empresas de cabotagem lideram o ranking de participação feminina com 34% dos cargos ocupados por mulheres e mais de 30% delas em posições de liderança. As autoridades portuárias têm participação feminina acima da média geral dos setores, exceto para o quadro de direção.

Na maioria das companhias entrevistadas, menos de 30% dos funcionários são mulheres e menos de 30% delas ocupam cargos de liderança. 2,7% das empresas informaram que mais da metade de seus empregados são mulheres.

Participação das mulheres no setor portuário Brasileiro



Percentual de mulheres nas empresas



Percentual de mulheres na função de gerente



Percentual de mulheres na função de dirigente

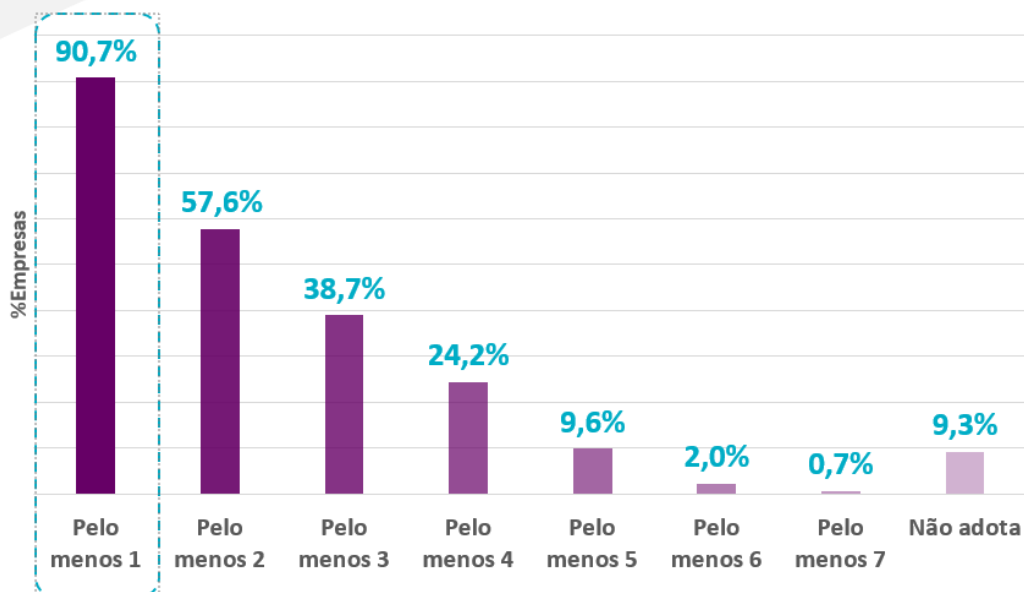


Recrutamento e equidade

As empresas entrevistadas empregam em sua maioria homens, na faixa entre os 25 e os 44 anos de idade. As empresas de médio porte (com 23 a 144 empregados) apresentaram a menor participação feminina entre os entrevistados.

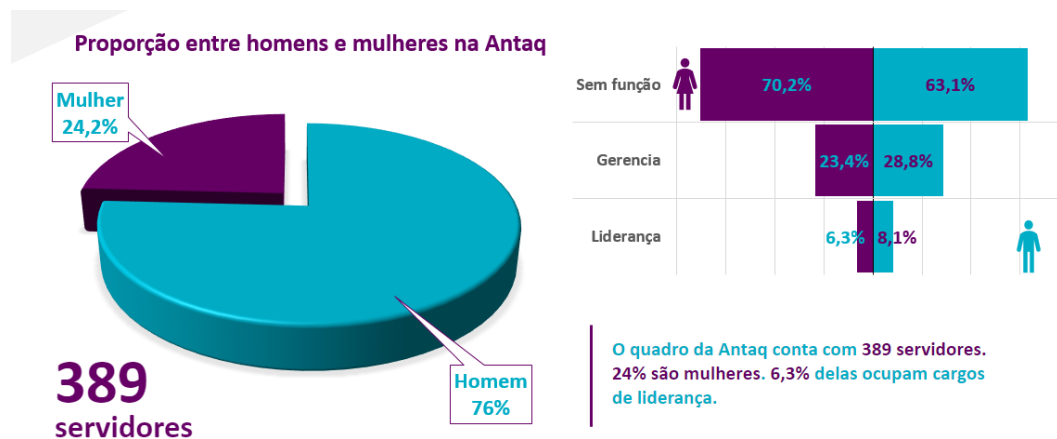
A pesquisa ainda perguntou se as companhias adotam políticas de equidade em seus recrutamentos. A conclusão foi de que 90,8% das empresas adotam pelo menos uma política de equidade de gênero na escolha de seus empregados. Além disso, 68,6% das empresas afirmam assegurar a igualdade salarial e 35,6% adotam políticas de orientação sobre igualdade de gênero.

Adoção de Políticas de Equidade no Recrutamento



Equidade na ANTAQ

O levantamento também trouxe dados sobre equidade de gênero dentro da ANTAQ. De acordo com os dados, dos 389 servidores da autarquia 24% são mulheres. 6,3% delas ocupam cargos de liderança e 20% dos cargos de liderança e gestão da autarquia são ocupados por mulheres.



Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 21/03/2023

PUBLICADA PAUTA DA 539ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA DE 2023

Reunião será realizada na próxima quinta-feira (23)

Brasília 21/03/2023 - Foi publicada a pauta da 539ª Reunião Ordinária de Diretoria (ROD) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A reunião acontecerá na próxima quinta-feira (23) e será transmitida no canal do YouTube da autarquia.

Confira a pauta da 539ª Reunião Ordinária de Diretoria

<https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/atas-e-pautas-das-reunioes>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 21/03/2023



Advogado com vasta experiência no setor público, Santoro aceitou convite do ministro Renan Filho para contribuir com retomada de investimentos e modernização da matriz logística nacional

George Santoro é advogado por formação e tem ampla experiência no serviço público - Foto: Arquivo Pessoal

O advogado George André Palermo Santoro é o novo secretário-executivo do Ministério dos Transportes. A nomeação foi publicada na edição desta terça-feira (21) do Diário Oficial da União: assinam o termo o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro dos



Transportes, Renan Filho. Com a nomeação, está completa a cadeia de comando da pasta federal dedicada às políticas nacionais de transportes terrestres – ferroviário e rodoviário – e de trânsito.

Santoro tem ampla experiência no setor público. Nos últimos oito anos, esteve à frente da Secretaria da Fazenda de Alagoas, com atuação reconhecida no saneamento das contas do estado. Também é auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e acumula passagem como subsecretário da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio.

“Estou absolutamente instigado e motivado em contribuir na busca de soluções para destravar projetos que melhorem a infraestrutura de transportes do país”, afirmou Santoro. “Vamos construir esse caminho com a equipe do Ministério dos Transportes, da Infra S.A., do DNIT [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes], da ANTT [Agência Nacional de Transportes Terrestres] e também ouvindo a academia, o TCU [Tribunal de Contas da União] e o setor produtivo”, garantiu.

O secretário-executivo também é professor, mestre em contabilidade e administração pela Fucape Business School, com especializações em economia empresarial pela Universidade Candido Mendes; em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas; e em direito, trabalho e previdência pela Universidade Candido Mendes.

Desafio

Além de auxiliar no desafio do Governo Federal em recuperar a infraestrutura de transportes no país e promover o reequilíbrio da matriz logística nacional, Santoro terá atuação direta no aprimoramento da gestão do próprio ministério como secretário-executivo. Nesse escopo, assume papel fundamental na definição de medidas que resultem em economia de recursos públicos; avanços na transformação digital da pasta e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços prestados à população; bem como adoção de mecanismos voltados à valorização de servidores, entre outros.

É grande também a atuação do secretário-executivo na coordenação, formulação e aprimoramento das políticas públicas e parcerias com a iniciativa privada. Conforme definido no Decreto nº 11.360/2023, que cria e define a estrutura do Ministério dos Transportes, integram a Secretaria-Executiva as subsecretarias de Sustentabilidade; Parcerias; Fomento e Planejamento; Planejamento, Orçamento e Administração; e Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação; além da Consultoria Jurídica da pasta.

Antes da definição do titular da Secretaria-Executiva, já estavam nomeados os secretários nacionais de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro; Rodoviário, Viviane Esse, e de Trânsito, Adrualdo Catão.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 21/03/2023

ORDEM DE SERVIÇO PERMITE MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESSENCIAIS PARA LIGAÇÃO DO NORDESTE COM REGIÕES NORTE E SUDESTE

Mais de 40 mil moradores serão beneficiados diretamente com as obras nas BR-423/AL, BR-316/AL e BR-110/AL que serão executadas pelo Governo Federal

Importantes rodovias para a ligação entre estados do Nordeste com as regiões Norte e Sudeste, as BR-423/AL, BR-316/AL e BR-110/AL voltarão a ter manutenção e conservação em 276 quilômetros de extensão. Ordem de serviço assinada nesta sexta-feira pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, destinou R\$ 45,3 milhões para os serviços, que serão executados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

A primeira etapa de obras considera a revitalização da BR-316/AL entre Canapi, em Alagoas, a Inajá, cidade pernambucana. O trecho tem 49 quilômetros, com a utilização microrrevestimento do km 35 ao km 49 e a revitalização do km 0 ao km 35. Considerada a espinha dorsal do estado, a BR-316/AL é um importante corredor de escoamento de produtos comercializados na região e por fazer ligação com Norte e Nordeste.



Começa em Belém (PA) e termina em Maceió (AL), cortando os estados do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Alagoas. As obras vão levar avanços de infraestrutura viária ao sertão alagoano e beneficiar desde pequenos produtores aos maiores fornecedores de matéria-prima do estado, como a cana-de açúcar, por exemplo.

Mais serviços

“Com a assinatura da ordem de serviço serão mais de 40 mil moradores alagoanos beneficiados com as obras estruturantes de infraestrutura que vão trazer mais segurança aos motoristas. Vamos revitalizar as rodovias do estado, gerar emprego, desenvolver a região e construir um futuro próspero em Alagoas”, afirmou o ministro dos Transportes.

A ordem de serviço assinada pelo ministro Renan Filho também permite que o DNIT execute serviços de reparo na BR-423/AL entre os km 0 ao km 105,5 que vão beneficiar municípios de Delmiro Gouveia, Inhapi, Ouro Branco, Água Branca, Canapi e Pariconha. Já na BR-110/AL vão ocorrer serviços de manutenção na extensão da rodovia.

Antes da assinatura, o ministro visitou obras de infraestrutura do governo estadual que liga as cidades de Mata Grande à Canapi pelo entroncamento da BR-316, que tiveram início em 2021.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 21/03/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – PROJETO EXPORTAÇÃO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Governo do Ceará quer ampliar suas exportações. Em sua estratégia para isso, o Porto de Pecém (CE) e sua retroárea desempenham papel essencial, assim como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), com quem o Estado pretende firmar uma parceria. A ideia, agora, é atrair empresas exportadoras e consolidar a infraestrutura para o comércio internacional, ações estas que serão potencializadas a partir do trabalho de divulgação da ApexBrasil.

Detalhes desse plano foram citados pelo governador Elmano de Freitas em reportagem publicada nesta edição do jornal BE News. A matéria aborda inclusive a reunião de Freitas com o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, no início do mês.

Fica claro que ter uma economia voltada ao comércio exterior, mais precisamente às exportações, é um caminho seguro para o desenvolvimento estadual, para a geração de empregos e riquezas locais. E no caso do Ceará, o Estado quer apostar em duas grandes cadeias, a de energias renováveis, que tem seu potencial cada vez mais explorado, e a calçadista. Contatar empreendedores deste segmento e potenciais investidores é o próximo passo.

Nesse projeto, o Porto de Pecém passa a desempenhar um papel muito importante, tanto por ter condições de abrigar em sua retroárea as empresas interessadas em se instalar no Estado, como pela sua própria infraestrutura, mais do que preparada para o escoamento da produção local a outros países. O complexo marítimo, assim, se torna um grande atrativo para atrair os parceiros privados, tanto para os empreendimentos energéticos como os calçadistas.

A estratégia desenvolvida por Freitas, portanto, tem o potencial de ser bem sucedida, principalmente por buscar reunir agentes de vários setores. Mas, efetivamente, falta ainda atrair a iniciativa privada, que será o grande protagonista dessa jornada. E neste capítulo, o Estado deve primar pela clareza em seus planos e pela segurança jurídica no regramento de seus programas de investimento, medidas mais do que necessárias para que empresários possam se interessar participar desse movimento.



Que as autoridades tenham um bom diálogo com o setor privado, que certamente tem todo o interesse de conhecer os detalhes desses planos. E que ambos saibam negociar. Este é um processo com ganhos para todos os envolvidos, basta que as responsabilidades de cada um sejam claras e os envolvidos executem seus deveres como acordado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/03/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RENAN ESCLARECE

O ministro de Transportes, Renan Filho, veio a público ontem esclarecer sua posição em relação ao teto de gastos do Governo Federal. “O problema do teto de gastos é que ele enforcou a capacidade de investimento do País. O que eu defendo é que a gente garanta a capacidade de investimentos públicos, fortaleça a atração de investimentos privados também e isso, com sustentabilidade fiscal e ambiental”, afirmou. Por fim, destacou que está na torcida para que o novo arcabouço fiscal que a União prepara possa garantir as condições para tais medidas.

O PLANO DE GARCIA

O presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva, tem claro qual seu principal objetivo à frente da empresa, estatal que administra os complexos marítimos públicos do estado. Ele quer leiloar todas as áreas portuárias disponíveis. “A ideia (...) é poder dizer, daqui a algum tempo, que não tem nenhuma área sem contrato adequado ou nenhuma área ociosa”, afirmou em recente entrevista à imprensa local.

MISSÃO BÉLGICA

Os três novos diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Wilson Pereira de Lima Filho, Alber Furtado de Vasconcelos Neto e Caio César Farias Leôncio - vão participar de uma missão internacional aos portos da Bélgica entre os próximos dias 20 e 27 de maio. Um dos complexos marítimos que serão visitados será o de Antuérpia, um dos principais da Europa.

AUTORIZAÇÃO AEROPORTUÁRIA 1

A Secretaria Nacional de Aviação Civil, do Ministério de Portos e Aeroportos, autorizou a Prefeitura de Jataí (GO) a iniciar as obras do novo aeroporto regional do município. O empreendimento envolve investimentos de R\$ 46 milhões. Nesta fase inicial, serão implantados a pista de pouso e decolagem, o pátio das aeronaves e a área para elas taxiar. Também está prevista a construção das áreas de segurança e da cerca operacional.

AUTORIZAÇÃO AEROPORTUÁRIA 2

A próxima etapa para a instalação do aeroporto engloba erguer o terminal de passageiros e as demais edificações. Esses projetos estão em fase final de ajuste e devem ter a licitação autorizada nas próximas semanas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/03/2023

NACIONAL - HADDAD INICIA A SEMANA NA CORRIDA POR ARCABOUÇO FISCAL

Ministro da Fazenda tirou o dia para fazer reuniões com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, iniciou a semana na articulação a favor do texto do arcabouço fiscal. O chefe da Economia se debruçou ontem (20) sobre reuniões a favor do assunto por Brasília.



A intenção de Haddad foi apresentar a proposta ao Congresso para que não haja ruído na comunicação entre os presidentes da Câmara, do Senado, líderes partidários e ministros Crédito: Lula Marques/Agência Brasil

TEMOS DE PROMOVER UMA AMPLA DISCUSSÃO NO CONGRESSO, NO SENTIDO DE ASSEGURAR OS INVESTIMENTOS QUE PRECISAM SER FEITOS, NAS ÁREAS DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO, DA SEGURANÇA E DA INFRAESTRUTURA, ALÉM DOS PROJETOS SOCIAIS, MAS SEM DEIXAR DE LADO A SUSTENTABILIDADE DAS CONTAS PÚBLICAS”

RODRIGO PACHECO
presidente do Senado

A intenção de Haddad foi apresentar a proposta ao Congresso Nacional para que não haja ruído na comunicação entre o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, líderes partidários e ministros.

O texto do arcabouço fiscal vai substituir o Teto de Gastos – medida que limita o crescimento das despesas do Governo Federal mediante a inflação.

A série de encontros teve início na residência oficial da Câmara dos Deputados. A proposta foi apresentada ao presidente Lira e a líderes partidários. Depois, Haddad e o secretário executivo do Ministério, Gabriel Galípolo, seguiram para a residência oficial do Senado.

Rodrigo Pacheco foi a única liderança que se manifestou após o encontro.

“Temos de promover uma ampla discussão no Congresso, no sentido de assegurar os investimentos que precisam ser feitos, nas áreas da saúde, da educação, da segurança e da infraestrutura, além dos projetos sociais, mas sem deixar de lado a sustentabilidade das contas públicas”, disse o presidente do Senado.

De acordo com o ministro Fernando Haddad, faltam “detalhes” para que o texto se torne público. Segundo ele, Lira e Pacheco “reagiram bem” à apresentação do projeto.

Haddad disse que o Governo investirá com mais intensidade em áreas sociais e de infraestrutura se a arrecadação aumentar. Para ele, o gasto público seria contido com os gatilhos nos momentos de evolução da economia.

Nenhum dos líderes teve acesso ainda ao texto, o ministro pretende apresentar o material antes da sua ida à China prevista para o final desta semana.

Na sexta-feira (17), o arcabouço fiscal foi apresentado aos ministros de Lula. Não houve sinalizações após a reunião no Palácio do Planalto.

Haddad x BNDES

A nova proposta da Fazenda já é motivo de rugas entre Fernando Haddad e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

Ontem, o banco iniciou um seminário que envolve o assunto. Durante o evento, Mercadante disse que “Haddad pode esperar lealdade, mas que não peça para deixar de dizer o que pensamos”, disse se referindo à nova proposta.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também esteve no seminário.

Segundo ele, a medida que está sendo proposta por Haddad “terá como base a curva da dívida, o superávit e o controle de gastos”.

“É uma medida inteligente e bem feita”, concluiu Alckmin.

Nos próximos dias, o Governo Federal vai tentar aprovar duas pautas essenciais para o seu plano de gestão. A Reforma Tributária – que já está sendo debatida no Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados, e o arcabouço fiscal.

Lula e seus ministros tentam conseguir uma base sólida no parlamento para o êxito dos textos. Perto de completar 100 dias de seu terceiro mandato, o presidente da República ainda negocia o apoio do Centrão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/03/2023

REGIÃO SUDESTE - TARIFA PARA NAVIOS EM ÁREAS DE FUNDEIO SOBE QUASE 1.600% NO ES

Segundo Autoridade Portuária que administra o Porto de Vitória, a taxa atual de R\$ 1.103,50, saltará para o valor de R\$ 18.729,65

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



Segundo a VPorts, a nova estrutura tarifária foi pensada de modo a gerar economia aos usuários do Porto Organizado e incentivar a eficiência da operação Crédito: Divulgação/VPorts

A VPorts, Autoridade Portuária administradora do Porto de Vitória, no Espírito Santo, anunciou uma nova estrutura tarifária que passará a entrar em vigor a partir de amanhã (22). A nova tarifa fixa por monitoramento das embarcações que ficam nas áreas de fundeio do Estado, que antes era de R\$ 1.103,50, saltará para o valor de R\$ 18.729,65, um aumento de 1.597%.

“A nova estrutura tarifária foi pensada de modo a gerar economia aos usuários do Porto Organizado e incentivar a eficiência da operação, proporcionando preços menores para operações mais rápidas”, postou a VPorts, em comunicado divulgado ontem (20) em suas redes sociais.

Segundo a Autoridade Portuária, o novo reajuste tarifário foi feito através do monitoramento realizado pelo VTMS, que em inglês significa Vessel Traffic Management Information System. Na prática, representa a central de controle e segurança dos navios que ficam na área de fundeio.

O pagamento pelo uso do sistema é feito pelos armadores e vai englobar todos os navios que acessam o Complexo Portuário de Vitória e Tubarão. Os navios que acessam os terminais do Complexo Portuário de Tubarão passam a pagar a nova tarifa de VTMS.

De acordo com a VPorts, outros portos do Espírito Santo não contam com a cobertura do sistema VTMS. Sendo assim, Portocel e Ubu não estão sujeitos à cobrança.

“A cobrança pelo sistema de VTMS, antes de R\$ 1.103,50/acesso para os usuários do Complexo Portuário de Tubarão, além de insuficiente para cobrir os custos de operação do sistema, fazia com que os navios que acessam o Porto Organizado de Vitória suportassem praticamente todo o custo do sistema. O novo valor equaliza a cobrança pelo uso do sistema entre usuários do Porto Organizado de Vitória e dos terminais, deixando a estrutura tarifária mais equilibrada”, declarou a Companhia.

A nova estrutura tarifária está sujeita a deliberação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

A VPorts afirmou que é a única Autoridade Portuária brasileira a contar com o sistema VTMS.

Benefícios

- Redução do risco de acidentes;
- Otimização e organização da fila de navios, com redução dos custos de demurrage;
- Prevenção de roubos e tráfico de drogas;
- Informações em tempo real para todos os usuários do Complexo Portuário.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 21/03/2023

REGIÃO SUDESTE - COPA PORTO SANTOS BRASIL DE FUTSAL TEM INÍCIO HOJE

Torneio reúne 12 equipes representando empresas que atuam no complexo portuário

BE NEWS - DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



A Copa Porto Santos Brasil de Futsal irá até o dia 13 de julho e todas as rodadas serão realizadas na Arena Santos Crédito: Divulgação

Tem início hoje (21), em Santos (SP), a Copa Porto Santos Brasil de Futsal, que reúne 12 equipes representando empresas que atuam no complexo portuário. A competição irá até o dia 13 de julho e todas as rodadas serão realizadas na Arena Santos (Avenida Rangel Pestana, 184, Vila Mathias), sempre nas noites de terças e quintas-feiras, com entrada franca.

Hoje haverá rodada tripla a partir das 19 horas, com os seguintes jogos: Eldorado Brasil x Cesari, Bandeirantes Deicmar IPA x Isis Redex (às 20 horas) e TEG TEAG x Ecopátio (21 horas).

Os 12 times participantes foram divididos em dois grupos. O grupo A é composto por Eldorado Brasil, Cesari, Bandeirantes Deicmar IPA, ISIS Redex, TEG TEAG e Ecopátio. Já a chave B conta com Santos Brasil, TES, Ecoporto, Ceslog, Bandeirantes Deicmar CLIA e DP World Santos.

Regulamento

Na primeira fase as equipes se enfrentam dentro de suas chaves em turno e retorno. As quatro primeiras colocadas de cada grupo avançam às quartas de final, que terá duelos em confronto único, assim como as semifinais e a decisão. Já os times que ficaram na quinta e na sexta posições seguem para as semifinais da Série Prata.

A Copa Porto Santos Brasil terá como embaixador o ex-lateral-esquerdo Léo, bicampeão brasileiro com o Santos em 2002 e 2004 e campeão da Libertadores em 2011, também pelo Peixe. O torneio conta com o patrocínio de GCB Investimentos, LDJ Ambiental, T2S Tecnologia, Grupo Sartori DHO, AGM Importações, Euro Sports, Sicoob UniMais Metropolitana, Mahara Digital e Onil Group. O apoio é da Prefeitura Municipal de Santos, Record TV Litoral e Vale e Tática Assessoria.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 21/03/2023

REGIÃO SUDESTE - SP FAZ TESTES COM PROJETO DO TÚNEL DO PORTO DE SANTOS

Projeto executivo passou por testes com uma empresa holandesa, segundo secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



A secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, fez uma visita técnica às instalações do Terminal de Passageiros de Vicente de Carvalho Crédito: Cássio Lyra/BE News

O Governo de São Paulo já tem definido o projeto executivo do túnel que vai ligar as duas margens do Porto de Santos, nas cidades de Santos (SP) e Guarujá (SP). De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), a ligação seca foi qualificada no programa de parcerias do Estado e que o diálogo se manterá aberto com o Governo Federal a respeito da ligação entre os municípios.

O PROJETO EXECUTIVO JÁ FOI TESTADO POR EMPRESAS HOLANDEAS QUE TÊM O 'KNOW HOW' EM RELAÇÃO A ESSES SERVIÇOS. A PARTE DA TRAVESSIA SECA É UM PROJETO MAIS COMPLEXO E ESTAMOS EM DISCUSSÕES"

NATÁLIA RESENDE
secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

A ligação direta entre Santos e Guarujá é uma reivindicação antiga da população, seja ela a construção do túnel ou de uma ponte. Na semana passada, durante leilão do Trecho Norte do Rodoanel, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que o Governo do Estado vai realizar os serviços, definidos por ele como 'obra emblemática'.

Em Guarujá, durante visita técnica às instalações do Terminal de Passageiros de Vicente de Carvalho, que faz a travessia de barcas com o Centro de Santos, a secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, afirmou que testes já foram executados a partir do projeto executivo definido pelo Estado.

"Temos o estudo, muito bem desenvolvido. O projeto executivo já foi testado por empresas holandesas que têm o 'know how' em relação a esses serviços. Estamos vendo agora questões de orçamento, modelagem jurídica e modelagem econômica. A parte da travessia seca é um projeto mais complexo e estamos em discussões", afirmou a secretária, sem ainda definir prazos concretos.

Desde que assumiu o Ministério de Portos, o ministro Márcio França salientou que iria propor a construção da ligação seca com o Governo Federal, a partir de recursos da Santos Port Authority (SPA), Autoridade Portuária que administra o Porto de Santos, mesmo sem o projeto de desestatização do cais santista, que previa entre na concessão de investimentos o túnel que ligaria as duas cidades.

A secretária reforçou que o Governo de São Paulo seguirá dialogando com a União quando o assunto for o túnel que liga duas importantes cidades do Litoral Paulista.

"Estamos em diálogo desde o início do ano. O governador já falou com o presidente, já falou com os ministros responsáveis. Aqui somos técnicos, vamos fazer sempre de uma forma muito dialogada", analisou.

Concessões das travessias

Segundo anunciado pela secretaria, e seguindo a agenda do Governo de São Paulo de desestatização, todos os serviços de travessias no Estado de São Paulo serão concedidos à iniciativa privada, no que é chamado de concessão patrocinada, onde há participação do Governo Estadual em serviços prestados pela empresa vencedora das respectivas licitações.

“A gente delega, chamamos o privado para ajudar o Estado, a prestar com mais qualidade e eficiência esse serviço. A gente sabe que é um serviço que não fica em pé somente com a tarifa dos usuários. Já mudamos o modelo para o Estado entrar com um aporte, em conjunto com uma tarifa justa pro usuário. Já estamos estudando e queremos que esse ano, ano que vem, já iremos fazer o edital”, explicou.

O serviço de travessias também já foi qualificado pelo programa de parcerias do Estado, conforme anunciado pela Secretaria.

No litoral de São Paulo, o Departamento Hidroviário é responsável por oito travessias, sendo elas: São Sebastião/Ilhabela; Santos/Guarujá; Bertioga/Guarujá; Iguape/Jureia/ Cananeia/Ilha Comprida; Cananeia/Continente; Santos/Vicente de Carvalho e, por fim, Cananeia/Ariri.

Revitalização dos terminais

A visita da secretária ao Terminal de Passageiros de Vicente de Carvalho marcou o início das obras de revitalização do local, onde haverá uma reforma completa, e contará com a implantação de sistema de combate a incêndio e adequação da acessibilidade do terminal.

De acordo com o Governo do Estado, as obras no terminal terão investimentos de R\$ 5,7 milhões e serão concluídas em oito meses.

Além disso, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística um edital que se refere a revitalização do flutuante e da passarela da estação de Vicente de Carvalho e melhorias na estação Praça da República, Santos.

Com os serviços previstos nos dois terminais, um em cada município, o Governo Estadual deverá investir o valor de R\$ 18,9 milhões.

De acordo com a Semil, as obras no atracadouro do lado Guarujá, contemplam a reforma de flutuante, passarelas, cobertura, espaçadores, mastros e iluminação. Já o terminal de passageiros do lado Santos, receberá uma série de melhorias para adequação às normas de segurança e acessibilidade.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 21/03/2023

REGIÃO NORDESTE - POTENCIAL DE EXPORTAÇÃO DO CEARÁ É TEMA DE ENCONTRO ENTRE GOVERNO E APEXBRASIL

Setores de energias renováveis e calçadista foram destaque durante a reunião

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A intenção do encontro entre governo e ApexBrasil é ampliar negócios, principalmente voltados aos setores de energias renováveis e calçadista Crédito: Divulgação

O potencial do Ceará para exportação e atração de investimentos foi tema de um encontro que reuniu o governador do estado, Elmano de Freitas, e o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, no último dia 9.

A intenção é ampliar oportunidades econômicas para a região, principalmente voltadas aos setores de energias renováveis e calçadista.

Para o governador, contar com o apoio da Apex “é fundamental” para que a economia cearense cresça, gere empregos e crie novas oportunidades de negócios para o setor produtivo.

“O Porto do Pecém é um dos pontos mais próximos da Europa. Além disso, temos parceria com o Porto de Roterdã, um dos mais importantes do Velho Continente. Portanto, o potencial de exportação do Ceará é enorme e vai crescer ainda mais com a produção de Hidrogênio Verde”, declarou.

Jorge Viana disse que irá buscar parcerias para aumentar o número de empresas exportadoras no estado, “que tem uma estrutura pronta e condições para exportar muito mais do que exporta atualmente. Tenho certeza que vamos trabalhar muito para isso, como é a vontade do presidente Lula e do vice-presidente (Geraldo) Alckmin”.

O encontro com o governador Elmano de Freitas fechou a agenda do presidente da ApexBrasil no Ceará, que durante os dias 8 e 9 de março realizou visitas e reuniões acompanhado pelo presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), Danilo Serpa.

“É um momento de alinhamento entre os governos estadual e federal para ver como podemos caminhar juntos. Parcerias da Apex com o Ceará em alguns eventos internacionais foram levantadas”, detalhou Serpa.

Porto e ZPE

Em seu segundo dia de missão, Jorge Viana visitou o Porto do Pecém e a ZPE Ceará. Ele e Danilo Serpa foram recebidos pela vice-presidente Financeira do complexo, Rebeca Oliveira, e pelo presidente da ZPE, Eduardo Neves. O grupo visitou também a Companhia Siderúrgica do Pecém.

Também representaram o Estado no encontro Roseane Medeiros, secretária de Relações Internacionais do Ceará e vice-presidente da Fiec; Joaquim Rolim, secretário-executivo da Indústria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE); e Eduardo Neves, presidente da ZPE.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/03/2023

REGIÃO NORDESTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE HOJE RISCOS DA IMPORTAÇÃO DE CACAU AFRICANO VIA ILHÉUS

Produtores querem alertar autoridades sobre riscos fitossanitários da operação

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



No dia 27 de fevereiro, 700 produtores da Bahia e também do estado do Pará realizaram um protesto na região portuária de Ilhéus Crédito: Divulgação/ANPC

A Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) realiza hoje (21), às 9 horas, uma audiência pública para discutir os impactos da importação do cacau africano pelo Porto de Ilhéus (BA).

A operação está preocupando os produtores brasileiros de cacau, que alegam riscos de trazer para o país pragas e doenças quarentenárias (não existentes por aqui), como a *Striga spp* e a *Phytophthora Megakaria*, que além de contaminar a produção de cacau, podem afetar outras culturas como soja, milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar e sorgo.

A categoria reivindica a anulação da Instrução Normativa nº 125 (IN125), publicada em 2021 pelo Ministério da Agricultura, que passou a permitir a entrada da carga africana no Brasil sem receber

tratamento com Brometo de Metila, única substância eficaz no combate a pragas quarentenárias, segundo os produtores.

A audiência foi solicitada pelo deputado estadual Hassan de Zé Cocá, que atendeu ao pedido feito pelos produtores de cacau do sul da Bahia e pela Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC).

São esperadas as presenças de representantes da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab); Superintendência Federal de Agricultura (SFA/BA); da presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC) Vanuza Barroso, e os produtores de cacau da região cacauzeira baiana.

Para o deputado, “essa é uma questão muito séria, que precisa ser debatida e solucionada o mais rápido possível”. Ele destacou que a Bahia é um dos maiores produtores de cacau do país e que o fruto é cultivado, em sua maioria, por pequenos agricultores em mais de 120 municípios.

Segundo dados da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), os baianos respondem por 70% da produção nacional do fruto. Das 28 mil propriedades dedicadas à cultura no estado, cerca de 80% são de pequenos produtores familiares.

Protesto

No dia 27 do mês passado, cerca de 700 produtores da Bahia e também do estado do Pará realizaram um protesto na região portuária de Ilhéus.

A manifestação, liderada pela Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC), ocorreu após a chegada, no dia 25 de fevereiro, de um navio de amêndoas importadas da Costa do Marfim que foram encaminhadas para processamento nas três principais indústrias do país.

A ANPC afirma que nos países produtores de cacau da África, existe mão de obra escrava e exploração infantil e que “comprar deles é compactuar com essa situação”, citou Vanuza Lima Barroso, presidente da associação.

Já a indústria moedora alega insuficiência nacional na produção de cacau para justificar a compra de amêndoas africanas. A explicação, porém, é questionada pelos produtores, que citam os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o setor.

De acordo com o IBGE, em 2021 a produção nacional foi de pouco mais de 302 mil toneladas de cacau, enquanto a indústria apresentou capacidade para moer 275 mil toneladas, mas moeu cerca de 230 mil.

“A realidade é que as indústrias estão utilizando do drawback (a não incidência de impostos no cacau importado da África) para pagar mais barato pelo produto”, acredita Vanuza.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/03/2023

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO - HIDROGÊNIO VERDE E ELETRIFICAÇÃO!



A coluna Tecnologia & Inovação é uma contribuição do Conselho Brasil Tech Export, presidido pelo diretor executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo

Um dos assuntos mais presentes atualmente nas colunas que abordam novas tecnologias e ESG é a Transformação Energética, que basicamente busca formas para se produzir e consumir energia sem liberar mais carbono na já combalida atmosfera dessa terceira esfera rochosa localizada depois do sol.

Substituir combustíveis fósseis por álcool, por exemplo, já seria um grande progresso, já que esse combustível biológico e renovável não polui nada. Curiosamente observam-se vários defensores do ambiente fazendo contas na frente das bombas de combustível dos nossos postos para saber se dividindo o preço do álcool pelo da gasolina dá 0,7 ou menos, para então decidirem se é mais vantajoso financeiramente abastecer com um ou com outro combustível. Fazer o quê, né?

No entanto, parece que o apelo ecológico é maior quando se muda o pensamento para a eletrificação! Aliás, se o carro for híbrido e abastecido com álcool, a questão anterior fica mais ecológica ainda. Mas vamos focar na parte elétrica das máquinas, saindo também dos automóveis de passeio e expandindo o conceito para os caminhões, trens, navios e guindastes utilizados na nossa logística. Tudo isso pode ser eletrificado.

O problema é que, se queremos algo elétrico e com mobilidade, a fonte da energia elétrica tem que ser portátil. Não dá para ligar nosso carro na tomada de casa e sair andando, porque ele só vai funcionar até a distância equivalente ao tamanho do fio.

Temos então, no momento, duas alternativas para isso. Ou carregamos a energia necessária em baterias, ou equipamos essas máquinas com alguma coisa que possa gerar essa energia elétrica no momento do consumo, evitando-se, é claro, liberar carbono na atmosfera para isso.

Até existem alguns carros híbridos com essa tecnologia. O motor a combustão está lá apenas para gerar a energia que carrega um banco de baterias e alimenta os motores elétricos que movimentam o carro. É uma tecnologia de transição, porque ainda não temos uma boa infraestrutura de pontos de abastecimento de energia pelas ruas. De qualquer forma, a emissão de carbono não é eliminada, porque, no final, ainda temos um pequeno motor a combustão.

Nesse sentido, ganha uma grande perspectiva o uso do hidrogênio como tecnologia portátil capaz de gerar a energia elétrica necessária no momento do consumo. Funciona mais ou menos assim. Todos sabemos que a fórmula da água é H_2O , ou seja, cada molécula de água tem dois átomos de hidrogênio. O jeito mais fácil de retirar esse hidrogênio da água é por meio de eletrólise, uma reação elétrica que deixa o hidrogênio de um lado e o oxigênio de outro.

O hidrogênio já separado fica então armazenado em tanques. E aí entra um outro componente inovador chamado célula de combustível, que faz uma espécie de operação inversa, usando esse hidrogênio para gerar energia elétrica e água. Ora, se tem energia elétrica como resultado, pode perfeitamente mover os motores elétricos, dispensando as baterias. Resumindo, a fonte da energia elétrica portátil pode ser baterias ou hidrogênio.

Na prática, temos várias outras formas de se obter hidrogênio, mas se a preocupação é não poluir com carbono. Não adianta nada produzir hidrogênio à custa da queima de carvão ou outros combustíveis fósseis. Por isso, criaram uma classificação para nos ajudar a entender os diversos tipos de hidrogênio. Aliás, hidrogênio sempre será hidrogênio. A classificação diz respeito à forma como ele foi produzido.

Se não queimou combustível fóssil algum por exemplo, foi produto de uma eletrólise feita com energia elétrica eólica, temos o desejado hidrogênio verde; se houve liberação de carbono na sua produção, mas o processo produtivo capturou e tratou esse carbono, no final temos o hidrogênio azul; por outro lado, se liberou carbono na atmosfera sem tratamento algum, temos o hidrogênio cinza. Nesse caso, a liberação de carbono na geração do hidrogênio é maior do que se tivéssemos usado o combustível direto alimentando um motor a combustão para a mesma máquina que foi eletrificada.

Taí: tecnologia e inovação misturadas com ESG. Vamos apoiar os projetos de geração de





hidrogênio verde que estão surgindo em vários dos nossos portos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/03/2023

NACIONAL – NORTE EXPORT – 3 E 4 DE ABRIL 2023

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

3 E 4 DE ABRIL
MANAUS
AMAZONAS

PRESENCAS CONFIRMADAS

Caio César Farias Leônico
Diretor da Antaq - Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Lúcio Flávio Morais de Oliveira
Presidente-Executivo do CIEAM - Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM)

Local: Quality Manaus www.forumbrasilexport.com.br

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/03/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MINISTRO FÁVARO INICIA AGENDA NA CHINA COM REUNIÕES BILATERAIS E ENCONTROS COM EMPRESÁRIOS

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (21 de março de 2023)

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, embarcou nesta segunda-feira (20), com destino a Pequim, na China. A previsão de chegada ao país asiático é na próxima quarta-feira (22).



Nesta semana, antes da chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país asiático, Fávoro participa de reuniões bilaterais com autoridades chinesas, seminários e encontros com representantes do setor produtivo. Para quinta-feira (23) está prevista participação na abertura do Cotton Industry Development Conference. Também estão agendadas reuniões com empresas e associações de fabricantes de fertilizantes e insumos agrícolas, além de evento para discutir a cooperação entre Brasil e China em agricultura sustentável e finanças verdes.

Na sexta-feira (24), o ministro participa do “Seminário multisetorial: Perspectivas da Parceria Brasil-China no Agronegócio”, com a presença de entidades brasileiras como CNA, OCB e Abiove e organizações chinesas como a China Association for the Promotion of International Agricultural Cooperation e o Agricultural Bank of China.

Também no dia 24 está previsto um seminário do setor de proteína animal, que irá reunir autoridades e empresários do setor do Brasil e da China, com a participação do Embaixador do Brasil na China, Marcos Galvão, e do vice-presidente da Câmara Chinesa de Comércio para Importação e Exportação de alimentos, produtos naturais e subprodutos animais (CFNA China), Yu Lu.

Já na próxima segunda-feira (27), a equipe do Mapa participa de encontro multissetorial com a All China Federation of Supply and Marketing Cooperatives. Também haverá o Fórum China-Brasil de Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

Missão Presidencial

A partir de terça-feira (28), Fávoro passa a integrar a comitiva presidencial que cumpre agenda oficial com as autoridades chinesas. Ao longo da visita do presidente Lula, haverá eventos empresariais, seminários e a assinatura de atos intergovernamentais.

A China é, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos em território brasileiro. Em 2022, a corrente de comércio atingiu recorde de US\$ 150,5 bilhões.

Comitiva do agro

Além da equipe técnica do Mapa e outros parlamentares, fazem parte da comitiva brasileira à China mais de 100 empresários dos setores de carnes, algodão, insumos, celulose, grãos, sementes, entre outros. As despesas da viagem serão custeadas pelos próprios empresários.

“É uma comitiva importante, com empresários brasileiros das mais diversas áreas, para melhorar as nossas relações comerciais, tanto para vender mais para a China como para comprar produtos que sejam importantes para o Brasil, e com isso gerar oportunidades de empregos, desenvolvimento econômico e mais: retomar as boas relações fraternais com o povo chinês. Vamos preparar para a chegada do presidente Lula, que vem uma outra comitiva com ele, se agrega a nossa, e vamos trazer grandes notícias para o povo brasileiro”, disse Fávoro.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/03/2023

OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DA NOVA ENTRADA DE SÃO VICENTE AVANÇAM NA BAIXADA SANTISTA

Informações: ARTESP (21 de março de 2023)

A entrada de São Vicente, na Baixada Santista, recebe serviços para modernização e remodelação de sete quilômetros do Kms 62 ao 69 da Rodovia dos Imigrantes (SP 160), trecho urbano da cidade. Os serviços em andamento trazem mais segurança para a população local, com a implantação do novo sistema de monitoramento. A obra executada pela concessionária Ecovias, sob fiscalização da ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo, teve início em janeiro do ano passado e vai estar concluída no até o final do segundo semestre deste ano.



“A segregação do tráfego reduz o número de sinistros e aumenta a fluidez, principalmente nos períodos de maior demanda (feriados), garantindo melhores condições de segurança viária para todos os usuários”, explicou o diretor-geral da ARTESP, Milton Persoli.

Investimento e projeto

As obras já estão em estágio avançado, para a construção de uma via marginal, que vai separar o tráfego urbano e rodoviário, além da adequação dos acessos de entrada e saída de São Vicente. O montante investido nas intervenções é de R\$ 52 milhões.

O projeto completo contempla melhorias no sistema de drenagem, com a construção de um canal para captação de água no km 65, local com histórico de ocorrências de alagamento, permitindo assim o escoamento das águas da chuva para o canal do Mar Pequeno. Também a implantação de novos postes de iluminação, entre os km 62,5 e 68, nas alças de acessos e passagens inferiores dos kms 65,5 e 66,9, em ambos os sentidos, e na ciclovia existente entre os km 62,5 e 65. Além de uma quadra poliesportiva e um novo Ecoponto estão sendo construídos sob o Viaduto Mário Covas.

Um novo sistema de monitoramento com câmeras será implantado em todo o trecho, incluindo a ciclovia e as alças de acesso, com intuito de garantir maior proteção aos trabalhadores, estudantes, moradores da região, além dos mais de 24,5 veículos que trafegam diariamente pelo trecho.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/03/2023

GOVERNO INVESTE R\$ 19 MILHÕES EM MELHORIAS NA TRAVESSIA SANTOS/VICENTE DE CARVALHO

Informações: Governo do Estado de São Paulo (21 de março de 2023)

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), iniciou, no distrito de Vicente de Carvalho, no Guarujá, os serviços de reforma completa, implantação de sistema de combate a incêndio e adequação da acessibilidade dos terminais de passageiros da Travessia Santos/Vicente de Carvalho.

Com previsão de conclusão em até oito meses, as obras irão proporcionar mais segurança aos usuários que utilizam a travessia, além de melhorar a qualidade do atendimento. A travessia Santos/Vicente de Carvalho transporta cerca de 9,6 mil usuários ao dia, entre pedestres e ciclistas.

“Estamos começando aqui as obras de reforma predial completa da Estação, incluídas intervenções referentes ao combate a incêndio e adequação da acessibilidade, questões muito importantes para nós”, afirmou a Secretária Natália Resende.

A SEMIL também publicou outros dois editais, um para a revitalização do flutuante e da passarela da estação Vicente de Carvalho, no Guarujá, e outro para melhorias na estação Praça da República, em Santos.

As obras no atracadouro do lado Guarujá, no distrito de Vicente de Carvalho, contemplarão a reforma de flutuante, passarelas, cobertura, espaçadores, mastros e iluminação. Já o terminal de passageiros do lado Santos, localizado na Praça da República, receberá uma série de melhorias para adequação às normas de segurança e acessibilidade. No total, são R\$ 18,9 milhões em investimentos.

De acordo com a secretária, os investimentos compõem um dos dois eixos de atuação da SEMIL, garantindo a continuidade dos serviços. “No segundo eixo, realizaremos a concessão patrocinada das travessias, com o aporte de parte dos recursos pelo Estado, o que permitirá garantir a qualidade do serviço e uma tarifa justa, devido ao ganho de escala que esse modelo representa. Vamos exigir das concessionárias pontualidade, mais eficiência e segurança”, afirmou Natália.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/03/2023



IMPORTAÇÃO DE PNEU DE CARGA VOLTA A SER TAXADA

Informações: ANBA (21 de março de 2023)

A volta da tarifa de 16% para importação de pneus de carga no Brasil deve ser publicada até terça-feira (21) no Diário Oficial da União. A decisão foi tomada na última semana pelo Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex), em sua primeira reunião no novo governo.

A decisão revoga a resolução Gecex nº 148, de 20 de janeiro de 2021, norma que havia zerado a tarifa para a importação de cinco modelos de pneus de carga.

“A medida é uma boa notícia para os fabricantes de pneus nacionais, que vinham enfrentando queda na produção causada pelo aumento de importados e, com os estoques cheios, ameaçavam paralisar a produção e realizar demissões. Com o fim da isenção tributária aos pneus de carga importados, a indústria já sinalizou com o recuo em seus planos de demissão”, diz a nota divulgada pelo Gecex.

Resinas plásticas

Em outra medida, o Gecex decidiu recompor as alíquotas de importação de quatro resinas plásticas, elevando as tarifas para 11,2% com a retirada dos produtos da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul. A redução das taxas vieram por resoluções publicadas em julho e agosto de 2022 para copolímeros de etileno, copolímeros de propileno, PVC obtido por processo de suspensão e Politereftalato de etileno (PET). “A imposição das reduções das alíquotas teve consequências danosas para o setor químico brasileiro, com o aumento das importações e queda de preço de venda das resinas nacionais”, afirmou o Gecex.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/03/2023

NOVA TABELA DE TARIFAS DO PORTO DE CABEDELLO SERÁ IMPLEMENTADA AINDA EM MARÇO

Informações: Porto de Cabedello (21 de março de 2023)

O Porto de Cabedello terá seu reajuste tarifário após cerca de 8 anos. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou o ajuste, que passará a ser aplicado ainda neste mês. O cálculo das novas tarifas foi feito com base nas resoluções 32/2019 e 61/2021 da agência reguladora.

A nova tabela de tarifas portuárias do Porto de Cabedello está alinhada com o momento de amplo desenvolvimento vivido atualmente pelo porto. A modernização e ampliação das instalações portuárias tem atraído cada vez mais investidores e empresas interessadas em utilizar o porto para escoar sua produção.

“Essa lutada e esperada atualização tarifária vem, em oportuníssima hora, garantir a devida remuneração pela infraestrutura portuária, que permitirá promover ganhos de eficiência a serem revertidos em benefício dos usuários do Porto de Cabedello”, destacou o presidente Ricardo Barbosa que, juntamente com a equipe da Companhia Docas da Paraíba, está fazendo ao longo da semana a apresentação do novo tarifário à comunidade portuária que interage diariamente com o Porto de Cabedello.

As tarifas portuárias são cobradas pelo porto aos armadores, às empresas arrendatárias, operadores e usuários em geral, incidindo sobre o uso da infraestrutura de acesso aquaviário. Esse tipo de tarifação é comum em portos de todo o mundo e serve para custear a manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura portuária.

O Porto de Cabedello é uma importante porta de entrada e saída de produtos para a região Nordeste e tem um papel estratégico na economia da Paraíba. O reajuste tarifário é um passo importante para garantir o seu desenvolvimento e a continuidade dos serviços prestados aos usuários.

Clique aqui e acesse a nova tabela de tarifas - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



<https://portodecabedelo.pb.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/DELIBERACAO-No-12-DE-7-de-marco-de-2023-DOU-Imprensa-Nacional-NOVA-TARIFA-PORTUARIA-DO-PORTO-DE-CABEDELLO.pdf>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 21/03/2023

PORTO DE IMBITUBA CELEBRA MELHOR FEVEREIRO DE SUA HISTÓRIA

Informações: Governo do Estado de Santa Catarina (21 de março de 2023)

Com operação de 503,8 mil toneladas em fevereiro e crescimento de 8,4% na movimentação mensal, se comparado ao mesmo período do ano anterior, o Porto de Imbituba tem agora um novo recorde, com o melhor fevereiro da história do complexo portuário. Ao todo, foram atendidos 21 navios, principalmente de exportação de granéis sólidos.

Segundo o governador Jorginho Mello, Santa Catarina é o único estado do Brasil com cinco portos competitivos, que podem exportar para qualquer lugar do mundo e importar produtos para as regiões Sul e Sudeste de forma muito mais ágil que os concorrentes.

Os embarques de granéis agrícolas, coque, ferro-gusa e toras de madeira foram os principais motores para o incremento das exportações.

Quanto ao desempenho dos contêineres houve acréscimo de 60,7% na tonelagem transportada no último mês, frente a fevereiro de 2022.

Os desembarques de guindaste e barrilha em big bags que comportam até 2 mil quilos de carga por embalagem e os carregamentos de geradores também contribuíram para o aumento das movimentações.

A alta demanda e perspectiva de crescimento impulsionam melhorias e para atender a demanda em ascensão, já visível com os navios ao largo aguardando para atracar, a SCPAR Porto de Imbituba anunciou recentemente o planejamento de aumento da área acostável, para recebimento simultâneo de até seis navios. Hoje, a capacidade máxima do Porto é de quatro navios atracados.

Repórter: Kenia Casagrande

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 21/03/2023

ENCONTRO NA ACS TEM COMO FOCO A APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE SANTOS

Informações: ACS (21 de março de 2023)

Na manhã desta quinta-feira (16) recebemos o secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Glaucus Renzo Farinello, para apresentar as nossas associadas e comerciantes locais os detalhes sobre as intervenções que serão feitas pela Prefeitura de Santos na Rua XV de Novembro e seus arredores.

Glaucus aproveitou a oportunidade para anunciar as diversas obras que serão feitas para melhorar e beneficiar a região do Centro de Santos, entre as áreas do Valongo e do Paquetá.

O Plano Valongo-Paquetá contará com novos calçadões e vias compartilhadas, aproveitamento do bonde para transporte de munícipes, novas áreas verdes e estímulo a novos roteiros turísticos.

Entre as obras que iniciarão em curto prazo, temos: a nova Rua Tuyuti – reformulação da via com ampliação da calçada, novo paisagismo, mobiliário urbano (bancos e lixeiras), área gastronômica, fonte, playground e área de lazer; modernização do Elevado Aristides de Machado – readequação da estrutura, com implantação de quadra de basquete, pista de skate street, paisagismo, instalação de bancos, lixeiras e iluminação; reformulação da Rua XV de Novembro (entre ruas Frei Gaspar e

Riachuelo), com novo bulevar, dando prioridade aos pedestres e a Revitalização da Rua República Portuguesa – com o intuito de resgatar e valorizar as identidades portuguesa e africana do local.

O encontro contou também com a participação do promotor de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Dr. Carlos Cabral Cabreira, que falou sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) recentemente assinado entre o Ministério Público Estadual (MPE), a Prefeitura de Santos e a Santos Port Authority (SPA), envolvendo a revitalização dos armazéns 1 ao 4 (Valongo).

O projeto Parque Valongo, contará com um novo parque público e devolverá à população o acesso ao espelho d'água. Estão previstas as instalações de novos mobiliários, pisos e paisagismo, assim como áreas de contemplação e espaços para eventos, atividades esportivas, de lazer e culturais.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/03/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MERCADO DE PETRÓLEO AVALIA EFEITOS DA CRISE BANCÁRIA

Turbulência do setor bancário reacendeu temores sobre um choque de preços do óleo cru, como ocorreu em 2008

Por epbr 21 de março de 2023 Em Comece seu Dia, Petróleo e gás



Opep+ mantém corte de 2 milhões de barris/dia na produção, mas se preços do petróleo caírem abaixo de US\$ 70 o barril, o grupo pode ser forçado a agir (Foto: Yegor Aleyev/TASS)

A turbulência do setor bancário reacendeu temores sobre um choque de preços do petróleo, como ocorreu na crise financeira de 2008. Contudo, a preocupação parece exagerada, na avaliação da S&P Global Commodity Insights.

O pano de fundo em 2008 era muito diferente, lembra a consultoria. A valorização do Brent, que chegou a atingir o recorde de US\$ 147 o barril, antes de fechar o ano na casa dos US\$ 40, não era apoiada, necessariamente, pela demanda física.

— “O mercado atual é sustentado por um senso mais firme de crescimento econômico e demanda”, diz o diretor global de petróleo da S&P Global Commodity Insights, Joel Hanley.

O atual cenário do setor bancário também é bem diferente, avalia o banco suíço Lombardier Odier, que acredita que essas instituições financeiras têm maior proteção de capital hoje. Ainda destaca que os bancos centrais agiram rapidamente para evitar o estresse financeiro e dar liquidez global aos bancos.

— Além disso, indicadores de crises, como as condições de empréstimo interbancário, continuam saudáveis.

Entretanto, ainda é muito cedo para minimizar os efeitos do colapso do Silicon Valley Bank, e se a compra do Credit Suisse pelo UBS vai restaurar a confiança do mercado financeiro. Valor



As principais tradings do mundo pregam cautela. O CEO da Vitol, Russel Hardy, ainda espera um crescimento da demanda global por óleo de 2 milhões de barris/dia em 2023, com a reabertura da economia chinesa e a recuperação do setor de aviação. Mas os “mercados permanecem vulneráveis a riscos econômicos e geopolíticos”, ressaltou. S&P

— Já a Trafigura destaca que, embora o nervosismo possa se espalhar pelos mercados no curto prazo, não vê risco significativo de um contágio como o de 2008. “Até agora não parece que estamos nessa situação [de 2008]”, disse o economista-chefe, Saad Rahim. FT

Olho na Opep+: o cartel e membros aliados rejeitaram, até o momento, qualquer reavaliação do plano de cortar 2 milhões de barris/dia da oferta em 2023. Mas, se os preços caírem abaixo do limite de US\$ 70 o barril, o grupo pode ser forçado a agir.

— A Opep tem reunião agendada para o próximo mês e provavelmente aguardará mais dados antes de tirar qualquer conclusão sobre a atual turbulência. S&P

O Goldman Sachs cortou suas previsões para o Brent, com os temores bancários e de uma recessão global, para US\$ 94 o barril nos próximos 12 meses e US\$ 97 no segundo semestre de 2024 – abaixo dos US\$ 100 anteriores. Arab News

Ontem, a referência fechou o dia com valorização de 1,06%, a US\$ 73,74 o barril [Valor]. E operava em alta de 1,19% na manhã desta terça-feira (21/3), a US\$ 74,67 o barril.

Privatização da ES Gás atrai quatro interessados Leilão está marcado para 31 de março e quatro companhias – ou consórcios – procuraram oficialmente o governo do Espírito Santo e a Vibra no road show. De acordo com a Gazeta, Commit e Energisa estão no jogo.

Governança aprova indicados para a diretoria da Petrobras Os comitês internos de conformidade da companhia fizeram apenas “pequenas recomendações”, segundo o Valor, em parecer para o conselho de administração, que se reúne na quinta-feira (23/3).

Petroleiros param contra venda de ativos A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos afiliados aprovaram uma paralisação na próxima sexta-feira (24/3), em protesto contra a venda de ativos da Petrobras. Os petroleiros pedem a suspensão das vendas e a reversão de negócios já fechados. Folha

Ministro do Petróleo da Venezuela renuncia após denúncia de corrupção Tareck El Aissami renunciou ao cargo nessa segunda-feira (20/3), após uma operação contra a corrupção envolvendo a Petróleos da Venezuela (PDVSA) e colaboradores próximos. AFP

Emissões precisam cair imediatamente, diz o IPCC Lançado nessa segunda-feira (20/3), o relatório síntese do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês) indica que, até 2035, todo o planeta deve reduzir as emissões de gases de efeito estufa para 60% abaixo dos níveis de 2019. Mas, por enquanto, as emissões continuam a aumentar, com alguns países e grupos contribuindo muito mais do que outros.

— O relatório também faz um alerta sobre a velocidade com que a mudança do clima está afetando regiões e populações inteiras, com mais de 3 bilhões de pessoas altamente vulneráveis. É quase metade da população mundial atual.

Heineken compra biometano certificado Marquise Ambiental e MDC fecharam o primeiro contrato de venda de GAS-REC de biometano com a cervejaria – que poderá usar certificado de rastreabilidade para reportar emissões de gás natural fóssil como se fosse molécula renovável do biometano. A emissão é lastreada na produção da GNR Fortaleza.

Refinaria de Pecém fecha acordo para produzir metanol A Noxis Energy, responsável pelo projeto da Refinaria de Petróleo de Pecém (RPP), no Ceará, assinou um memorando de entendimentos com o grupo suíço-brasileiro BlueNano, para adquirir tecnologia para produção de metanol. O investimento na planta de metanol é estimado em US\$ 450 milhões, mas a Noxis quer otimizar o projeto e reduzir esse valor.

— O projeto terá capacidade para 500 mil toneladas/ano e mira o potencial de substituição de importações do metanol. Um dos focos é a demanda do setor de transporte marítimo.

Eletrobras fecha compra de participações na Madeira Energia A subsidiária Furnas formalizou a aquisição, por R\$ 168 milhões, das participações diretas e indiretas remanescentes que Cemig GT, Andrade Gutierrez e Novonor detinham na Madeira Energia (Mesa), correspondentes a 22,9% da companhia.

— Com o fechamento do negócio, a Eletrobras passará a deter, indiretamente, 95,2% de participação no capital social da Mesa, única acionista da Santo Antônio Energia (Saesa). A companhia opera a hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia. Valor

Consumo elétrico cresce 1,6% em fevereiro A demanda no mercado livre subiu 2,3% na comparação anual, mostram dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Já no mercado regulado, a alta foi de 1,1%, sobre o consumo registrado em fevereiro de 2022. Reuters

Angra 1 bate recorde de geração A usina termonuclear atingiu a marca de 485,03 gigawatts-hora (GWh) em janeiro, superando sua melhor marca, obtida em julho de 2021, de 483,79 GWh. Valor

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 21/03/2023

IBAMA ADMITE EXIGIR NOVO ESTUDO ANTES DE LICENCIAMENTO NA FOZ DO AMAZONAS

Presidente do órgão poderá exigir Avaliação Ambiental Estratégica para decidir sobre o andamento do projeto na Margem Equatorial

Por Luma Poletti 21 de março de 2023 Em Meio ambiente, Mercado offshore, Petróleo e gás



Rodrigo Agostinho (PSB), novo presidente do Ibama, escolhido por Marina Silva (Rede) (Foto: Agência Câmara)

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, disse que o órgão pode exigir a realização de uma avaliação ambiental estratégica para subsidiar o licenciamento na Foz do Amazonas, bacia onde a Petrobras tenta iniciar sua próxima campanha de perfuração de poços de petróleo e gás.

“Eu não posso antecipar uma decisão, mas uma Avaliação Ambiental Integrada, [ou] uma Avaliação Ambiental Estratégica, é, sim, uma possibilidade”, disse Agostinho em entrevista à agência Sumaúma.

A Foz do Amazonas é uma região de nova fronteira exploratória, que se estende dos limites marítimos com a Guiana Francesa, pela costa dos estados do Amapá e Pará.

“A gente não está falando apenas de um poço de petróleo, estamos falando de abrir uma região inteira do Brasil para a exploração petrolífera. Obviamente que a Avaliação Ambiental Estratégica é uma possibilidade real e está em análise neste exato momento”, completou

Se de fato a exigência for feita, pode levar à suspensão do licenciamento da Petrobras na região.



Ao contrário do que é feito individualmente pelas empresas, as avaliações integradas são estudos contratados pelo governo federal, para robustecer o conhecimento ambiental de determinadas regiões.

A própria ministra Marina Silva (Rede) já defendeu a realização de uma AAE ou uma AAI, que consistem em avaliações mais amplas do que um Estudo de Impacto Ambiental — pré-requisito a ser apresentado pelas empresas para obter o licenciamento de um projeto, o que já foi feito pela Petrobras.

“[A exploração da Foz do Amazonas] é altamente impactante, e temos instrumentos para lidar com projetos altamente impactantes, que é o instrumento da avaliação ambiental integrada, da avaliação ambiental estratégica”, disse Marina.

Em 2020, a Petrobras assumiu o bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, que seria operado pela BP, que abandonou o projeto — a estatal fez o mesmo com os blocos da TotalEnergies. A expectativa era obter os licenciamentos a partir dos estudos de impacto ambiental apresentados, o que foi descartado pela ministra.

“Não pode ser um licenciamento puramente pontual, é preciso fazer uma avaliação ambiental estratégica e trazer para a mesa todos os elementos, as implicações de um projeto como esse”, disse Marina.

Sem promessas de prazo para licença na Foz

Atualmente, a Petrobras espera conseguir uma autorização para uma simulação na região, estratégia da companhia para demonstrar os recursos de segurança

Rodrigo Agostinho afirmou que não há nenhuma decisão sobre a emissão da licença nos próximos dias ou semanas, e que todas as recomendações estão sob análise: “Nós ainda não tomamos uma decisão, mas todas as recomendações são, em tese, possíveis de ser atendidas”.

AAAS: Em 11 anos, apenas dois registros

Questionado se seguiria a recomendação de técnicos do Ibama e pediria uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), Rodrigo Agostinho não afirmou se este será o caminho adotado pela pasta.

A AAAS é um instrumento criado em 2012 por meio de uma portaria conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, para subsidiar com informações técnicas o processo de outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural em bacias marítimas e terrestres. Trata-se de um tipo de Avaliação Ambiental Estratégica.

O principal objetivo da AAAS é a elaboração de um Estudo Ambiental de Área Sedimentar (EAAS), que vai indicar a aptidão de áreas para a atividade de exploração de óleo e gás e subsidiar o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos em determinada região.

“Elas [as AAAS] seriam mais importantes e mais úteis justamente em regiões que ainda são novas para eventual produção de petróleo e gás”, afirma Luis Sánchez, professor da Escola Politécnica da USP.

“Porque elas permitiriam ajudar a tomar decisões lá na frente sobre o licenciamento ambiental. Indicariam áreas não aptas para atividade de perfuração, e então nesses lugares nem caberia uma empresa solicitar uma licença ambiental, ou até mesmo a ANP ofertar”, completa Sánchez.

O instrumento foi criado um ano antes do leilão da bacia no Foz do Amazonas, mas desde então apenas dois estudos foram produzidos: na bacia do Solimões, e na bacia marítima de Sergipe-Alagoas/Jacuípe.

O primeiro, pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o segundo pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 21/03/2023

CAPACIDADE GLOBAL DE GERAÇÃO RENOVÁVEL CRESCEU 9,6% EM 2022

Dados da Irena mostram que energias renováveis continuam a alcançar recordes, apesar das incertezas globais

Por epbr 21 de março de 2023 Em *Eólica, Solar, Transição energética*



Capacidade solar liderou expansão, com um aumento de 22% (Foto: Kev/Pixabay)

BRASÍLIA — O mundo adicionou 295 GW de capacidade renovável em 2022, um crescimento de 9,6% em relação ao ano anterior, de acordo com as estatísticas de capacidade renovável 2023 da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena), divulgadas nesta terça (21/3). Isso representa 83% de toda nova energia inaugurada no ano passado.

Até o final de 2022, a capacidade global de geração renovável totalizou 3,3 terawatts (TW).

“Este crescimento recorde contínuo mostra a resiliência da energia renovável em meio à persistente crise de energia”, comenta o diretor-geral da Irena, Francesco La Camera.

“O forte caso de negócios das energias renováveis, juntamente com as políticas favoráveis, manteve uma tendência ascendente de sua participação no mix global de energia ano após ano. Mas as adições anuais de renováveis devem crescer três vezes o nível atual até 2030, se quisermos permanecer no caminho que limita o aquecimento global a 1,5°C”.

Enquanto muitos países aumentaram sua capacidade renovável em 2022, o crescimento está concentrado em alguns países e regiões como Ásia, EUA e Europa.

Quase metade das adições do ano passado (1,63 TW) foram na Ásia, lideradas pela China, com 141 GW.

Na Europa e América o crescimento foi de 57,3 GW e 29,1 GW, respectivamente.

A África continuou a expandir de forma constante com um aumento de 2,7 GW, ligeiramente acima do ano passado.

A Oceania manteve seu crescimento de dois dígitos com uma expansão de 5,2 GW e a América do Sul segue tendência ascendente, com avanço de 18,2 GW.

Já o Oriente Médio apresentou seu maior aumento em renováveis já registrado, com 3,2 GW de nova capacidade comissionada em 2022, um aumento de 12,8%.

Embora a energia hidrelétrica represente a maior parcela da capacidade total de geração renovável global com 1250 GW, solar e a eólica continuaram a dominar a nova capacidade de geração.

Juntas, ambas as tecnologias contribuíram com 90% para a participação de toda a nova capacidade renovável em 2022. A capacidade solar liderou com um aumento de 22%, seguida pela energia eólica, que aumentou sua capacidade de geração em 9%.

Destaques tecnológicos:

- Hidrelétrica: aumento de 21 GW (+2%), consistente com os últimos anos.

- Eólica: com um aumento de 75 GW (+9%) em 2022, a Irena aponta uma desaceleração em comparação com os dois anos anteriores.
- Solar: a fotovoltaica foi responsável por quase todo o aumento da energia solar em 2022, com 191 GW.
- Bioenergia: expansão desacelerou ligeiramente em 2022 (+7,6 GW em comparação com +8,1 GW em 2021).
- Geotérmica: aumento modesto de 181 MW.
- Eletricidade fora da rede: a capacidade cresceu 1.237 MW em 2022 (+11%) para atingir 12,4 GW.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 21/03/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

A CARTA NA MANGA DE LULA PARA AUMENTAR O PODER DO GOVERNO NA ELETROBRAS

Por Malu Gaspar e Rafael Moraes Moura — Rio e Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia no Palácio do Planalto – Foto : Cristiano Mariz/Agência O Globo

A Casa Civil e a Advocacia-Geral da União (AGU) de Lula planejam uma ofensiva jurídica para modificar o estatuto da Eletrobras e garantir mais poder ao governo na companhia. Os técnicos dos dois ministérios trabalham na elaboração de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) a ser apresentada para o Supremo Tribunal Federal (STF) para modificar a regra do estatuto da Eletrobras.

O objetivo da ação, encomenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é derrubar o dispositivo que estabelece que qualquer acionista tem no máximo 10% do poder de voto nas assembleias, mesmo que tenha participação maior na empresa. Isso inclui a União, que tem 42,6% das ações.

O próprio Lula afirmou nesta terça-feira, em entrevista transmitida on-line pelo site 247, que “o governo vai voltar a ser dono da Eletrobras”. O presidente disse ainda na entrevista que a privatização foi “um crime”.

Na ação que avalia apresentar ao Supremo, o governo pretende argumentar que esse limite de 10% é inconstitucional.

O limite foi estabelecido na lei da privatização da Eletrobras, aprovada no Congresso, e incluído no estatuto da companhia — privatizada em junho de 2022, em uma negociação pela qual investidores pagaram R\$ 33,7 bilhões.

Ao longo das negociações para a privatização, ficou claro que transformar a companhia numa “corporation” – ou seja, que não tem um controlador definido — seria uma das condições para atrair investidores e fazer o negócio deslanchar.



Outra foi a inclusão, no estatuto, de uma proteção contra a reestatização via "poison pill", a pílula de veneno, no jargão do mercado. Por esse instrumento, caso queira reestatizar a empresa, o governo precisa pagar o triplo do valor das ações.

Quando a lei da privatização era discutida no Tribunal de Contas da União, Lula chegou a telefonar para dois ministros da Corte para dizer que, se fosse eleito, reverteria o negócio.

Durante a campanha eleitoral, o então candidato criticou a privatização e, na transição, o grupo de trabalho de Minas e Energia estudou formas de reverter o negócio.

Mas a constatação de que recomprar a empresa seria caro demais fez o governo se concentrar no teto para o exercício do poder de voto.

Só que, como esse dispositivo foi criado por uma lei no Congresso, a única forma de derrubá-lo seria aprovar outra lei ou recorrer ao Supremo.

A solução via STF, no entanto, deve esbarrar em alguns empecilhos. Um deles é o risco de o processo parar nas mãos do ministro Kassio Nunes Marques, que já é relator de uma série de ações que contestam a venda da estatal após a aprovação da medida pelo Congresso e a sanção por Jair Bolsonaro.

Se o STF decidir que todas as ações sobre o assunto vão para Nunes Marques, por prevenção, o governo deve encontrar resistência.

Isso porque os movimentos do ministro até agora foram favoráveis à privatização — como, por exemplo, o de simplesmente não dar nenhuma liminar para parar o processo. Fora isso, Nunes Marques pediu informações e deu andamento burocrático aos pedidos, mas não colocou nenhum obstáculo à privatização.

Kassio é considerado, dentro e fora do STF, o magistrado mais alinhado aos interesses de Jair Bolsonaro, que o nomeou para o tribunal.

Para complicar a vida do governo Lula, dois ministros vistos como mais alinhados à agenda esquerdista na economia — Rosa Weber e Ricardo Lewandowski — estão de fora da distribuição de processos desse tipo.

Rosa, que é presidente da Corte, não recebe ações dessa natureza durante o período em que comanda o tribunal. E Lewandowski, por estar próximo de sua aposentadoria, já está excluído da distribuição diária dos novos processos que chegam ao STF.

Por isso, um plano B para o governo poderia ser entrar com uma ação civil pública na Justiça Federal, buscando uma solução na primeira instância.

Não é, porém, um plano muito promissor, já que o risco de uma decisão pró-governo ser alvo de recursos ter que voltar para o STF é grande.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/03/2023

INDEFINIÇÃO SOBRE PARÂMETROS COMO PIB E DÍVIDA LEVOU A ADIAMENTO DE REGRA FISCAL

Critérios indicarão espaço para gastos. Haddad tentava apresentar arcabouço antes do Copom, nesta semana

Por Manoel Ventura — Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu adiar o anúncio oficial do novo arcabouço fiscal (a regra para controle dos gastos públicos) por conta da indefinição sobre os parâmetros econômicos que serão

usados na proposta. Esses parâmetros são fundamentais para definir o espaço para gastar que o governo terá nos próximos três anos.



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), recebe o ministro da Fazenda, Fernando Haddad – Foto : Divulgação

Enquanto a equipe econômica defende regras mais restritivas, integrantes do Palácio do Planalto querem mais gastos para investimentos e áreas como saúde e educação. A necessidade de mais gastos é compartilhada com parlamentares do PT — a presidente do partido, Gleisi Hoffmann (PR), chegou a pedir publicamente uma política fiscal expansionista para recuperar a economia.

O próprio presidente sinalizou que gostaria de mais gastos com saúde, de acordo com integrantes do governo.

Lula disse nesta terça-feira que a nova regra fiscal será divulgada após viagem à China, marcada para o fim deste mês. A proposta foi entregue pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana passada.

Integrantes da Fazenda dizem que não foram pegos de surpresa com a fala de Lula e que já estava encaminhado com Haddad o adiamento do anúncio, que agora só ocorrerá em abril.

Haddad queria que a regra viesse a público nesta semana, antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que vai decidir sobre juros. Seria uma forma de sinalizar ao BC o compromisso fiscal e colocar pressão para a redução da Selic, hoje em 13,75% ao ano.

Membros da equipe econômica afirmam que há uma série de parâmetros e decisões que precisam ser tomadas para o anúncio do arcabouço, mesmo que o desenho “conceitual” da proposta esteja pronto.

Esse desenho, ou seja, o funcionamento do mecanismo, será colocado sobre uma série de dados macroeconômicos. São esses dados que irão definir o comportamento das despesas e, portanto, o espaço para gastos. A Fazenda vem sinalizando uma regra de gasto, ou seja, limites para despesas, mas permitindo que esse gasto cresça acima da inflação.

Em evento nesta segunda-feira no BNDES, o vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que a nova regra vai combinar a curva da dívida pública, superávit primário e controle de gastos.

O governo ainda não definiu, por exemplo, quais projeções para indicadores como PIB, PIB per capita e IPCA que serão usados. A depender da escolha, o governo terá mais ou menos espaço para gastos a partir do próximo ano.

Atualmente em vigor, o teto de gastos tem um funcionamento mais simples. Por ele, as despesas crescem sempre seguindo a inflação do ano anterior.

A nova regra fiscal, porém, será mais complexa e usará outros indicadores para definir o crescimento do gasto. Além disso, vai olhar os médios e longos prazos. São esses indicadores que serão considerados para definir o espaço para gastos e também a trajetória da dívida pública.

Os técnicos trabalham para encontrar uma fórmula que permita conciliar o controle da dívida com espaço para investimentos públicos e gastos sociais, demanda do presidente Lula. Integrantes do PT pressionam para que o ritmo de ajuste seja mais gradual ou que haja exceção para a regra, de maneira a ter mais espaço especialmente para investimento.



O desenho da regra fiscal prevê, também, gatilhos para congelar determinadas despesas, como salários e subsídios, caso a dívida pública atinja determinado patamar. Não está decidido, porém, qual seria esse patamar.

Além disso, técnicos que trabalham no Palácio do Planalto questionam o uso da dívida bruta como referência, como quer a Fazenda. Esses técnicos defendem, por exemplo, que seja usada a dívida líquida do governo. Esse indicador é mais sensível às variáveis fiscais, enquanto a dívida bruta é mais ampla.

Sem mencionar o adiamento da divulgação da regra fiscal, Haddad disse nesta terça-feira que a norma junto com reforma tributária vai dar um horizonte de sustentabilidade fiscal e social.

— O que nós queremos achar, e não é uma tarefa simples, é uma linha fina que permita ao governo honrar seus compromissos de campanha e oferecer ao Estado brasileiro, não ao governo, uma base fiscal sustentável para responder aos direitos sociais que estão previstos na Constituição. Eu sou otimista em encontrar essa linha fina — disse o ministro.

O governo também precisa resolver tecnicamente as chamadas vinculações constitucionais. A Constituição obriga o governo a fazer uma série de vinculações de receitas e também de crescimento das despesas. Há, por exemplo, gastos mínimos para saúde e educação.

A regra do teto de gastos estabelece que os mínimos de saúde e educação são corrigidos anualmente pela inflação a partir do que foi gasto em 2016. Antes do teto, os valores eram vinculados à receita corrente líquida, independentemente do patamar do ano anterior. O entendimento do governo é que a nova regra fiscal irá revogar o teto e, portanto, voltará a funcionar a regra do gasto vinculado à receita.

Isso causa, porém, um risco, na visão do governo. Caso haja um crescimento muito forte da receita, o espaço destinado para outros gastos fora de saúde e educação ficaria comprimido. Por isso, os técnicos estão ajustando a regra para atender a essa necessidade.

Integrantes da Casa Civil chegaram a defender a necessidade de tirar os gastos com saúde da regra fiscal.

Sem atrasos

A Fazenda não vê a falta de apresentação da regra fiscal como um atraso. Auxiliares de Haddad argumentam que a obrigação legal do governo é enviar a regra substituta do teto de gastos até agosto. Veio de Haddad a intenção de antecipar o envio para abril e, depois, para março.

O dia 15 de abril é considerado o limite para o envio do texto ao Congresso porque é nessa data que o Executivo também precisa apresentar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024. Haddad quer que as bases do Orçamento do próximo ano já sejam construídas sobre a nova regra fiscal.

Ontem, o ministro mencionou as vinculações constitucionais como um dos detalhes que precisam ser acertados. A Constituição obriga o governo a fazer uma série de vinculações de receitas e também de crescimento das despesas. Há, por exemplo, mínimos para saúde e educação. A regra do teto de gastos estabelece que os mínimos de saúde e educação são corrigidos anualmente pela inflação. Antes do teto, os valores eram vinculados à receita corrente líquida.

Agora, há uma dúvida sobre como isso será feito, com o novo arcabouço fiscal. Esse é um dos detalhes que precisam ser considerados na nova regra fiscal. O arcabouço será proposto por projeto de lei, ou seja, fora da Constituição — assim, não será possível alterar na lei percentuais e valores de vinculações constitucionais.

Durante a tarde, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que não haverá excepcionalização na regra.

— A regra não faz a excepcionalização, é uma regra geral, uma baliza geral, baseado no princípio de que não se pode gastar mais do que tem de receita. O ministro não detalhou uma excepcionalização de um item ou de outro item.

Crítica ao teto

No evento do BNDES nesta terça, Haddad disse que desde o ano passado apresenta um conjunto de medidas para tirar o país do curto prazo. Para ele, esse esforço culminará com a aprovação do arcabouço fiscal. O ministro aproveitou para criticar o teto de gastos.

— Nós podemos substituir por uma regra mais inteligente, mais flexível, que conduza o país para o desenvolvimento sem nenhum risco de descontrole inflacionário, de dívida, mas que nos permita tratar com mais dignidade o cidadão brasileiro, ao mesmo tempo em que estabelece parâmetros para a transição ecológica.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/03/2023

REGRA FISCAL DEVE SAIR EM MEADOS DE ABRIL, DIZ MINISTRO DA CASA CIVIL

Lula adiou apresentação para depois da viagem à China

Por Manoel Ventura — Brasília



O presidente Lula ao lado do ministro da Casa Civil, Rui Costa – Foto : Cristiano Mariz/Agência O Globo

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta terça-feira que o novo arcabouço fiscal, a regra de controle das contas públicas, será anunciado até meados de abril. Mais cedo, o presidente Lula afirmou que decidiu adiar o anúncio da proposta para depois da viagem oficial que fará à China no fim desta semana.

Costa afirmou que a ideia é que o texto seja proposto junto com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, a regra que dá as bases do Orçamento do próximo ano. O governo quer que a LDO seja feita com base na nova regra.

— A ideia é que o arcabouço seja apresentado até meados de abril, quando nós temos que mandar a LDO. A LDO irá refletir esse conceito do novo arcabouço fiscal — disse Costa, em entrevista à Globo News.

À tarde, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), conversou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em encontro na pasta. Na saída, ele disse a jornalistas que a nova regra fiscal atende ao mercado e aos "reclames" da sociedade brasileira.

Mais cedo, Haddad disse que a proposta será apresentada "por ocasião da remessa" da LDO ao Congresso. O prazo legal para o envio da LDO é 15 de abril.

Durante a entrevista, Rui Costa procurou afastar que haveria divergências com Haddad.

— Às vezes se planta muita nota falsa — afirmou.

Segundo o ministro, a versão do arcabouço que está com Lula são diretrizes gerais e conceito básico. Esse conceito geral, disse, precisa ser desdobrado em texto, em conjunto de detalhes.

— É preciso que esse conceito geral se materialize em texto. O presidente está querendo cautela para que não haja ruído de informação. Agora, está tudo correndo bem. O conceito geral está bastante sólido.

Costa afirmou que Lula pediu para o conceito geral ser dialogado com economistas e com lideranças partidárias antes do anúncio. E disse que a equipe de Haddad continuará trabalhando no texto durante viagem do ministro à China.

— A proposta está bem consistente. Todos nós estamos construindo uma proposta que atenda duas diretrizes: demonstração de responsabilidade fiscal e sinalizar o compromisso social do presidente da República. Está se buscando garantir os pilares que o presidente da república defende — disse Costa.

O chefe da Casa Civil disse ainda que a proposta está bem consistente e que ela é “uma demonstração clara e absoluta de responsabilidade fiscal”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/03/2023

SENADO APROVA MP QUE AMPLIA PARA SEIS ANOS PRAZO DE PAGAMENTO DO PRONAMPE

Pelas novas regras, empresários terão mais dois anos e carência de 12 meses para começar a quitar débitos nessa linha de crédito

Por Fernanda Trisotto

O Senado aprovou nesta terça-feira, em votação simbólica, a Medida Provisória (MP) que amplia para seis anos o prazo de pagamento de empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O texto, relatado pela senadora Zenaide Maia (PSD-RN), não teve alterações em relação ao que foi aprovado pela Câmara e, com isso, a MP já pode ser sancionada.

Pelas novas regras do Pronampe, o prazo para pagamento dos empréstimos passa de quatro para seis anos e ainda há carência de 12 meses para o início dos pagamentos nessa linha de crédito.

Os juros seguirão no mesmo patamar atual: taxa Selic acrescida de, no máximo, 6% ao ano para os contratos assinados a partir de 2021. Essa taxa máxima aplicável será fixada por ato do secretário de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo, órgão que agora é subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O programa começou no primeiro ano da pandemia, em 2020, com a permissão de cobrança da taxa Selic (atualmente em 13,75% ao ano) acrescida de 1,25% anuais. Em 2021, o governo elevou o teto, que passou a ser Selic mais juros de 6% ao ano. As linhas de crédito do programa são voltadas para microempreendedores (MEI), micro, pequenas e médias empresas.

Depois da China: Lula diz que novo arcabouço fiscal só será divulgado após sua viagem para a Ásia. A expectativa é de que haja contratação de mais de R\$ 50 bilhões em créditos pelo programa em 2023 e 2024. Pelas regras do programa, quem contrata a linha de crédito tem de manter os postos de trabalho em número igual ou superior ao que era registrado antes da contratação do empréstimo. A regra de manutenção dos postos até 60 dias após o pagamento da última parcela do crédito.

Programa permanente

A MP aprovada também torna permanente o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito na modalidade garantia (Peac-FGI), que acabaria em 31 de dezembro deste ano. Essa linha de crédito também é voltada para MEIs e micro, pequenas e médias empresas. O prazo de pagamento de empréstimos nessa modalidade passa de cinco para seis anos e a carência de 12 para 18 meses.



Esses empréstimos, nos bancos privados, contam com a garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) de até 30% do valor emprestado a empresas com receita bruta de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões no ano anterior. A diferença é que a taxa de juros é negociada livremente, mas não pode passar de 1,75% ao mês.

O texto também ampliou em um ano o prazo para empresas renegociarem empréstimos tomados com recursos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro Oeste (FCO). A MP ainda ajustou a taxa de remuneração do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que voltará a seguir a Taxa Referencial (TR) na remuneração dos recursos usados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/03/2023

TETO DE 1,7% PARA JUROS DO CONSIGNADO NÃO COBRE CUSTOS DOS BANCOS, DIZ PRESIDENTE DE FEBRABAN

Redução da taxa levou instituições a suspenderem a oferta de crédito na modalidade

Por Manoel Ventura — Brasília

O presidente da Federação dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney, afirmou nesta terça-feira que o teto de juros de 1,70% ao mês para o consignado do INSS "não suporta" nem os custos das instituições financeiras.

— O patamar fixado pelo Conselho de Previdência de 1,70% não atende a estrutura de custo dos bancos, tanto não atende que os bancos públicos também interromperam a concessão de consignado, ou seja, Banco do Brasil e Caixa interromperam porque não consegue suportar com a taxa de 1,70% — disse Sidney após ter reunião no Ministério da Fazenda sobre o tema.

- O teto de juros foi reduzido de 2,14% ao mês para 1,7% ao mês a pedido do ministro da Previdência, Carlos Lupi, na semana passada, mas sem o aval do Ministério da Fazenda.
- Após o corte, a maioria dos bancos cancelou temporariamente a oferta de crédito consignado para aposentados.
- Bancos e governo tentam agora encontrar uma solução para a retomada desses financiamentos.
- O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o novo teto deve ficar pouco abaixo de 2% ao mês. <https://oglobo.globo.com/economia/guia/2023/03/novo-teto-de-juros-do-consignado-do-inss-deve-ficar-abaixo-de-2percent-diz-rui-costa.ghtml>

Segundo Sidney, até sexta-feira deve ser tomada uma decisão.

— A negociação continua e até sexta-feira nós temos a expectativa de fechar o patamar — afirmou.

— Nós precisamos sair desse impasse. Há toda uma disposição da Febraban, do setor bancário, para que possamos encontrar o patamar que possa de um lado atender a um anseio do governo e de outro lado permitir a viabilidade econômica de crédito consignado — disse.

Empréstimos suspensos

A redução no teto na modalidade, de 2,14% para 1,7% ao mês, foi patrocinada pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi, no Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), no início da semana passada. O corte foi aprovado sem aval da equipe econômica e sem acordo com os bancos, o que levou a suspensão da linha por várias instituições financeiras, inclusive os bancos públicos.

Assim que a novo teto for definido entre governo e representantes dos bancos, Lupi convocará novamente o Conselho para regulamentar a taxa, o que deverá ocorrer somente na próxima semana.

Dos 39 bancos que ofereciam crédito consignado antes da redução do teto de juros, 19 instituições já praticavam taxas abaixo de 2% ao mês, segundo dados do Banco Central. E 11 bancos ofereciam juros inferiores a 1,9% ao mês. Apenas quatro instituições praticavam taxa inferior a 1,7% ao mês, que era o teto que o ministro da Previdência quis impor.

Veja, abaixo as taxas mais baixas praticadas, segundo o levantamento mais recente do BC, entre os dias 1º e 7 de março:

- CCB Brasil - 1,29%
- BRB - 1,64%
- Cetelem - 1,64%
- Sicoob - 1,65%
- Sicredi - 1,72%
- Banco Bari - 1,76%
- Alfa - 1,80%
- Banco Inter - 1,82%
- Industrial do Brasil - 1,83%
- Caixa Econômica Federal - 1,86%
- Crefisa - 1,88%
- Banco da Amazônia - 1,90%
- Prati-CFI - 1,91%
- Bradesco Financ. - 1,91%
- Inbursa - 1,93%
- Paraná - 1,94%
- Banestes - 1,95%
- Banco do Brasil - 1,96%
- Banco do Estado do RS - 1,99%

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/03/2023

ELETOBRAS PASSA A DETER QUASE 100% DA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO, NO RIO MADEIRA

Empresa comprou, por meio de sua subsidiária Furnas, 22,9% das ações que pertenciam a Andrade Gutierrez, Novonor e Cemig por R\$ 168 milhões

Por *Glauce Cavalcanti* — Rio



Usina hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira, em Porto Velho – Foto : Edilson Dantas / Agência O Globo

A Eletrobras comunicou que Furnas, subsidiária da companhia, adquiriu as participações diretas e indiretas de Cemig, Andrade Gutierrez Participações e Novonor Energia do Brasil (ex-Odebrecht, em recuperação judicial) na Madeira Energia S.A. (Mesa), dona da Santo Antônio Energia, que gere a usina hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia.

Ao todo, a companhia adquiriu o equivalente a 22,9% em participação, por R\$ 168 milhões. Com isso, Furnas elevou para 95,2% sua fatia no capital da Mesa, empresa da qual já era controladora.

O fechamento da operação depende ainda do cumprimento de condições precedentes, segundo comunicado divulgado ao mercado.

O que explica a aquisição



No primeiro semestre de 2022, a Madeira Energia sofreu uma derrota em processo de arbitragem envolvendo as empresas do consórcio construtor da usina, cobrando indenizações por perdas resultantes de atrasos ocorridos na fase de obras.

O resultado da Santo Antônio Energia foi impactado pela cobrança dessa sentença, sob risco de ter um impacto contábil negativo de em mais de R\$ 2 bilhões para a empresa. Na ponta, isso puxaria um aumento da dívida a um patamar que iria permitir o vencimento antecipado de débitos por credores.

Com isso, a saída foi recorrer a um aporte de capital feito pelos sócios da Mesa, que acabou recaindo apenas sobre Furnas após os demais negarem participar.

Acordo

Em junho, às vésperas do limite para que a capitalização da Eletrobras não fosse cancelada, Furnas efetuou o aporte de capital na Mesa, integralizando ações da companhia e elevando sua participação de 43% para 72,3% do total.

Em agosto, por fim, a Eletrobras anunciou que a Santo Antônio Energia e o grupo de empresas do consórcio construtor tinham assinado o encerramento do procedimento arbitral. A sentença cobrava R\$ 962 milhões. As condições e o valor envolvidos no acordo, contudo, não foram divulgados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/03/2023

PARA LULA, PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS FOI CRIME DE 'LESA-PÁTRIA' E GOVERNO DEVE VOLTAR A SER 'DONO' DA COMPANHIA

Presidente alega que o processo de privatização da companhia não trouxe benefícios à população brasileira

Por Renan Monteiro — Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta terça-feira que a privatização da Eletrobras foi um “crime” contra interesses nacionais. Em entrevista ao site Brasil 247, Lula também defendeu que governo volte a ser “dono” da companhia.

— O que foi feito na Eletrobras foi um crime de lesa-pátria. Privatizar uma empresa daquele porte. Você utilizou o dinheiro para quê? É como se você tivesse a sua casa, e devendo para mim, você resolvesse vender a sua casa para pagar sua dívida. Você iria ficar com o que na vida? Uma empresa como a Eletrobras é um patrimônio desse país, exige muita responsabilidade — disse.

Lula alega que o processo de privatização da companhia não trouxe benefícios à população brasileira, como a diminuição no preço da energia elétrica:

— O mais grave é que eles fizeram uma loucura. Embora o governo tenha 40% das ações, só participa na votação com 10%. E se o governo quiser comprar ações, tem que pagar o triplo do preço que paga uma outra empresa. Foi feito para proibir a gente de tomá-la de volta (...) Não vai ficar por isso. Nós estamos entrando na justiça — afirmou Lula.

O presidente diz que o governo já “entrou na Justiça” contra o preço para recompra de ações da companhia e também para revogar a redução do poder de voto da União na empresa. Conforme o estatuto da Eletrobras, é vedado a qualquer acionista ou grupo de acionistas o exercício do direito de voto superior a 10%.

— A Eletrobras foi privatizada e um grande [número] de fundos comprou. O que tem mais [em participação] é de 4%. É uma situação difícil. Sei que tem fundo que pensa em vender. Mas eu espero que, se um dia tivermos condições, a gente volte a ser o “dono” da maior empresa de energia que esse país tem — avaliou.

Petrobras

O presidente da República também argumentou sobre o papel da Petrobras como indutora de investimento no país. Segundo ele, a companhia não foi projetada apenas para “exportar óleo cru” e parte do lucro recorte da companhia em 2022 (R\$ 188,3 bilhões preciosamente) deveria ser destinado à pesquisa:

— A gente vai voltar a fazer que a Petrobras seja uma grande empresa de investimento nesse país. Não é apenas uma empresa de Petróleo, é uma empresa de energia, tem que estar preocupada com o gás, óleo diesel, biodiesel. Não pode ser uma empresa vendedora, para um lucro distribuído aos rentistas, quando metade desse dinheiro poderia ser investido em pesquisas para novas fontes de energia e petróleo. É um absurdo. Espero que essas empresas possam ressuscitar — disse.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/03/2023

'PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL NÃO TEM COMPROMISSO COM A LEI DE AUTONOMIA', DIZ LULA

Para Lula, Campos Neto não se importa com o emprego e o crescimento econômico. Ele diz que vai continuar 'batendo' no BC e criticando a elevada taxa de juros

Por Renan Monteiro — Brasília



**O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) 17/03/2023
– Foto : Marcelo Camargo/Agência Brasil**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, não tem compromisso com a lei de autonomia do Banco Central.

- Eu sinceramente acho que o presidente do Banco Central não tem compromisso com a lei de autonomia do Banco Central. A lei diz que é preciso cuidar da inflação, mas também do crescimento e do emprego, coisa que

ele não se importa. Vou continuar batendo e vou continuar tentando brigar para que a gente possa reduzir a taxa de juros - disse Lula, em entrevista ao site 247.

Segundo Lula, é preciso fazer a economia brasileira voltar a crescer.

- Eu acho um absurdo o juro estar em 13,75%. O BNDES está sem recurso para investimento.

Desde que assumiu, o presidente Lula tem criticado reiteradamente o presidente do Banco Central devido à taxa de juros. No início do mês, afirmou que Campos Neto deve explicações à sociedade por defender a taxa de juros de 13,75% ao ano.

Na semana passada, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou um convite para que o presidente do BC compareça à Casa para falar sobre o tema.

Lula também afirmou na entrevista que só deve decidir sobre o novo arcabouço fiscal após retornar de sua viagem à China. Conforme O GLOBO antecipou, integrantes do governo já defendiam postergar o anúncio da medida, apesar da pressão do ministério da Fazenda por uma solução rápida.

Lula disse que não é preciso ter pressa e defendeu que é necessário "discutir mais" o modelo.

— É preciso discutir um pouco mais. A gente não tem que ter a pressa que algumas pessoas do setor financeiro querem — disse.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 21/03/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BRIGA DE FAMÍLIA APARECE NA CAMPANHA PARA VAGA DE MINISTRO DO SUPREMO E CRIA IMPASSE PARA LULA

Presidente recebeu dezenas de indicações, mas agora se debruça apenas sobre os nomes de Manoel Carlos, indicado por Lewandowski, e de Cristiano Zanin, seu advogado

Por Vera Rosa

BRASÍLIA – A indicação do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) criou um impasse para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dois meses depois de receber mais de quinze sugestões para a cadeira do ministro do STF Ricardo Lewandowski, que vai se aposentar em maio, Lula avalia agora apenas dois nomes: os advogados Manoel Carlos de Almeida Neto e Cristiano Zanin.



O advogado Cristiano Zanin é cotado para assumir vaga no STF Foto: Diego Vara / Reuters

Defensor de Lula nos processos da Lava Jato, Zanin desfruta da amizade e confiança do presidente. Vários fatores, no entanto, têm sido apontados por aliados do petista contra essa indicação. Um dos mais recentes envolve o rumoroso rompimento entre Zanin e Roberto Teixeira. Compadre de Lula há 40 anos, o também advogado Teixeira é sogro de Zanin. Em agosto do ano passado, os dois desfizeram a sociedade no renomado escritório Teixeira Zanin Martins Advogados.

Almeida Neto, por sua vez, é o candidato favorito de Lewandowski. Foi assessor do ministro no Supremo e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde atuou como secretário-geral da presidência. Atualmente, é diretor jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Advogado Manoel Carlos de Almeida Neto, então secretário-geral do TSE, em imagem de 2011 Foto: Carlos Humberto/SCO/STF - 23/09/2011

Em conversas reservadas, interlocutores de Lula dizem que, para prestigiar Lewandowski – considerado pelo presidente como o mais leal ministro que indicou –, ele tende a escolher agora Almeida Neto e esperar a “poeira baixar” para voltar com o nome de Zanin. Ainda não, porém, uma decisão tomada. Em outubro, quando a presidente do STF, Rosa Weber, deixará a Corte, Lula terá direito a nomear outro ministro. Tanto Lewandowski como Rosa vão se aposentar compulsoriamente por idade, aos 75 anos.



No mês passado, Almeida Neto jantou com Lula, Lewandowski e com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho que também o apoia. O advogado teve o magistrado como orientador de sua tese de doutorado em Direito do Estado, na USP, que resultou no livro “O Poder Normativo da Justiça Eleitoral”.

Sabatina

Todas as indicações para ministro do Supremo têm de ser aprovadas pelo Senado e Lula teme que a falta de apoio político a Zanin dê munição a bolsonaristas para um movimento contra ele. No governo de Jair Bolsonaro, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), seguiu por quase cinco meses a sabatina de André Mendonça para o Supremo.



Essa situação não ocorreria agora porque Alcolumbre é aliado de Lula. Mas o governo também conta com desafetos na CCJ, como o próprio senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), ex-juiz da Lava Jato. A ordem no Palácio do Planalto é examinar bem o terreno para evitar derrotas importantes no Congresso, logo no início do governo.

Lula tem demonstrado contrariedade com pressões de todos os lados para indicar nomes ao Supremo, principalmente por parte do PT, que defende a escolha de uma mulher, de preferência negra. “Vou indicar quem eu quiser”, diz o presidente, quando provocado sobre o assunto.

Em mais de uma ocasião, Lula já afirmou que Zanin poderá ocupar “uma das duas vagas” na Corte. Desde então, o advogado tem sido alvo de frequentes ataques e seus adversários veem impedimento ético na nomeação por suas relações com Lula. Questionada sobre o tema no programa Roda Viva, da TV Cultura, a ministra do STF Cármen Lúcia disse que Zanin tem “notório saber jurídico” e “reputação ilibada”, requisitos constitucionais para integrar a Corte.

Visto como incansável na defesa de Lula, o advogado enfrentou críticas, mesmo nas fileiras do PT, durante a tramitação dos processos da Lava Jato. Mas tudo mudou quando, em abril de 2021, o plenário do Supremo confirmou a decisão do ministro Edson Fachin e declarou a incompetência da 13.^a Vara da Justiça Federal de Curitiba para julgar Lula, anulando suas condenações.

O veredicto devolveu os direitos políticos ao petista e impôs uma derrota histórica à Lava Jato. Dois meses depois, atendendo a outro recurso de Zanin, o STF considerou que o ex-juiz Sérgio Moro agira com parcialidade ao condenar Lula. “Eu devo muito ao Zanin”, comentou o presidente.

Segunda divisão

Roberto Teixeira já se queixou de Zanin para Lula mais de uma vez. Três advogados disseram ao Estadão, sob a condição de não terem seus nomes divulgados, que o compadre de Lula afirmou só não expor tudo o que sabe contra o genro em público para não constranger o presidente. De acordo com esses relatos, Teixeira chegou a observar que, se contasse, o advogado não seria escalado nem para reserva de time da segunda divisão. Teixeira faz campanha contra Zanin, com quem está rompido. Procurados pela reportagem, nenhum dos dois quis se manifestar.

O confronto envolve uma briga familiar que enveredou para disputa de honorários advocatícios na Justiça, após o rompimento da sociedade. Zanin e sua mulher, Valeska, formaram nova banca. Fundador do escritório, Teixeira – que advogou para Lula durante décadas – continuou a trabalhar ao lado da outra filha, Larissa, e se associou ao juiz aposentado Sílvio Luís Ferreira da Rocha.

Nos bastidores, dirigentes do PT afirmam que Zanin é muito fechado e não expõe suas opiniões sobre temas caros ao partido, como a demarcação de terras indígenas e a reforma agrária, por exemplo. Dizem, ainda, que o PT já “errou demais” ao fazer apostas para o Supremo, como a de Joaquim Barbosa e Luix Fux, que condenaram a cúpula do PT no caso do mensalão.

O decano do Supremo, Gilmar Mendes, e o senador Renan Calheiros (MDB-AL) indicaram o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, para a vaga de Lewandowski. Lula gosta de Dantas, mas ministros com assento no Planalto dizem que, nesse momento, o governo precisa dele no TCU. Dantas assumiu o comando da Corte de Contas em dezembro do ano passado.

Uma ala de peso do Prerrogativas, grupo formado por advogados ligados ao PT, apoia a candidatura de Manoel Carlos para o Supremo. Outros preferem Pedro Serrano, nome que conta com a simpatia de Teixeira. Diante de tantas embates, porém, o coordenador do grupo, Marco Aurélio Carvalho, tem telefonado para colegas, nos últimos dias, e pedido para que não se envolvam nessa disputa.

“Vamos apoiar o nome que Lula escolher. Não vamos interferir nisso”, disse Carvalho a um advogado. Como mostrou o Estadão, o Prerrogativas tem cinco ministros na equipe de Lula – Fernando Haddad (Fazenda), Sílvio Almeida (Direitos Humanos), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Vinícius Carvalho (Controladoria-Geral da União) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) –, além de

outros postos, como a presidência dos Correios, ocupada por Fabiano Silva dos Santos. O grupo encampou a campanha “Sem Anistia” para que o ex-presidente Jair Bolsonaro responda na Justiça por ações de seu governo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/03/2023

MORO REAGE A LULA E DIZ QUE PRESIDENTE QUER ‘SE VINGAR DO POVO BRASILEIRO’

Ao lembrar do que falava quando estava preso, petista disse que só ficaria bem ‘quando foder com o Moro’

Por Redação

O senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) reagiu às afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que o petista disse que queria “foder com o Moro” quando estava preso em Curitiba, como resultado da atuação do ex-juiz.

Em entrevista à CNN, Moro alegou que Lula quer se vingar da população brasileira e defendeu que as falas do presidente colocam em risco os seus familiares.



“Repudio veementemente. Acho que o presidente feriu a liturgia do cargo por utilizar esse palavreado de baixo calão e simplesmente a gente tem que questionar quando isso é utilizado como forma de desviar o foco dos fracassos do governo federal”, afirmou. “Eu nunca levei essas questões para o lado pessoal, quando o presidente usa essa linguagem ofensiva contra mim, a meu ver ele gera até um risco pessoal para mim e minha família.”



O ex-juiz da Lava Jato Sérgio Moro disse que falas de Lula colocam sua família em risco Foto: Felipe Rau/Estadão

A revelação de Lula sobre os dias da prisão foram feitas durante entrevista ao site Brasil 247. Ele afirmou que pensava em “se vingar dessa gente” que o colocou na prisão e, quando era questionado por procuradores se estava bem nos dias em que esteve preso, respondia que “vai ficar bem quando foder com o Moro”.



https://www.instagram.com/p/CqElufZvXsn/?utm_source=ig_embed&utm_campaign=embed_video_watch_again

“A minha interpretação é que o presidente está se vingando da população brasileira, porque no governo não tem apresentado os resultados”, completou Moro.

O presidente foi condenado e preso por sentença assinada pelo então juiz Sergio Moro (União Brasil), hoje senador pelo Paraná. O petista foi acusado de se beneficiar de desvios de recursos na Petrobras a partir de investigações na Operação Lava Jato. A condenação acabou anulada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a 13ª Vara Federal de Curitiba incompetente e Moro parcial ao julgar Lula.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 21/03/2023

ARCABOUÇO FISCAL: SAIBA QUEM SÃO OS COTADOS POR LIRA PARA RELATAR PROJETO DO SUBSTITUTO DO TETO

Governo pediu para o escolhido não ser da oposição, mas também não vai ser um muito próximo da equipe de Lula; escolhido deve ser do PP, o partido do presidente da Câmara

Por Adriana Fernandes

BRASÍLIA - Os deputados Fernando Monteiro (PE) e Andre Fufuca (MA) do PP são os favoritos no momento para relatar na Câmara o projeto do novo arcabouço fiscal, a regra que vai substituir o teto de gastos, que desde 2017 atrela o crescimento das despesas à inflação.

Nas negociações com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o governo pediu para que não o relator não fosse um parlamentar de oposição. Por outro, o nome não será muito próximo do governo. O perfil é de um parlamentar com alguma interlocução com o mercado financeiro. Mas sem ser “excessivamente” pró-mercado..

O projeto do arcabouço só será conhecido após o retorno do presidente Lula da viagem à China, de 26 a 31 de março. A chegada do presidente no Brasil ainda está em aberto, entre 01º e 02 de abril.

Saúde e educação

Como mostrou o Estadão, Lula adiou a divulgação do novo arcabouço fiscal para definir o tamanho do aumento nos gastos com saúde e educação. Os técnicos do governo estão fazendo as contas com base na vinculação de recursos prevista na Constituição para as duas áreas e o reforço que pode ser feito depois da vigência do teto de gastos, regra que limita o crescimento dos gastos à variação da inflação.

Após a entrada em vigor do teto de gastos, em 2017, os pisos de saúde e educação previstos na Constituição foram, na prática, congelados e passaram ser corrigidos anualmente pela variação da inflação.

Como o teto vai acabar no modelo do novo regime fiscal, os pisos, que representam a aplicação mínima em investimentos em saúde e educação, voltam a valer. O piso de saúde está estabelecido em 15% da Receita Corrente Líquida (RCL), e o da educação, em 18% da receita de impostos.

Integrantes do governo Lula consideram que a regra do teto penalizou as áreas de saúde e educação. O que se discute agora, segundo uma fonte da área econômica, é como repor esses recursos para fazer a transição. Ou seja, o valor da reposição para compensar os cortes que o teto de gastos causou para os investimentos nas duas áreas, segundo os integrantes do governo.

Os pisos só podem ser alterados por meio de aprovação de uma nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Já o teto de gastos será revogado por meio de uma lei complementar porque a PEC da Transição, aprovada no final do ano passado, deu um comando constitucional para fazer a mudança por legislação infraconstitucional.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 21/03/2023

BRASIL ENTRA NO RANKING DOS DEZ MAIORES PAÍSES COM ENERGIA SOLAR DO MUNDO

Entre 2021 e 2022, o Brasil subiu cinco posições no ranking mundial, saindo da 13ª colocação em 2021 para a oitava em 2022, com 24 gigawatts de potência de energia solar

Por André Borges

BRASÍLIA - O Brasil entrou, pela primeira vez, na lista dos dez países com maior potência instalada acumulada da fonte solar fotovoltaica. O país encerrou 2022 com 24 gigawatts (GW) de potência operacional solar. Com esse resultado, o País assumiu a oitava colocação no ranking internacional.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), os dados consideram a somatória das grandes usinas solares e de sistemas de geração própria solar de pequeno e médio portes, instalados em telhados e fachadas de edifícios, por exemplo, além de pequenos terrenos. O balanço leva em conta a potência total acumulada ao final de 2022.



Painéis solares Foto: Ayrton Lopes

De acordo com a Absolar, a oitava colocação do Brasil deve-se ao fato de que 10 GW de potência foram adicionados em 2022. No ano passado, o setor solar atraiu mais de R\$ 45,7 bilhões de novos investimentos, um crescimento de 64% em relação aos investimentos realizado no setor em 2021.

Ao analisar a capacidade instalada acumulada da tecnologia solar entre 2021 e 2022, o Brasil subiu cinco posições no ranking mundial, saindo da 13ª colocação em 2021 para a oitava em 2022. O ranking é liderado pela China (392 GW), seguida pelos Estados Unidos (111 GW), Japão (78,8 GW), Alemanha (66,5 GW), Índia (62,8 GW), Austrália (26,7 GW), Itália (25 GW), Brasil (24 GW), Holanda (22,5 GW) e Coreia do Sul (20,9 GW).

A fonte solar passou a ser a segunda maior na matriz elétrica nacional em janeiro deste ano. Hoje soma 26 GW em operação no Brasil, responsáveis por mais de R\$ 128,5 bilhões em investimentos e mais de 783,7 mil empregos acumulados desde 2012.

“Além de competitiva e acessível, a energia solar é rápida de instalar e ajuda a aliviar o bolso dos consumidores, reduzindo em até 90% seus gastos com energia elétrica”, afirmou o presidente do Conselho de Administração da Absolar, Ronaldo Koloszuk.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/03/2023

LULA ADIA DEFINIÇÃO DE NOVA REGRA FISCAL PARA AMPLIAR GASTOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Com o fim do teto, pisos para as duas áreas voltam a valer, mas não há definição sobre os valores para repor cortes feitos desde 2017, segundo integrantes do governo

Por Adriana Fernandes

BRÁSILIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva adiou a divulgação do novo arcabouço fiscal para definir o tamanho do aumento nos gastos com saúde e educação. Os técnicos do governo estão fazendo as contas com base nos valores mínimos de investimentos previstos na Constituição para as duas áreas e o reforço que pode ser feito a partir da nova regra que irá substituir o teto de gastos.

Lula disse nesta terça-feira, 21, que o governo não vai ter “pressa” para apresentar a nova regra. Segundo ele, o governo só a divulgará após sua volta da China. A viagem presidencial ocorre de 26 a 31 de março.

Após a entrada em vigor do teto de gastos, em 2017, os pisos de saúde e educação previstos na Constituição foram, na prática, congelados e passaram ser corrigidos anualmente pela variação da inflação.

Como o teto vai acabar no modelo do novo regime fiscal, os pisos, que representam a aplicação mínima em investimentos em saúde e educação, voltam a valer. O piso de saúde está estabelecido em 15% da Receita Corrente Líquida (RCL), e o da educação, em 18% da receita de impostos.

Integrantes do governo Lula consideram que a regra do teto penalizou as áreas de saúde e educação. O que se discute agora, segundo uma fonte da área econômica, é como repor esses recursos para fazer a transição. Ou seja, o valor da reposição para compensar os cortes que o teto de gastos causou para os investimentos nas duas áreas, segundo os integrantes do governo.

Os pisos só podem ser alterados por meio de aprovação de uma nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Já o teto de gastos será revogado por meio de uma lei complementar porque a PEC da Transição, aprovada no final do ano passado, deu um comando constitucional para fazer a mudança por legislação infraconstitucional.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva em evento no Palácio do Planalto Foto: WILTON JUNIOR

Senha

Nos últimos dias, o presidente Lula deu a senha para essa discussão no governo. Nesta terça-feira, ele disse que é preciso ter cuidado para não faltar recursos para saúde e educação ao falar sobre o novo arcabouço fiscal. Um dia antes, havia afirmado que os recursos destinados à saúde não podem ser classificados como “gastos” e que é preciso mudar a compreensão sobre os conceitos de custos, gastos e investimentos.

“Nós precisamos arejar nossa cabeça. Os cursos de Economia daí para frente precisam mudar o que é custo, o que é gasto e o que é investimento. Porque não tem nada mais precioso do que investir para que uma pessoa pobre possa comer três vezes ao dia”, disse Lula durante o evento de lançamento do novo Mais Médicos.

Há uma discussão no governo que esses pisos deveriam migrar depois para um modelo de vinculação a indicadores per capita para não ficarem sujeitos à flutuação de receitas do ciclo econômico (ou seja, ter muito recurso quando a economia vai bem, mas ficar escasso em momentos de crise). O entendimento é que não faz sentido, por exemplo, diminuir o tamanho do SUS num momento de dificuldade econômica, quando a receita cai.

Para mudar os pisos, seria preciso alterar a Constituição. O projeto de Orçamento de 2024 terá que ser feito com os pisos existentes de saúde e educação.

China

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a cogitar desistir de viajar para China na comitiva do presidente Lula para anunciar o novo arcabouço e explicar os seus detalhes. Mas o presidente disse que não dava para Haddad não ir à viagem porque haverá muitos encontros marcados com autoridades chinesas.

“Eu falei para o Haddad: ‘Olha, nós não temos que indicar o nosso modelo de marco fiscal agora. Nós vamos viajar para China, quando a gente voltar, Haddad, você reúne, sabe”, disse Lula. “O Haddad não pode comunicar e sair. Haddad tem que anunciar e ficar aqui para debater, defender, dar entrevista, conversar. O que não dá é a gente avisar e ir embora”, continuou.

Integrantes da área econômica afirmam que o desenho das novas regras está aprovado “por todo mundo”, faltando a definição do tratamento dos recursos para saúde e educação e se o acabou fiscal será anunciado em conjunto ao novo marco legal das Parcerias Público Privadas (PPPs).

Como antecipou o Estadão, o projeto das PPPs está pronto. A avaliação da equipe econômica é que esse é um marco regulatório que pode destravar muito os investimentos.

No cronograma do Ministério da Fazenda, o projeto das PPPs seria anunciado depois do novo arcabouço fiscal, mas há a possibilidade de ser antecipado. A razão é que há uma preocupação no governo com os investimentos. Atualmente, os investimentos privados estão parados à espera do novo arcabouço fiscal e da redução dos juros pelo Banco Central.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/03/2023

LULA DIZ QUE VAI ‘CONTINUAR BATENDO’ NO BANCO CENTRAL PARA REDUZIR TAXA BÁSICA DE JUROS

Segundo o presidente, não há crise de demanda que justifique manter a taxa Selic em 13,75% ao ano
Por Wesley Galzo

BRASÍLIA - Às vésperas das da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta terça-feira, 21, que vai continuar pressionando o Banco Central pela redução da taxa Selic, a taxa básica de juros, que hoje é de 13,75% ao ano.

“Vou continuar batendo, vou continuar tentando brigar para que a gente possa reduzir a taxa de juros”, disse ao portal Brasil 247.

“Uma coisa que eu acho absurdo é a taxa de juro estar a 13,75, num momento em que a gente tem o juro mais alto do mundo, num momento em que não existe uma crise de demanda, não existe excesso de demanda”, afirmou.

Desde que assumiu, Lula vem pressionando o Banco Central para começar a reduzir a taxa, que baliza todos os empréstimos.



Banco Central virou alvo de críticas de Lula por juros altos Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADAO

Mas, pelo menos para a reunião do Copom que começa nesta terça-feira, 21, a taxa deve permanecer como está, na visão dos analistas do mercado financeiro.

Essa projeção foi unânime entre as 45 instituições ouvidas pelo Estadão/Broadcast. Além disso, a maior parte delas (24) projeta o início dos cortes para o segundo semestre, seis acreditam que essa redução nos juros pode começar ainda neste primeiro semestre e

outras 15 acreditam que esse ciclo de baixa só tenha início em 2024.

O último encontro, o primeiro durante o terceiro mandato de Lula, ocorreu em 1º de fevereiro, quando o comitê manteve a mesma taxa, pela quinta vez consecutiva.

Na entrevista, Lula voltou a criticar o presidente do Banco Central e autonomia do BC, aprovada justamente para blindar a instituição de interferência política. “A gente só vai poder mudar o [presidente do] Banco Central daqui dois anos, porque ele tem autonomia. Eu, sinceramente, nunca me importei com a autonomia do Banco Central. Eu nunca achei que era importante. Eu não sei porque as pessoas acham que é importante autonomia.”

“Eu sinceramente acho que o presidente do Banco Central não tem compromisso com a lei que foi aprovada de autonomia do Banco Central. A lei diz que é preciso cuidar da responsabilidade da política monetária, mas é preciso cuidar da inflação também, é preciso cuidar do crescimento do emprego, coisa que ele não se importa”, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/03/2023

GESTORES PÚBLICOS DEVEM PRIORIZAR TECNOLOGIA PARA MELHORAR OFERTA DE SERVIÇOS DIGITAIS AOS CIDADÃOS

Gestores brasileiros têm todas as ferramentas para universalizar inovações para cidadãos, bastam interesse e investimento

Por Dell

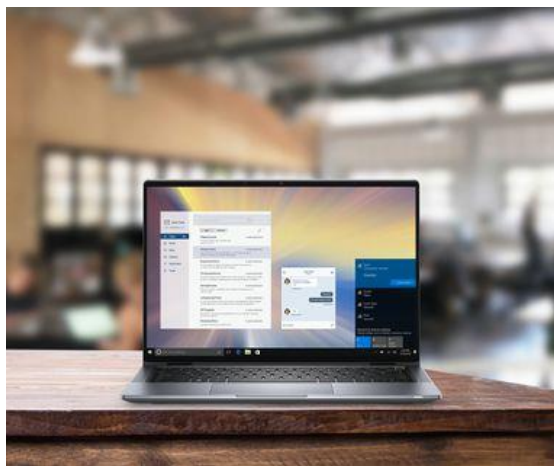
Oferecer aos cidadãos serviços públicos de qualidade semelhante à dos privados, em áreas como transporte, educação, saúde e segurança pública, aliando as últimas inovações tecnológicas a uma gestão governamental eficiente e preocupada em trazer as mais recentes transformações digitais às cidades brasileiras. Essa jornada parece complexa demais, mas não é: já há aqui tecnologia e pessoas para desenhar tais soluções, sem contar que exemplos vindos do exterior podem ser aproveitados no Brasil.

O tema, porém, precisa aparecer com mais destaque na agenda dos gestores públicos brasileiros. Assim, será possível universalizar o acesso a essas soluções e, portanto, criar condições para a recuperação econômica, na avaliação de Bruno Assaf, diretor para Setor Público da Dell Technologies no Brasil. “Pensar mais amplo é o que falta, e a classe política tem de se conscientizar de que isso vai melhorar a vida do cidadão”, afirma.

De acordo com Assaf, todas as esferas de governo, em geral, vêm se saindo bem no processo de digitalização e interação na oferta dos serviços – aquelas ocasiões em que precisamos de dados para preencher o Imposto de Renda, renovar a CNH, fazer um documento de veículo, obter o auxílio emergencial ou acionar o seguro-desemprego, atividades que até pouco tempo atrás necessitavam de papéis ou presença física. “Isso está resolvido. No entanto, há uma segunda fase em que devemos investir a partir de agora”, avalia. O executivo reforça que aprimorar a experiência geral do cidadão é

um dos pilares de um futuro que vai aliar tecnologia à melhoria dos serviços públicos. As pessoas querem e esperam mais do governo.

“Nós já temos hoje, em um aplicativo de transporte, uma precisão absoluta a respeito da localização do veículo. Por que exatamente isso não pode ser usado no transporte público, para evitar que eu fique esperando o ônibus, sabendo quando ele vai chegar?”, exemplifica. “Enquanto estou no ponto ou mesmo no transporte, receber uma mensagem, informando que meu filho chegou à escola e está bem. Se eu adoecer, seria possível marcar no serviço público uma consulta online, da mesma forma que fazem os grandes planos de saúde, e, depois, receber o remédio em casa”, continua Assaf. “Tudo isso não precisa ficar restrito a poucos.”



De acordo com a Dell, aprimorar a experiência geral do cidadão é um dos pilares de um futuro que vai aliar tecnologia à melhoria dos serviços públicos. Foto: Divulgação

Cidadãos de hoje, serviços do futuro

Em uma pesquisa inédita encomendada pela Dell Technologies e desenvolvida pela consultoria IDC Brasil, 77% dos gestores públicos brasileiros afirmaram que não têm agenda frequente de reuniões e alinhamento para debater o tema da inovação ou que dependem de projetos/demandas específicas para que isso aconteça. Quando considerada uma agenda com o principal

executivo da administração, seja ele prefeito, governador, secretário ou ministro, esse índice chega a 70%.

De acordo com Assaf, a pandemia mostrou com toda a força o que a tecnologia pode fazer em prol dos cidadãos. “Essa pesquisa recente que fizemos com mais de 150 entidades públicas indicou que ainda falta a percepção ao executivo de governo –, assim como o entendimento da importância da tecnologia para melhorar o serviço público.”

Trazendo uma visão mais prática sobre como as agendas governamentais podem acelerar a inovação e a economia com o uso da transformação digital, o executivo da Dell cita outros pilares desse futuro. “Um dos pontos é a oportunidade do trabalho a partir de qualquer lugar. Isso pode mudar nossa sociedade de forma fundamental”, aponta. “Imagine um jovem do interior que tenha uma boa formação, por exemplo, na área de programação. Até então, para ter uma oportunidade, ele tinha de se mudar para uma grande capital. Hoje, isso não é mais necessário. Ele pode trabalhar de casa e, quando ele começar, vai mudar sua realidade e a realidade dos que o cercam.” Trata-se, portanto, de uma chance de inclusão e mudança social.

O foco na educação – com a tecnologia empoderando professores para que possam atrair a atenção de jovens e crianças e melhorar a aprendizagem, além de investimentos na formação profissional dos docentes – é outro tópico. “Em muitas escolas, até mesmo particulares, não há sequer um projetor na sala. Nós precisamos sair da Idade da Pedra, pensar em como colocar um pouco de tecnologia na mão do professor, para que ele consiga atrair a atenção dos jovens, se aperfeiçoar, melhorar sua formação”, diz Assaf.

O uso de tecnologia com intensidade na melhoria das questões de segurança - tanto a segurança pública quanto a da integridade total dos dados dos cidadãos e empresas que estão em posse dos governos – também é fundamental para incentivar um ambiente de tranquilidade e, no caso da proteção cibernética, evitar fraudes ou mesmo interrupções de serviços essenciais. “O governo tem de dar um passo maior nisso. Um estudo recente do Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que 80% dos órgãos federais, por exemplo, não têm uma prática robusta de backup de dados, nem sequer uma cópia para se recuperar em caso de ataque”, explica.

Captura de tendências

A Dell Technologies tem, no Brasil, uma área de setor público bastante estruturada e atuante, com quase 100 profissionais dedicados exclusivamente ao tema. Além disso, executivos mantêm contato com cerca de 70 líderes no mundo para capturar tendências de tecnologia na melhoria dos serviços públicos e aplicá-las aqui. “Atuamos, em uma ponta, em nível estratégico, nas conversas com autoridades. Na outra ponta, trabalhamos fornecendo equipamentos, área em que a Dell é líder no Brasil desde as coisas mais simples – notebooks, desktops, servidores – até as mais refinadas – processamento de dados, big data, uma oferta de nuvem ‘as a service’ e supercomputadores.”

A empresa dispõe ainda de uma equipe de 200 cientistas de dados no País, que podem desenhar um projeto ponta a ponta, trazendo o olhar das experiências mundiais para que se concretizem em projetos por aqui.

Outra oferta importante é a de soluções de proteção cibernética e anti-ransomware, além da proteção chamada Dell Cyber Vault . Trata-se de um tipo especial de backup de dados que, ao mesmo tempo, que realiza a cópia das informações, vai inspecionando se aquele dado não está contaminado; caso seja detectado algum vírus, é possível saber exatamente a partir de qual momento o dado está íntegro. “É uma jornada com duplo benefício: se estou fazendo todas as inovações para o cidadão por meio da tecnologia, eu preciso protegê-lo”, finaliza Assaf.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/03/2023

SETOR PRIVADO MADURO É CHAVE PARA MUNDO CARBONO ZERO

Pressão dos consumidores e acionistas serve como divisor de águas

Por Estadão Blue Studio

Num universo temporal não maior do que dez anos, as empresas que não estiverem apresentando resultados firmes em relação ao mundo com menos carbono na atmosfera ficarão fora do jogo, muito provavelmente. Bastante envolvido com o tema, Fábio Passos, líder do Negócio de Carbono da Bayer para a América Latina, delineou um cenário que ele considera otimista para a próxima década, durante o Meet Point realizado pelo Estadão, para abordar agronegócio e descarbonização.

“As empresas, cada vez mais, não vão ter compromisso apenas com o consumidor, mas com os acionistas também. O que vem mudando nos últimos anos é exatamente isso. O consumidor sempre vai ter o papel de cobrar, mas os acionistas mudaram também a postura. As empresas precisam fazer acontecer, porque o acionista está tomando a posição dele e dizendo que não vai mais investir em quem continuar não se preocupando com metas de carbono zero”, explica o executivo da Bayer.



Danielly Freire, Fábio Passos e Maira Lelis durante Meet Point realizado pelo 'Estadão' Foto: Alex Silva/Estadão Blue Studio

A mudança de postura pelo caminho do dinheiro é importante, apesar de precisar ser ainda mais acelerada, segundo Danielly Freire, gestora de projetos de sustentabilidade do Compromisso com o Clima do Instituto Ekos. “Não estamos mais no momento de concordar ou não com as mudanças climáticas. Estamos vivendo eventos extremos inclusive no Brasil que, por exemplo, afetam diretamente o setor do agronegócio. As

empresas são atores primordiais no mercado de carbono. É preciso analisar toda a cadeia e reduzir as emissões. Cada vez mais, projetos em parceria, seja com a academia ou com o terceiro setor, para que tenham embasamento científico, serão fundamentais”, esclarece a gestora do Ekos.

Também presente durante o Meet Point, na TV Estadão, a produtora Maira Lelis, à frente da Fazenda Santa Helena, se disse otimista com o fato de setores da economia estarem cada vez mais maduros

em relação à necessidade de se ter um mundo com menos emissões de carbono para a atmosfera. “Eu tenho essa visão otimista porque estou vivendo isso na minha atividade, na agricultura. Na fazenda existe essa intensificação das boas práticas. Diminuímos a quantidade de herbicidas, não temos mais plantas daninhas. Depois de uma colheita de soja, nós chegamos lá, e o solo está limpo. Estou vivendo isso”, afirma a fazendeira paulista. “Precisamos construir esse caminho e ter uma metodologia bem definida para atingirmos o nosso sonho. Nós vamos chegar a ponto de ter a soja com baixo carbono no mercado. Assim como o feijão e o milho”, projeta Maira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 21/03/2023

TENTATIVAS DE ALTERAR LEGISLAÇÃO SOBRE ESTATAIS E AGÊNCIAS VISAM INGERÊNCIA POLÍTICA; LEIA ARTIGO

Lei não corrompe, tampouco prende ou pune alguém, apenas estabelece controles

Por Maurício Bove

As possibilidades de mudanças na legislação e, conseqüentemente, na governança da Petrobras – caso se confirme pelo Senado a aprovação do Projeto de Lei n.º 2.896/2022 ou, ainda, pelo recente pedido do PCdoB, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 7.331, para alterar a Lei das Estatais e a Lei das Agências Reguladoras – são sinais preocupantes e indicam a disposição dos políticos de retomar o poder e de pressionar e interferir nas decisões dessa companhia. A intenção de flexibilização das leis tem o evidente objetivo de permitir a ingerência política e, por consequência, afastar as estatais de seus reais objetivos. Trata-se de um claro retrocesso no combate à corrupção no País.

Promulgada em 2016, a Lei n.º 13.303, conhecida como Lei das Estatais, foi um avanço em termos de governança corporativa, buscando dar um perfil mais técnico aos executivos que ocupam cargos nas sociedades de economia mista e estatais. O intuito foi estabelecer ferramentas para que a seleção de candidatos à administração dessas organizações tenha como base a ética e o atendimento aos seus objetivos sociais, fortalecendo sua integridade, governança, gestão e eficiência. Não cabe o argumento de que a Lei das Estatais criminaliza a política.

A lei não corrompe, não prende nem pune ninguém, apenas estabelece controles para que se evitem os assaltos aos cofres das estatais e a ingerência política na sua administração.



Intenção de flexibilização da Lei das Estatais tem o evidente objetivo de permitir a ingerência política Foto: REUTERS/Paulo Whitaker

Ressalte-se que, além da Lei das Estatais, os mecanismos de integridade criados na Petrobras servem como um “muro” de proteção à companhia. Revelou-se acertada a implantação, no governo anterior, de regras de compliance na empresa para protegê-la de interesses políticos. A empresa mudou a indústria de óleo e gás (O&G) no Brasil em termos de governança e conformidade, elevando a

barra do mercado.

Ocorre que, ainda que existam outras camadas de proteção contra as tentativas de interferências políticas na gestão da maior estatal do Brasil, como o seu estatuto social, que inclui vedações previstas na Lei das Estatais, se sabe que a simples aprovação do conselho de administração e da assembleia de acionistas, controladas pelo governo, possibilita alterações em seu regulamento interno.

Alterações na governança da Petrobras e na Lei das Estatais e eventuais mudanças na legislação anticorrupção e internas na companhia, a partir de uma nova administração, são um risco real de retorno a condutas que já presenciamos no passado e de desmantelamento de instrumentos que

possibilitam o combate à corrupção no País. O aprimoramento de leis é válido, mas o retrocesso nas regras deve ser combatido.

*É líder da área de Compliance e sócio do escritório Lopes Pinto Advogados (LP Law)

Fonte: *O Estado de São Paulo* - SP

Data: 21/03/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

TRF4 MANDA SOLTAR DOLEIRO ALBERTO YOUSSEF, MAS JUIZ DECRETA NOVA PRISÃO

Youssef foi detido na segunda-feira (20) por ordem do juiz de primeira instância, que assumiu os casos da Lava-Jato em Curitiba, em fevereiro.

Por *Folhapress* — *Curitiba*



O doleiro Alberto Youssef – Foto : Valor

A defesa do doleiro Alberto Youssef obteve na tarde desta terça-feira (21) um habeas corpus revogando prisão preventiva determinada pelo juiz federal Eduardo Appio. A decisão que o libera da prisão é do juiz federal Marcelo Malucelli, do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região).

Também à tarde, porém, Eduardo Appio expediu um novo mandado de prisão preventiva contra o doleiro, conhecido por ter sido o pivô da operação Lava-Jato, em 2014.

Youssef tinha sido detido na segunda-feira (20) por ordem do juiz de primeira instância, que assumiu os casos da Lava-Jato em Curitiba, em fevereiro.

O juiz afirmava na decisão que o acordo de colaboração firmado na operação em 2014 não abrangia procedimento da Receita Federal acerca de possíveis crimes tributários atribuídos ao doleiro.

Nesta terça, Malucelli, magistrado de segunda instância, expediu ordem afirmando que o Código de Processo Penal estabelece que a prisão preventiva só pode "ser decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial".

"Nesse contexto, revela-se ilegal a decretação da prisão preventiva de ofício", diz Malucelli.

Em sua segunda ordem de prisão, Eduardo Appio afirmou que a ida dos agentes da Polícia Federal à casa do doleiro em Itapoá (SC), na segunda-feira, revelou sinais de sonegação de imóveis.

Em audiência de custódia, na tarde desta terça, a defesa de Youssef apresentou pedido de relaxamento da prisão preventiva, afirmando que se tratava de uma medida ilegal e abusiva.

Mas o juiz respondeu afirmando que surgiram "seríssimos indícios de que Alberto Youssef tenha sonegado das autoridades judiciais e fiscais a verdadeira posse e propriedade dos prédios edificadas em Itapoá".

A representação fiscal que motivou a prisão estava suspensa desde 2020, por determinação da juíza federal substituta Gabriela Hardt. Ela havia acolhido uma manifestação do Ministério Público Federal



que defendeu a suspensão pelo período de dez anos, na esteira dos benefícios obtidos por Youssef em seu acordo de colaboração premiada firmado na Lava-Jato.

Naquele ano, o MPF argumentava que o acordo de colaboração premiada previa a suspensão das investigações em curso e os prazos prescricionais quando a soma das penas nas condenações transitadas em julgado [quando não há mais possibilidade de recurso] resultasse em 30 anos de prisão, no mínimo.

Em decisão, Appio, contudo, contesta a suspensão. Ele entende que a representação fiscal não integra o acordo de colaboração firmado na Lava-Jato. "O acordo firmado e homologado não afeta o destino da presente investigação criminal, de árduo trabalho da Receita Federal, que realizou uma profunda investigação", diz ele.

O juiz afirma que, se a colaboração premiada abrangesse a representação fiscal, ela poderia ser considerada "uma carta em branco genérica que envolveria toda e qualquer investigação criminal". "Não creio tenha sido este o escopo da lei ou mesmo a intenção do acordo então firmado", escreveu Appio.

O magistrado cita que, de um total de 28 processos movidos contra Youssef, 13 estão hoje suspensos por dez anos, a pedido do Ministério Público Federal.

Em seu despacho, o juiz aproveita para criticar o compromisso de colaboração premiada da Lava-Jato, porque o doleiro já havia descumprido acordo anterior, feito em 2004, no caso Banestado. Os dois acordos foram feitos sob o aval do então juiz Sergio Moro, hoje senador pela União Brasil-PR.

De acordo com Appio, a legislação estabelece "de maneira clara e solar" que "não se pode premiar quem já descumpriu um acordo anterior".

"Houve manifesta reiteração delitiva após este acordo de colaboração premiada em 2004, tendo o condenado sido preso, novamente, em 2014, também por decisão do então juiz federal e hoje senador pelo Paraná doutor Sergio Moro", diz Appio.

Para o novo juiz da Lava-Jato, o doleiro foi "um verdadeiro arquiteto de diversas organizações criminosas ao longo dos últimos 20 anos, sendo certo que a sua multireincidência revela sua incompatibilidade com o regime de liberdade provisória sem condições".

Youssef foi preso por volta das 18h30 desta segunda-feira em um condomínio onde morava, no balneário de Itapoá, no litoral norte de Santa Catarina. Ele foi levado por agentes da Polícia Federal de Joinville (SC) para a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba ainda na segunda-feira.

Ao chegarem no condomínio, os agentes da PF foram informados pelo porteiro de que Youssef mantinha uma rotina de trabalho no porto privado de Itapoá. Ainda segundo o relato da PF, Youssef chegou no condomínio perto das 19h e ficou "bastante inconformado" com o mandado de prisão.

Ele foi encaminhado para a viatura, sem algemas, e chegou na capital do Paraná por volta das 21h.

Ao determinar a prisão do doleiro, o juiz Appio afirma em seu despacho que Youssef não resolveu todas as suas pendências com a Receita. Também afirma que o doleiro não mantém atualizado seu endereço junto à Justiça Federal, o que demonstraria "certeza de impunidade".

O juiz afirma ainda que o doleiro está vivendo em uma situação "muito privilegiada em relação à imensa maioria dos cidadãos brasileiros" e "incompatível com todas as condenações já proferidas em matéria criminal". Ele cita que Youssef teria, por exemplo, tentando comprar um avião e um helicóptero.

O advogado de Youssef, Gustavo Flores, ainda não respondeu ao contato da reportagem para comentar o assunto.



Eduardo Appio já disse em entrevistas ser crítico aos métodos da Lava-Jato no período em que a operação era conduzida por Moro e tinha Deltan Dallagnol como chefe da força-tarefa do Ministério Público.

Ao assumir a 13ª Vara Federal de Curitiba, afirmou à Folha que um dos seus objetivos era o de resgatar a credibilidade da Justiça Federal e assegurar a neutralidade "ideológica ou político-partidária" nos julgamentos, afastando o que classifica de "populismo judicial".

Uma procuradora da República do Paraná pediu que o juiz se declare suspeito para atuar na operação.

Deltan, hoje deputado federal pelo Podemos-PR, criticou em rede social a prisão de Youssef. "Agora pode prisão preventiva de ofício, sem pedido da Polícia ou do Ministério Público?", escreve Deltan, em uma rede social.

A procuradora Monique Cheker, que também atuou na Lava-Jato, também fez críticas à prisão, afirmando que representações fiscais da Receita Federal são "documentos ordinários e cotidianos que são enviados ao MPF/PF e geram primeiro procedimentos investigativos".

"Alguém está decretando prisão preventiva de ofício e de forma ilegal?", diz ela, em rede social.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/03/2023

LULA DIZ QUE ELETROBRAS SOFREU CRIME COM A PRIVATIZAÇÃO E QUE ENTRARÁ NA JUSTIÇA PARA RETOMAR A EMPRESA

Lula ressaltou ainda que a Petrobras é uma empresa de energia e que não pode ser uma "vendedora para ter lucro só para distribuir para rentistas"

Por João Valadares, Valor — Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta terça-feira (21) que a privatização da Eletrobras foi uma "loucura", "feita para proibir a gente tomar ela de volta" e que pretende entrar com ação na Justiça para retomar a empresa.

"O que foi feito na Eletrobras foi um crime. Você utilizou o dinheiro da privatização para fazer o que?", disse Lula em entrevista à TV 247. "Não existe sinas de que vai baixar o preço da energia. Eles fizeram uma loucura", disse o presidente. Ele espera que o governo volte a ser dono da maior companhia de energia do país.

Lula ressaltou ainda que a Petrobras é uma empresa de energia. "Não pode ser uma empresa vendedora para ter lucro só para distribuir para rentistas", afirmou.

Ele destacou ainda que é preciso fazer com que empresas de engenharia se fortaleçam nesse país já que a Lava-Jato quebrou as empresas. "A gente tinha 12 estádios de futebol sendo construído ao mesmo tempo nesse país. Qual a obra que está sendo feita nesse país?", disse, acrescentando que, em um ano, seu governo vai investir mais do que o do ex-presidente Jair Bolsonaro investiu em quatro anos.

Sobre hidrelétricas, indústria automobilística

O presidente disse ainda que é um "cara de muita sorte" porque hoje está com excesso de água. "Todas as hidrelétricas estão bombando de água. Sou um cara de muita sorte", afirmou.

Ele destacou que quer chamar a indústria automobilística para perguntar o que está acontecendo com o setor.

Lula ainda disse que quer recuperar uma relação boa com a América do Sul, para onde exportamos produtos manufaturados. "Vamos recuperar tudo o que tínhamos feito. Quero viajar muito o mundo para recuperar a imagem do Brasil no exterior. E vamos ter que fazer investimento", destacou.

O presidente disse que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está correndo quando diz que tem gente que não tá pagando imposto e precisa pagar para que a economia volte a crescer.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/03/2023

“LUPÍ ANUNCIA UMA COISA QUE PODERIA SER 100% BOA E CRIOU UM CLIMA DE INSATISFAÇÃO NOS BANCOS”, DIZ LULA

Segundo o presidente, era preciso ter sido feito acerto com o Ministério da Fazenda e os bancos públicos e privados para anunciar a redução do teto de juros

Por João Valadares, Valor — Brasília



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que era preciso um acerto para que uma medida que envolvesse o Ministério da Fazenda e bancos públicos e privados para que fosse anunciada a redução do teto de juros cobrados em empréstimos consignados para aposentados.

“Era preciso ter feito um acerto para anunciar uma medida que envolvesse a Fazenda, os bancos públicos e privados. Aí o Lupi (ministro Carlos Lupi) vai e anuncia uma coisa que poderia ser 100% boa e criou um clima de insatisfação nos bancos”, disse o presidente em entrevista à TV 247.

Ele se referia ao anúncio do ministro da Previdência, Carlos Lupi, de redução das taxas de juros do empréstimo consignado, o que travou a liberação pelos bancos.

Lula também citou outro episódio, protagonizado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, que anunciou que o governo pretende lançar o um programa “Voa Brasil”, com passagens aéreas a R\$ 200. “O Márcio França comunicou a questão das passagens numa reunião de infraestrutura. Disse para a gente acertar e anunciar como governo”, disse Lula.

O presidente ainda afirmou ter tido uma “surpresa muito agradável” dos ministros que foram governadores. “A capacidade deles de fazer tudo funcionar é muito grande”, disse, citando que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, é “minha Dilma de calças”. “Estou muito feliz com minha equipe. Ela vai ter um sucesso extraordinário”, contou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/03/2023

ELETOBRAS FORMALIZA AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES DA CEMIG GT, ANDRADE GUTIERREZ E NOVONOR NA MESA

Com a operação, que movimentou R\$ 168 milhões, a Eletrobras passará a deter, indiretamente, 95,2% de participação no capital social da Madeira Energia (Mesa)

Por Victoria Netto, Valor — São Paulo

A Eletrobras comunicou que foi formalizada nesta segunda-feira (20) a aquisição, por sua controlada Furnas, das participações diretas e indiretas remanescentes que a Cemig GT, Andrade Gutierrez e Novonor detêm na Madeira Energia (Mesa), correspondentes a 22,9% da companhia, por R\$ 168 milhões.



Fachada do prédio da Eletrobras — Foto: Ana Branco/Agência O Globo

Com a conclusão da aquisição, a Eletrobras passará a deter, indiretamente, 95,2% de participação no capital social da Mesa, única acionista da Santo Antônio Energia (Saesa). A companhia opera a hidrelétrica de Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia, com potência instalada mínima de 3.568,8 megawatts e 2.313,3 megawatts médios de energia.

Segundo a companhia, a aquisição está alinhada com o objetivo estratégico da Eletrobras, simplificando sua estrutura e reforçando seu papel de liderança nas suas subsidiárias.

O fechamento da operação está condicionado ao cumprimento de condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias e o direito de preferência de acionistas, diretos ou indiretos da Mesa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/03/2023

PREFEITURA DO RIO DESISTE DE OBRA QUE COLOCAVA CONCRETO SOB AREIA DE PRAIA

A decisão foi comunicada ao MPF no último dia 13, após a gestão Eduardo Paes (PSD) ser informada pela Procuradoria sobre a existência de indícios de crime ambiental na obra

Por Italo Nogueira, Folhapress — Rio de Janeiro



Barra da Tijuca — Foto: YURI DE MESQUITA BAR/ISTOCK/GETTY IMAGES PLUS

A Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu acatar a recomendação do MPF (Ministério Público Federal) e desistiu de concluir a instalação de material de concreto no fundo da areia da praia da Barra da Tijuca, na zona oeste.

O município também determinou que a empresa responsável pela intervenção retire o material já instalado e coloque de volta o volume de areia

escavado.

A decisão foi comunicada ao MPF no último dia 13, após a gestão Eduardo Paes (PSD) ser informada pela Procuradoria sobre a existência de indícios de crime ambiental na obra. Entre as irregularidades apontadas está a emissão de uma licença ambiental um mês após o início das intervenções. De acordo com o MPF, a autorização dada pela prefeitura era, também, insuficiente.

No comunicado, a prefeitura afirma que a retirada do material e a recolocação da areia terá acompanhamento de "equipe técnica destinada a verificar e evitar eventual impacto ambiental".

Procurada, a Secretaria Municipal de Infraestrutura afirmou que "está em tratativas administrativas para a desmobilização da obra".

Iniciada no fim do ano passado, a obra tinha como objetivo reduzir os efeitos das ressacas, principalmente no calçadão e em quiosques da orla. Especialistas de universidades como UFRJ, Uerj, UFF e PUC-Rio organizaram um abaixo-assinado apontando o risco de que a movimentação poderia, na verdade, ampliar danos futuros. A instalação do material estava suspensa desde fevereiro, após notificação do MPF.



Ao comunicar o cancelamento do projeto à Procuradoria, o município afirmou que "iniciou a realização desta obra em razão de aquele espaço público ter sofrido degradação em especial no passeio público, que poderia evoluir para um colapso de tal magnitude que impediria o ir e vir das pessoas na ciclovia e na pista de rolamento".

"A obra não pretendia modificar a faixa de areia, ao contrário, reestabelecer o passeio em seu limite original nos trechos onde já havia sido derrubado. Ou seja, tratava-se de intervenções de pequeno porte e localizadas, dimensionadas e embasadas tecnicamente de acordo com o projeto executivo contratado."

A trabalho previa, segundo a prefeitura, a instalação de colchões articulados feitos de concreto e uma manta geotêxtil preenchida com areia da própria praia para estabilizar o local.

O contrato de R\$ 10,6 milhões também incluía a implantação de vegetação de restinga e a reestruturação de passeios e pavimentos danificados. A secretaria não esclareceu se a execução desses serviços será mantida.

A instalação do material na faixa de areia estava prevista para sete pontos da Barra da Tijuca -um trecho de 1,2 km entre os postos 3 e 8- e tinha prazo de conclusão de seis meses. Apenas um dos pontos havia sido de fato executado antes da suspensão em fevereiro.

De acordo com o MPF, a licença prévia de instalação, feita pela Subsecretaria de Controle e Licenciamento Ambiental, só foi expedida em 19 de janeiro deste ano, dia seguinte à notificação feita pela Procuradoria ao município para que apresentasse o licenciamento ambiental da obra.

O MPF questionou a ausência de estudo de impacto ambiental para a realização da obra. O procurador Sérgio Suiama afirma que as praias são áreas de preservação permanente, motivo pelo qual exigem relatório detalhado dos possíveis impactos.

A Procuradoria afirma, contudo, que não havia qualquer análise sobre o possível impacto das intervenções na fauna, nas dunas e na permeabilidade da areia. Aponta, também, que o local foi ponto de desova de tartarugas marinhas.

Para os procuradores, os estudos apresentados pelo município também não explicavam a razão da técnica adotada. Laudo da Procuradoria afirma que a obra está "em dessintonia com o que dispõem a literatura técnica e as normativas pertinentes ao ordenamento costeiro".

A ausência também foi notada pelo Tribunal de Contas do Município, que questionou a prefeitura sobre a "aparente inconsistência em se licitar conjuntamente os estudos necessários à definição de soluções técnicas e os serviços de execução de solução já fixada e definida".

"A observação parece confirmar a percepção de que a 'solução' de se instalar mantas e sacos de 'geobag' preenchidos com cimento sob grandes trechos da areia da praia da Barra da Tijuca já estava predefinida antes mesmo de qualquer estudo tecnicamente fundamentado", escreveu Suiama na recomendação à prefeitura.

O procedimento criminal aberto apura a execução de obras sem autorização, entrega de informação falsa ou sonegação de dados para o licenciamento ambiental, concessão de licença em desacordo com as normas e elaboração de laudo falso. O cancelamento da obra não encerra essa apuração.

Foi o uso de concreto e a movimentação de maquinário pesado na praia que assustou oceanógrafos e engenheiros e os levou a organizar um abaixo-assinado.

Parecer técnico assinado por 26 professores e especialistas na área apontava que os colchões de concreto poderiam agravar os danos provocados pelas ressacas. O principal problema, na avaliação do grupo, era a possível redução na infiltração da água do mar na areia durante as ressacas, ampliando o impacto das ondas e a redução da orla.

"Estruturas rígidas fazem refletir a energia das ondas que retornam ao mar com mais energia retirando a areia da praia e aumentando sua declividade. Esse fenômeno leva à diminuição progressiva da largura da praia (perda da área recreativa) e aumento de sua declividade, fazendo com que as ondas de alta energia em eventos de ressaca do mar quebrem mais próximas da orla onde estão localizados o calçadão, a ciclovia e quiosques", afirma o texto.

O grupo questionava, inclusive, a necessidade da obra. Estudo de professores da Uerj e da UFRJ indica que a praia da Barra está em "equilíbrio dinâmico", com redução da faixa de areia em períodos de ressaca e recuperação natural posterior.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/03/2023

RENAN FILHO: ARCABOUÇO FISCAL TEM QUE GARANTIR INFRAESTRUTURA

Ministro dos Transportes afirmou, em audiência no Senado, que o Congresso deve levar em conta a necessidade de investimentos em infraestrutura rodoviária ao analisar o novo arcabouço fiscal

Por Murillo Camarotto, Valor — Brasília

Em audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado, nesta terça-feira (21), o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), disse que a análise do novo arcabouço fiscal pelo Congresso Nacional, previsto para as próximas semanas, deve levar em consideração a necessidade de investimentos do governo, sobretudo na infraestrutura rodoviária.



O ministro dos Transportes, Renan Filho — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil/Marcelo Camargo/Agência Brasil

“Não dá para investir sem sustentação, mas na discussão do novo marco fiscal vamos ter que discutir se o que estávamos fazendo estava errado ou não”, disse o ministro, após destacar a relação entre o baixo investimento e a queda na qualidade das rodovias. “É fundamental que tenhamos arcabouço fiscal que garanta a infraestrutura.”

O ministro, que é senador eleito por Alagoas, mencionou dados recentes da Confederação Nacional do Transportes (CNT), que mostram que 66% da malha federal e estadual está em situação regular, ruim ou péssima. Ele se comprometeu a zerar os trechos em estado ruim e péssimo em até dois anos, mas insistiu na necessidade de recursos.

O orçamento da pasta para este ano, deixado pelo governo anterior, foi de R\$ 5 bilhões, contra R\$ 45 bilhões de 2012. “É um nono!”, disse o ministro, ao lembrar que o Congresso, por meio da PEC da transição, possibilitou elevar o orçamento para R\$ 21 bilhões, mesmo nível de 2020.

“Se voltarmos a uma capacidade pré-PEC, não teremos condição de frear a piora da nossa infraestrutura de transportes. Não há gestão que tenha a capacidade de suplantar a necessidade de investimentos”, alertou.

Renan Filho comparou os investimentos em rodovias feitos no ano passado por Brasil e Uruguai, ambos ao redor de US\$ 1 bilhão. Se considerado os aportes por habitante, o país vizinho investiu 50 vezes mais. “Não dá para o Brasil investir menos que o Uruguai”, disse o ministro, que também defendeu que o governo tenha algum fôlego para investir em ferrovias.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/03/2023

GRUPOS DO AGRO UNEM FORÇAS E CRIAM EMPRESA DE LOGÍSTICA

Amaggi, ADM, Cargill, LDC e Dalablog são sócias na Strada
Por Fernanda Pressinott — De São Paulo



Rodrigo Koelle, que comandará a Strada: “Teremos uma rede de inteligência compartilhada em transporte. Vamos gerar valor para os clientes com dados” — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Amaggi, ADM, Cargill, Louis Dreyfus Company (LDC) e a mato-grossense Dalablog acabam de criar a Strada, uma empresa de logística que já nasce com 170 mil motoristas cadastrados a expectativa de transportar 40 milhões de toneladas de cargas. O volume financeiro previsto para este ano, de R\$ 10 bilhões, é o dobro da movimentação que as empresas fizeram separadamente em 2022.

A Strada nasceu a partir da união entre a Carguero – empresa de logística que Amaggi e Dreyfus criaram em 2019, com um investimento de R\$ 50 milhões, e da qual ADM e Cargill tornaram-se sócias dois anos depois – e da Tip Bank, companhia de pagamento para frete rodoviário que existe desde 2007. Os trâmites para a formação da Strada levaram três anos. Metade desse intervalo foi o tempo de espera para a conclusão das análises do Banco Central e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre a operação.

Na prática, a partir deste mês, essas tradings, que estão entre os maiores exportadores do agro nacional, vão ofertar todas suas cargas na plataforma. Transportadores e motoristas terão acesso às cargas e a um sistema de informação de rastreamento, que está em fase de desenvolvimento.

“Faltava conexão nesse mercado. Onde está o caminhão e que horas ele vai chegar são perguntas que vão permitir aos agentes terceiros programar a formação de carga do navio ou trem, por exemplo. Vamos gerar valor para os clientes com dados”, diz o CEO da Strada, Rodrigo Koelle, que comandava a área de transporte e logística da Cargill na América Latina até o fim do ano passado.

Rede de inteligência

O executivo afirma que o negócio será mais do que apenas uma plataforma de transporte de cargas. “Estamos formando uma rede de inteligência compartilhada na área de transporte”, afirma ele. “Vamos conectar os diversos atores dessa cadeia, receber informação, processar e devolver serviço”.

A Strada também trabalha no desenvolvimento de uma ferramenta que vai permitir o leilão reverso de carga para indicar o melhor preço para o embarcador e transportador. Outro diferencial vem do lado “fintech” da empresa, que agrega diversos recursos na conta digital do caminhoneiro.

Ela também conta com uma rede de mais de mil postos, vale-pedágio, digitalização dos documentos de viagem e soluções financeiras para as transportadoras e motoristas, como antecipação de recebíveis. Segundo Koelle, as plataformas disponíveis hoje têm cargas duplicadas e ofertas falsas de empresas que apenas testam o preço naquele instante. “Daremos segurança a todos os envolvidos, com empresas e motoristas que passaram por triagem e por sistemas de segurança”, afirma o executivo.

Hoje, 75% do volume ofertado na Strada vem das tradings, com 3 mil caminhões ao dia, mas a intenção é que a fatia passe a ser de 30%. A empresa só não atuará na perna final das entregas, a “last mile”. A receita virá da prestação de serviços, únicos ou em pacote.

A sede da empresa será no centro de empreendedorismo Cubo Itaú, na Vila Olímpia, zona sul de São Paulo, onde ficarão parte dos seus 300 colaboradores. Outros ficarão espalhados pelo país.

Por reunir alguns dos maiores grupos do agronegócio global, a Strada tem potencial de mudar o transporte de produtos agrícolas no país, acredita Koelle. Se a empreitada der certo, as sócias pretendem levar o negócio para outras partes do mundo. O executivo esclarece que a Strada não tem relação com a joint venture ainda sem nome que as tradings criaram para a compra de caminhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/03/2023



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

NAVIO MERCANTE SAIRÁ DO PORTO DE SANTOS E VAI INTERROMPER A TRAVESSIA DE BALSAS

Embarcação vai sair do cais santista para os procedimentos operacionais nesta terça (21), a partir das 13h. Balsas ficarão interrompidas entre 13h50 e 14h40.

Por g1 Santos



Navio mercante 'gigante' sairá do Porto de Santos e vai interromper a travessia de balsas — Foto: Marine Traffic

O navio mercante M/V APL Dublin, que tem 347,29 metros de comprimento e 45,28 metros de largura, vai sair do Porto de Santos, no litoral de São Paulo, nesta terça-feira (21). A embarcação é de Singapura e deve deixar o cais santista por volta das 13h. Por isso, a travessia de balsas entre Santos e Guarujá será interrompida.

A manobra contará com a escolta de embarcações da Capitania dos Portos, do Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sul-Sudeste e da Guarda Portuária. A interrupção segue a determinação da Capitania dos Portos, conforme a portaria 74/202, e da Marinha do Brasil.

Para realizar a manobra da embarcação, a travessia de balsas entre Santos e Guarujá será interrompida nesta terça-feira entre 13h50 e 14h40. Como medida de segurança, no período, as balsas não ficarão com veículos e passageiros embarcados.

Os usuários do serviço de travessia deverão se programar e, caso precisem ir de uma cidade a outra neste horário, buscar a alternativa de deslocamento terrestre. O DH vai comunicar a suspensão temporária da balsa nos Painéis de Mensagens Variáveis, no site e no aplicativo Travessias.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 21/03/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

COPOM INICIA SEGUNDA REUNIÃO DO ANO PARA DEFINIR JUROS BÁSICOS

Expectativa é que taxa Selic seja mantida em 13,75% ao ano

Por Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) começou hoje (21), em Brasília, a segunda reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic. O órgão deve manter o aperto monetário com a Selic em 13,75% ao ano, mesmo com as pressões do governo federal para redução da taxa.

Em declaração após a primeira reunião do Copom, em janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os juros altos atrapalham os investimentos e que não existe nenhuma justificativa para que a Selic esteja neste momento nesse patamar. Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu maior coordenação entre a política fiscal e a chamada política monetária, a cargo do BC, para conter a inflação.

Embora a taxa básica tenha parado de subir em agosto do ano passado, está no nível mais alto desde o início de 2017 e os efeitos de um aperto monetário são sentidos na desaceleração da economia.

Segundo a edição mais recente do boletim Focus, pesquisa semanal com analistas de mercado, a taxa básica deverá ser mantida em 13,75% ao ano, pela quinta vez seguida. A expectativa do mercado financeiro, entretanto, é que a Selic encerre o ano em 12,75% ao ano.

Amanhã (22), ao fim do dia, o Copom anunciará a decisão.

Na ata da última reunião, em janeiro, o órgão indicou preocupação com a deterioração das expectativas de inflação de prazos mais longos e não descartou a possibilidade de novas elevações da taxa Selic caso o processo de desinflação não transcorra como esperado. O aumento dos gastos públicos e as incertezas fiscais também poderão fazer o Banco Central manter os juros elevados por mais tempo que o inicialmente previsto.

Também em declaração recente, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, defendeu a autonomia da instituição na definição da política monetária e disse que, pensar em uma política monetária e uma política fiscal de longo prazo, é importante para ter um crescimento econômico sustentável.

Campos avaliou positivamente o pacote de medidas já apresentadas pelo governo e tem boas expectativas em relação ao novo arcabouço fiscal que será apresentado pelo Ministério da Fazenda, em substituição ao teto de gastos, que limita as despesas do governo à inflação do ano anterior.

Depois de quedas nos últimos meses de 2022, as expectativas de inflação têm subido. Embora tenha apresentado uma variação negativa no último boletim Focus, a estimativa de inflação para 2023 está em 5,95%.

Em fevereiro, puxado pelo grupo educação, com os reajustes aplicados pelos estabelecimentos de ensino na virada do ano, o IPCA ficou em 0,84%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o indicador acumulou alta de 1,37% no ano e de 5,6% nos últimos 12 meses, percentual mais baixo do que os 5,77% verificados no período imediatamente anterior.

Taxa Selic

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas da economia. Ela é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. O BC atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima do valor definido na reunião.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Ao reduzir a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

O Copom reúne-se a cada 45 dias. No primeiro dia do encontro, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom, formado pela diretoria do BC, analisam as possibilidades e definem a Selic.

Meta de inflação

Para 2023, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior é 4,75%. Para 2024 e 2025, as metas são de 3% para os dois anos, com o mesmo intervalo de tolerância.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária reconhece a possibilidade de estouro da meta de inflação neste ano. No documento, a estimativa é que o IPCA atingirá 5% em 2023. O próximo relatório será divulgado na semana que vem, no dia 30.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 21/03/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

EMPRESAS ESTÃO PRONTAS PARA DEMANDAS IMEDIATAS NA CABOTAGEM, AFIRMA ABAC

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 21/03/2023 - 20:48



Associação trabalha com perspectiva de crescimento para atividade nos próximos anos, apesar de impacto nos volumes em 2022 causado principalmente pela seca e pelo fim do acordo bilateral de navegação entre Brasil e Argentina

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) reafirma que trabalha com perspectiva de crescimento para a atividade nos próximos anos, embora os números tenham 'andado de lado' em 2022, especialmente no transporte de carga containerizada. A interrupção no crescimento no último ano,

segundo a associação, refletiu principalmente o período de seca e o fim do acordo bilateral de navegação entre Brasil e Argentina em janeiro de 2022, que ocasionou na perda de mais de 200 mil contêineres na chamada 'longa cabotagem', cuja carga foi absorvida por navios de longo curso.

O diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano, destacou que a cabotagem continuará atuante e que as 10 empresas brasileiras de navegação (EBNs) associadas continuarão operando e investindo conforme a demanda e o surgimento de novos projetos. Além das cargas containerizadas, estão no radar insumos industriais e produtos intermediários para a indústria como bauxita, bobinas de aço, madeira, celulose e minério de ferro, que não costumam entrar na lista de cargas potencialmente 'cabotáveis'.

Ele lembrou que, em 2020, uma empresa associada trouxe dois navios de 120 mil toneladas para atender a uma demanda para o transporte de minério de ferro entre o Maranhão e o Ceará, que não estava mapeada pelo PNL 2035. "Torcemos pelo crescimento do país para que possamos continuar trabalhando. Nossas associadas estão prontas para atender qualquer demanda imediata de aumento e investir para novas demandas", disse Resano, na última semana, durante o seminário "O crescimento

da economia e a importância da cabotagem na matriz de transporte brasileira: perspectivas e desafios", promovido pela Editora Globo, com patrocínio da Abac.

Na ocasião, ele enfatizou que, durante a pandemia e em outros momentos difíceis da economia e do transporte marítimo, a cabotagem manteve de forma ininterrupta o atendimento aos usuários, demonstrando ligação da atividade com investimentos em frota no país, aquisição de ativos de alto valor e o emprego de brasileiros nas atividades. Com auxílio de parceiros logísticos dos armadores, a Abac estima que a cabotagem trabalhe com 92,5% de índice de pontualidade e cerca de 450 mil operações por ano.

Resano acrescentou que, assim como os armadores do longo curso, os operadores da cabotagem também enfrentam questões ambientais. "Estamos sendo extremamente pressionados com o desenvolvimento de novas regras para reduzir emissões de gases de efeito estufa e de carbono alinhadas com regras internacionais definidas pela IMO (Organização Marítima Internacional)", afirmou.

O diretor-executivo da Abac elencou que as EBNs associadas já implementaram em suas frotas medidas como o uso de novas tintas para pintura dos navios, apêndices no casco dos navios e melhorias no desempenho de navios, por meio de mudanças nos motores para aumentar a eficiência energética através de processos operacionais.

Ele explicou que os navios que operam na cabotagem brasileira atendem a todos os regramentos internacionais e estão prontos para fazer qualquer viagem internacional. "Infelizmente, temos custos diferenciados com as outras bandeiras de navios que fazem transporte internacional. São navios customizados para nossa atividade, mas estamos prontos. Se necessário farão (longo curso)", lamentou Resano.

Na avaliação da Abac, é importante que o programa de cabotagem do governo federal (BR ,do Mar), instituído pela Lei 14.301/2022, preconize o fortalecimento das empresas brasileiras e possibilite investimentos, conforme prevê a Lei 9.432/1997, marco regulatório do setor. Para a associação, o crescimento da cabotagem depende diretamente dos resultados de gestão e da sustentação da economia do país. "Este crescimento gera mais demandas, além de possibilitar o planejamento estratégico de médio e longo prazo. Precisamos ter uma matriz de transporte equilibrada. É inadmissível termos apenas 13% de cabotagem. Na maioria das vezes, operamos como multimodal", destacou.

Ele acrescentou que os serviços exigem navios dedicados para garantir a frequência e confiabilidade ao usuário, que precisa de rotas singulares, dias fixos para atracação e janelas nos portos. "A cabotagem para alguns casos é sempre opção mais barata, mas a decisão final é do usuário. Ele que fará o estudo de logística", concluiu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/03/2023

ADEX GROUP ESPERA IDENTIFICAR E FECHAR CONTRATOS NA NAVALSHORE AM

Por Bianca Guilherme ESPECIAL NAVALSHORE 21/03/2023 - 21:01



Companhia disponibilizará ferramentas online com apoio de seus engenheiros no estande do evento

A Adex Group, empresa com mais de 35 anos de experiência no mercado de aditivos e lubrificantes, projeta altas expectativas para 2023, principalmente após a grande exposição que terão na edição da Navalshore em Manaus, que acontecerá entre os dias 24 e 26 de maio de 2023. "Acreditamos que na feira vamos identificar e fechar contratos com empresas que estejam seriamente interessadas em

reduzir custos com combustíveis", destacou o engenheiro de operações Plínio Oliveira.

Para o engenheiro, ter uma Navalshore na região Norte é essencial devido à característica regional ser baseada no transporte naval em todas as suas possíveis variações, sendo o consumo de óleo combustível o item de maior significado no custo destas operações. "Nós podemos ajudar a reduzir este custo sem causar alteração ou interrupção dos serviços com segurança e garantia de resultados. Temos tratamento de óleos combustíveis, suporte técnico online e presencial e lubrificantes adequados em todo segmento e de acordo com normas internacionais de navegação", comentou.

A companhia disponibilizará ferramentas online com apoio de seus engenheiros no estande para identificar e iniciar imediatamente o plano de tratamento e redução de custos com combustíveis e lubrificantes. "Vamos expor na Navalshore o melhor aditivo para tratamento de óleo combustível da atualidade e mais uma linha completa de lubrificantes especiais para navegação, todos certificadamente eficientes e já disponíveis no Brasil para entrega imediata", destacou Oliveira.

A empresa é a única distribuidora no Brasil dos produtos Adex, Aderco e LanoPro e tem como foco, proporcionar soluções sustentáveis em lubrificantes, proteção contra corrosão e tratamento e potencialização de combustíveis para diversos segmentos, oferecendo produtos tanto para grandes empresas e indústrias, quanto para o cliente final.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/03/2023

PARA CUMMINS BRASIL, NAVALSHORE AM REPRESENTA PERSPECTIVA DE REFORÇAR MARCA

Por Bianca Guilherme ESPECIAL NAVALSHORE 21/03/2023 - 20:57



Otimista com o evento, fabricante e seu distribuidor local pretendem mostrar que estão preparados para atender mercado naval com excelência

A Cummins Brasil em parceria com o seu distribuidor Noroeste Máquinas, responsável pela distribuição de produtos e serviços nos estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, marcarão presença na edição de estreia da Navalshore Amazônia. Para Carlos Silame, gerente de desenvolvimento de negócios marítimo, ferroviário e óleo e gás da Cummins Brasil e Tercio Santos, gerente de negócios do distribuidor Cummins Noroeste Máquinas, a iniciativa é importante para reunir a indústria naval fluvial, tendo em vista o potencial de crescimento.

"Para esta primeira edição, com bastante otimismo, o objetivo da Cummins e do distribuidor Cummins Noroeste Máquinas é mostrar que estamos preparados para atender com excelência este mercado. Em um estande de 18m², iremos expor os 'NTA855' e 'KTA19', motores consolidados neste mercado por sua robustez, durabilidade e confiabilidade, para que outros potenciais clientes vejam de perto essas duas obras de arte da engenharia", destacaram em nota.

Além dos motores, a Cummins planeja exibir materiais de comunicação sobre as suas peças e serviços autorizados, além disso, mostrarão suas soluções completas em pós-venda que suporta e contribui principalmente com armadores e estaleiros desta região. De acordo com as companhias, as expectativas estão elevadas, principalmente por este ser o primeiro grande encontro dedicado ao setor em uma importante região da indústria de navegação fluvial.

Para os gerentes, a feira oferece oportunidades de negócios e atualização com os principais e mais importantes players deste setor. A Cummins e o Distribuidor Noroeste visualizam uma excelente perspectiva de reforçar suas marcas, a qualidade em atendimento e disponibilidade de peças para o setor naval, além da possibilidade estar reunindo em um só lugar com os principais fornecedores do mesmo segmento, como estaleiros e fornecedores de sistemas de propulsão, compartilhando conhecimento e expectativas.

"Quando olhamos especificamente para a região Norte, vemos um potencial de crescimento bastante significativo. Além de ser uma das principais rotas de escoamento da produção de grãos do centro do Brasil, o Rio Amazonas é também a principal via de transportes e escoamento de cargas do país e é bastante utilizado no deslocamento de passageiros. Tudo isso coloca a navegação nesta região em um momento ímpar e acreditamos que nos próximos três anos haverá a necessidade de dobrar a capacidade de transporte fluvial", comentaram.

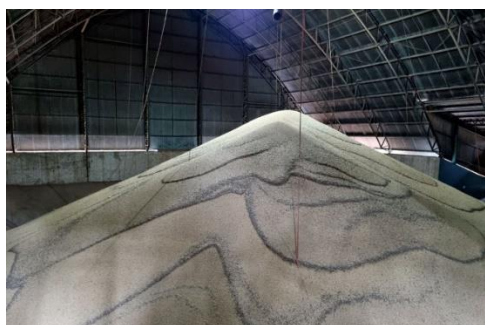
Atualmente, os produtos Cummins incluem motores de propulsão e auxiliares de bordo que variam de 4.5 até 95 litros e/ou 150 hp a 4.200 hp; pacotes Diesel Elétrico (de 358 kw a 1.825 kw) e geradores de bordo disponíveis entre 5 kw e 1.800 kw (com possibilidade de atender projetos com maior potência por meio da operação em paralelo). Já o mercado de geradores marítimo é atendido com produtos ONAN entre 5 e 110 kWe e Cummins para potências superiores (80 kWe a 1800 kWe), a serem usados como geradores de bordo, emergência e conjuntos para propulsão diesel elétrica.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/03/2023

TRANSPORTE DE GRÃOS PELA FERROVIA NORTE-SUL CRESCEU 19% EM 2022

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 21/03/2023 - 17:37



No ano anterior, a movimentação de grãos pelos pátios da Infra S.A. ao longo da FNS já havia crescido 14%

O transporte de grãos agrícolas por trens vem crescendo no país nos últimos tempos, com destaque para os dois últimos anos, quando a movimentação de grãos pela Ferrovia Norte-Sul (FNS) cresceu 14% e 19%, respectivamente.

A Infra S.A. possui áreas de terminais distribuídas em 14 localidades ao longo da FNS, cortando o Brasil de Norte a Sul e que se destacam no transporte de cargas agrícolas e de combustíveis. De acordo com o diretor de Empreendimentos da estatal, Alex Trevizan, "uma das principais missões da empresa é fomentar o transporte ferroviário e a logística em geral. Um trabalho que a Infra S.A. vem intensificando é justamente a concessão dessas áreas para investidores que queiram desenvolver seu negócio próximo à ferrovia".

Em 2020, a movimentação de grãos pelos pátios da Infra S.A. foi de 2.218.790 toneladas. Em 2021, o total foi de 2.529.211 toneladas e, em 2022, houve um incremento de 470 mil toneladas comparado ao ano anterior. "Esse aumento expressivo reflete um maior interesse do setor privado no transporte ferroviário, que reduz o impacto ambiental, acidentes em estradas e a circulação de caminhões pelas rodovias", destacou Trevizan.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/03/2023

CNPE SOLICITA QUE PPSA ESTUDE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS PARA O REFINO DO PETRÓLEO DA UNIÃO

Da Redação OFFSHORE 21/03/2023 - 17:28



Medida foi deliberada na primeira reunião do colegiado de 2023 e tem o objetivo de avaliar mecanismos que priorizem o abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) deve começar a realizar estudos sobre viabilidade técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo. A proposta foi uma das principais deliberações da primeira reunião do

Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de 2023, realizada na sexta-feira (17), no Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília.

A medida do CNPE se baseia na Lei nº 12.304/2010, que permite à PPSA celebrar contratos, representando a União, para refino e beneficiamento de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, advindos dos contratos de partilha de produção. Atualmente, todo o petróleo da União é vendido em sua forma bruta, na unidade de produção em alto-mar.

Segundo o ministro de Minas e Energia (MME), o principal objetivo agora é agregar valor ao petróleo da União por meio da venda de produtos refinados e também fortalecer o mercado nacional de combustíveis. “Queremos que o petróleo e o gás natural da União, provenientes dos contratos de partilha de produção, promovam a industrialização do Brasil e garantam a segurança no abastecimento nacional de energia, insumos petrolíferos, dos fertilizantes nitrogenados e de outros produtos químicos, reduzindo a dependência externa, e valorizando o conteúdo local. As nossas empresas precisam priorizar o abastecimento nacional. É isso que vamos buscar”, ressaltou o ministro Alexandre Silveira, presidente do CNPE.

A proposta foi apoiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que participou de toda a reunião do CNPE. Ele pediu um esforço concentrado para que toda pauta seja pensada pelo lado da justiça social e combate às desigualdades. “É preciso sempre pensar, com carinho, na nossa demanda interna, valorizando a chegada de investimentos para o nosso país, garantindo emprego e renda à nossa população. É isso que precisamos priorizar e conto com vocês para honrar este compromisso”, destacou o presidente.

Agora, a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) tem cento e oitenta dias de prazo para realizar os estudos sobre viabilidade técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/03/2023

TERMINAIS APOIAM FORTALECIMENTO DE AGENDA PARA SIMPLIFICAÇÃO DE EVTEAS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 21/03/2023 - 16:15



Secretaria Nacional de Portos avalia que discussão deve ser enfrentada pelo poder concedente, mas também pela Antaq e pelo TCU

Representantes de terminais portuários defenderam, na última segunda-feira (20), o fortalecimento da agenda de simplificação dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEAs). A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) vê espaço para simplificar o nível de exigência de demanda de EVTEAs, em especial no que tange a modificação de contratos e novos investimentos. A avaliação dos terminais é que, no formato vigente, os trâmites burocráticos ainda tomam muito tempo do investidor.

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, acredita que existem e precisam ser debatidas formas mais simplificadas de fazer e encurtar o tempo do valuation, base da equação econômico-financeira do contrato de arrendamento. Ele ressaltou que essa discussão não pertence somente ao poder concedente, mas também à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

“Com certeza deve haver formas mais simplificadas de fazer essa valuation e vamos conversar. Mas terá que ser concentração em que, pelo menos, três atores importantes estejam na mesa: tribunal de contas, agência reguladora e poder concedente”, disse o secretário, que foi convidado do evento

'Diálogo com as Associadas da ABTP - Setor Portuário: Principais Desafios', no canal da ABTP no Youtube.

O secretário contou que está pautado um bloco de licitações de arrendamentos simplificados. "Começamos a criar um modus operandi, principalmente com o TCU, para saber como poder agilizar isso. Nesse momento, o foco é desburocratizar. Esse bloco de arrendamentos simplificado foi para o TCU em agosto (2022) e está sendo pautado em março (2023). Precisamos acertar, com Antaq e TCU, como fazer para simplificar de fato. Está na pauta, espero que seja aprovado", comentou.

A ABTP entende que é preciso atender o valuation, pelo menos, na partida do investimento e depois pensar durante a vigência do contrato ter outra forma que seja mais eficiente para dar segurança aos investimentos. O diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, disse que a associação deve apresentar sugestões nesse sentido em breve.

O diretor-presidente da Santos Brasil e membro do conselho deliberativo da ABTP, Antonio Carlos Sepúlveda, considera que o EVTEA seria uma ferramenta muito boa se o setor cobrasse tarifa. Ele entende que, como não é cobrada tarifa, o EVTEA acaba sendo impreciso ao longo dos contratos, principalmente nos termos firmados por 25 anos, diante da flutuação de volume e de preço.

Sepúlveda acredita que o setor tem a oportunidade de encontrar um caminho mais preciso e mais ágil. "Vale buscarmos uma forma mais eficaz. É muito difícil fazer o contrato com obrigação de investimentos em cima de uma equação para 25 anos, num setor com dinâmica da logística com variação de preço, variação de volume e variação de tecnologias", analisou o executivo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/03/2023

PPSA ESPERA INVESTIMENTO DE R\$ 72,5 BILHÕES ATÉ 2032

Por Bianca Guilherme OFFSHORE 20/03/2023 - 22:46



Estatal do pré-sal estima receita total de US\$ 344 bilhões nos próximos 10 anos

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) tem grandes expectativas para o período de 2023 a 2032. O superintendente de desenvolvimento e produção da PPSA, Marcelo Restum, destacou que, nos próximos 10 anos, é esperada uma produção de 7,7 bilhões de barris, sendo 25% equivalentes a 1,9 bilhão, para a União, com receita total da ordem de US\$ 344 bilhões. Criada em 2013, a PPSA atua na gestão dos

contratos de partilha de produção, e representa a União nos acordos de individualização da produção e gestão da comercialização de petróleo e gás natural.

"Nesse caso, temos três parcelas nesse valor: a primeira é dada a comercialização com 157 bilhões, 100 bilhões virão de royalties e os impostos gerarão 87 bilhões. É bastante representativo porque só esses 19 contratos, no pré-sal, nos darão muitas oportunidades", projetou na última semana, durante o Energy Talks - A nova geração de FPSOs do pré-sal: uma visão do futuro, promovido pela agência EPBR,

De acordo com Restum, são esperados cerca de R\$ 72,5 bilhões em investimentos entre 2023 e 2032, com aproximadamente 21 FPSOs e 19 poços. "Isso é importante para o país porque gera riquezas, empregos e sabemos o valor que tem esse investimento para o nosso período", comentou o superintendente.

Desde 2017, a produção acumulada de óleo e petróleo é de 343 milhões de barris, o excedente em óleo da União acumulado é de 21 milhões de barris e, de 2021 para 2022, houve um crescimento de mais de 10%. A produção acumulada exportada de gás soma 990 milhões de metros cúbicos, nos

últimos cinco anos, e o excedente de gás natural da União foi de 150 milhões de metros cúbicos, sendo arrecadados, com a venda dos excedentes de petróleo e gás já, o valor de R\$ 7,3 milhões.

Em 2022, a estatal do pré-sal, teve arrecadação recorde de R\$ 4,7 bilhões, quase quatro vezes maior do que no ano anterior, quando arrecadou R\$ 1,2 bilhão. Em janeiro de 2023, os contratos em regime de partilha de produção já bateram recordes também com média de 845 mil barris de petróleo por dia, quase o dobro do registrado em janeiro de 2022 e 11% superior ao de dezembro de 2021, motivado pela melhoria operacional no campo de Búzios, que apresentou volume de 428 mil barris de petróleo por dia, seguido de 212 mil barris de petróleo por dia em Libra e 101 mil barris de petróleo por dia em Sépia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 21/03/2023

NAVALSHORE AM SERÁ PERFEITA PARA EXPANDIR NEGÓCIOS NA REGIÃO NORTE, DESTACA AKZONOBEL

Por Bianca Guilherme ESPECIAL NAVALSHORE 20/03/2023 - 22:33



Gerente regional de vendas destaca que expositora vê no evento um espaço para divulgar marcas, respeitando características locais devido ao tipo de clima e à navegação específica em rios

A AkzoNobel, uma das expositoras e patrocinadoras da Navalshore AM, está com excelentes expectativas para negócios direcionada ao transporte fluvial e à cadeia logística. O gerente regional de vendas da AkzoNobel, Hudson Martins, acredita que a região amazônica reúne ótimas perspectivas de crescimento para os próximos 36 meses, principalmente com a modernização da frota local de embarcações fluviais.

Mesmo com a presença de grandes estaleiros e de uma frota expressiva de embarcações fluviais, Martins vê a região Norte ainda muito carente de feiras e exposições. "A Navalshore é uma oportunidade para expandir os negócios na região e divulgar as marcas que estarão expostas, respeitando as características locais devido ao tipo de clima e à navegação específica em rios que se diferem das navegações em mar", destacou. A edição da Navalshore em Manaus acontecerá entre os dias 24 e 26 de maio de 2023.

Para o futuro, a companhia pretende expandir por toda a região Norte por meio de novos representantes e novas revendas, incluindo os estados Acre, Amapá e Tocantins. "A AkzoNobel, por meio de sua marca International, estará presente na Navalshore expondo seus produtos sustentáveis de alta tecnologia para pinturas marítimas como: Intertuf 262 (primer epóxi), Interzone 954 (epóxi modificado), Interseal 670 (primer epóxi com dupla função), Interthane 990 (acabamento poliuretano acrílico de alto desempenho), Interlac 665 (acabamento esmalte sintético), Interline 850 (epóxi fenólico), Intergard 740 (primer dupla função), Interseal 1509 (primer/acabamento epóxi), Interthane 3230HG (acabamento poliuretano acrílico dupla função alto brilho), Interprime 222 (primer anticorrosivo alquídico) e Interprime 198 (primer alquídico monocomponente de secagem rápida)", comentou Martins.

A AkzoNobel estará com um estande amplo que permitirá que os visitantes conheçam, em detalhes, os atributos do seu portfólio com soluções sustentáveis, cada vez mais eficientes e que não agredem o meio ambiente. Segundo Martins, o público também poderá ver produtos excelentes para proteção anticorrosiva com o mínimo de preparação de superfície e com baixa emissão de VOCs (compostos orgânicos voláteis). Além disso, estará presente uma equipe técnica e comercial para fornecer total suporte quanto às dúvidas e recomendações sobre o portfólio.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 21/03/2023

VOLTA DO CARÁTER DELIBERATIVO DOS CAPS SERÁ DISCUTIDA PELO MINISTÉRIO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 20/03/2023 - 20:19



Pasta ainda definirá itens a serem deliberados nos conselhos e nova formatação, que será diferente da época da Lei 8.630/1993 e que acabou modificada pela Lei 12.815/2013

O Ministério de Portos e Aeroportos tem a intenção de resgatar o poder deliberativo dos conselhos de autoridade portuária (CAPs), que passaram a ter caráter mais consultivo a partir da publicação da Lei 12.815/2013. O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, destacou, nesta segunda-feira (20), que a decisão sobre os assuntos que serão deliberados nos CAPs ainda será discutida pelo ministério e deve receber contribuições do setor.

Pierdomenico ressaltou que os CAPs não voltarão a ser exatamente como na época da Lei 8.630/1993 porque o objetivo é encontrar um formato e temas atualizados para as demandas atuais do setor portuário. O secretário acrescentou que o principal será encontrar um equilíbrio entre os diferentes atores representados no conselho. Ele adiantou que, numa avaliação preliminar, a discussão sobre tarifas não deve entrar no hall de deliberações do CAP.

“Vamos debater quais assuntos vão para deliberação e as representações. O modelo anterior de blocos não necessariamente será o mesmo. O importante é o equilíbrio entre os atores”, disse Pierdomenico, que foi o convidado do evento ‘Diálogo com as Associadas da ABTP - Setor Portuário: Principais Desafios’, no canal da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) no Youtube.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 21/03/2023

SECRETÁRIO DE PORTOS DIZ QUE POLÍTICAS NÃO SOFRERÃO MUDANÇAS BRUSCAS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 20/03/2023 - 19:47



Pierdomenico avalia que, apesar de divergência com gestão anterior quanto à desestatização, diretrizes do atual governo seguirão semelhantes às vivenciadas nos últimos 15 anos e perseguirão redução de burocracias e segurança jurídica

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, disse que, com exceção da discordância sobre rever o conceito da desestatização e venda das empresas públicas, as políticas para o setor portuário permanecerão semelhantes às praticadas nos últimos 15 anos. Ele frisou que não haverá mudanças bruscas nos leilões de arrendamentos e na relação público-privada. Em reunião com representantes de terminais portuários, nesta segunda-feira (20), o secretário disse que o governo vai perseguir a redução de burocracia e que manterá o diálogo com associações setoriais para buscar oferecer mais segurança jurídica ao setor.

“Essa [desestatização] é a grande diferença do que temos nesse momento do que tivemos na gestão passada. No restante, enxergamos o setor portuário como política de Estado, e não de governo”, afirmou Pierdomenico, durante reunião aberta promovida pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP).

O secretário enfatizou que o contrato de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) firmado durante o governo Bolsonaro (PL) no ano passado será respeitado e que os estudos



para os portos de Itajaí (SC) e São Sebastião (SP) serão avaliados pelo ministério. Ele contou que a pasta ainda não recebeu a orientação final a respeito dos estudos sobre o Porto de Santos (SP).

"Vamos manter a autoridade pública e vamos rever a questão da concessão. Não significa que não colocaremos alguma coisa no lugar. É preciso apresentar alternativas", salientou o secretário. Ele reconheceu que a gestão pública tem problemas na questão da dragagem e da acessibilidade terrestre, por exemplo.

O governo pretende separar a autoridade portuária em dois grandes blocos. O entendimento é que precisam ser preservadas as funções de Estado da autoridade portuária pública, como: planejamento, segurança, contratos de arrendamento, fiscalização, sistematização de entrada e saída de navios.

Já quanto à parte da administração chamada de 'zeladoria' o governo admite a concessão à iniciativa privada, por exemplo, na concessão do canal de acesso. Pierdomenico relatou que a Infra S.A, antiga EPL, está fechando a modelagem iniciada pela Portos do Paraná para a concessão do canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Paranaguá (PR). Segundo o secretário, o modelo servirá para ver como o mercado reage a esse tipo de proposta de concessão de parte do porto.

Nesta construção, a autoridade portuária continuará sendo pública e o concessionário terá que implantar o alargamento e a manutenção da dragagem, com o recolhimento da tabela 1 como contrapartida. "Temos que construir um cardápio de propostas para que possamos customizar cada uma e cada um dos portos (...). Temos que olhar a pluralidade de portos e apresentar uma solução para cada um deles", afirmou.

Pierdomenico acredita que a eficiência da zeladoria impactará diretamente o core business de embarque e desembarque de carga dos navios. No melhor dos cenários, a gestão condominial poderia representar um declínio do valor das tarifas. Ele ponderou que o modelo de gestão condominial é desafiador e não caberá a todos os portos, sobretudo os de menor porte. A avaliação é que pode ser demandada alguma alteração na legislação para garantir a segurança jurídica do condomínio.

Na conversa com os representantes dos terminais, o secretário enfatizou que haverá diálogo e que os modelos serão construídos a várias mãos, com a participação de associações do setor. Além da desburocratização, a agenda prevê a manutenção dos arrendamentos com contratos públicos por meio de licitação e a redução dos tempos de tramitação para a renovação e reequilíbrio de contratos.

Para as autorizações de terminais de uso privado (TUP), Pierdomenico disse que a meta a ser perseguida é a assinatura de contratos de adesão dentro de 6 a 7 meses após a entrada do pedido. "É importante começar o processo de desburocratização. Vamos conversar muito para observar gargalos e sermos mais ágeis na resposta institucional que a iniciativa privada tanto precisa", prometeu.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 21/03/2023*



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

*Fonte : InforMS
Data: 21/03/2023*